

ROSANE REBECA DE OLIVEIRA SANTOS

**O planejamento da cidade é o planejamento dos jogos?
O megaevento olímpico como instrumento de
(re)ordenação do território carioca.**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração:
Planejamento Urbano e Regional

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Rolnik

São Paulo

2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: rosanerebeca@gmail.com

S237p Santos, Rosane Rebeca de Oliveira
O planejamento da cidade é o planejamento dos jogos? O megaevento olímpico como instrumento de (re)ordenação do território carioca. / Rosane Rebeca de Oliveira Santos – São Paulo, 2013.
125 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional) - FAUUSP.

Orientadora: Raquel Rolnik

1. Política urbana – Rio de Janeiro (RJ) 2. Planejamento territorial urbano – Rio de Janeiro (RJ) 3. Tomada de decisão 4. Olimpíada – Rio de Janeiro (RJ) I.Título

CDU 711.4.001.12

SANTOS, Rosane Rebeca de Oliveira

O planejamento da cidade é o planejamento dos jogos? O megaevento olímpico como instrumento de (re)ordenação do território carioca.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de
mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração:
Planejamento Urbano e Regional

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ao meu Samuel, com amor. Por toda compreensão,
apoio e indescritível alegria de passar por este momento ao
seu lado. Eis aqui mais uma conquista nossa.

À Deus, meu eterno baluarte.

Aos meus pais e minhas irmãs, a base de tudo, essenciais em minha vida.

À toda minha família. As tradicionais noites de quinta na casa da vó Nilde foram momentos de refúgio para recarregar as energias e serviram para me mostrar que ainda existem união e amor verdadeiros.

À minha prima, Elaine. Pela amizade, companheirismo, muitas risadas quando eu mais precisei e pela força através do exemplo de superação que vi em você.

À minha segunda família em Niterói: tia Marta, seu Vicente, Lívia, Melina e Maria Clara. Não teria chegado aqui sem vocês.

Aos amigos do LabCidade, pelos momentos de trocas: acadêmicas, profissionais, regionais (RJ-SP), afetivas... Um time que muito me ensinou.

À Joyce Reis, que dividiu comigo as “angústias do papel em branco”, mas também as alegrias de cada conquista ao longo deste processo. Se eu atravessasse a “corda bamba” foi também graças a sua amizade.

À Raquel Rolnik, pela acolhida, condução neste caminho nem sempre claro das ideias, e pelo exemplo encorajador de engajamento nas causas que realmente valem a pena.

Aos queridos amigos do GPDU-UFF, origem da minha trajetória acadêmica e profissional. Estou feliz por ter a oportunidade de personificar a expressão popular “o bom filho à casa torna”. Já estava com saudades.

Ao Júlio Bentes, pela fundamental ajuda na fase de adaptação em São Paulo, pelos conselhos e parceria.

Às colegas de quarto do CRUSP, que tornaram as noites longe de casa muito mais divertidas e aconchegantes, apesar de todos os contratemplos. Em especial, à Irene Rossetto, que foi uma companheira para todas as horas: sinto saudades das nossas gargalhadas e teorias da conspiração.

A todos os meus amigos, que me compreenderam e me deram apoio nesta minha “reclusão dissertativa”. A vocês, meu carinho e admiração sempre.

A sabedoria clama lá fora; pelas ruas levanta a sua voz.

(Provérbios 1:20)

RESUMO

A busca pela realização dos Jogos Olímpicos parece ter conduzido e orientado as principais determinações da política urbana do município do Rio de Janeiro nos últimos anos. Ao finalmente conquistar a oportunidade de sediar o megaevento esportivo, esse tem sido utilizado como instrumento para se colocar em prática e legitimar um processo de (re)ordenação do território, através de grandes intervenções urbanas, com aporte de recursos públicos de todos os níveis governamentais. O trabalho tem como objetivo analisar e discutir as propostas territoriais do Plano Olímpico “Rio 2016”, em primeiro lugar, através da investigação sobre sua relação com os instrumentos de planejamento e política urbana do município – Plano Diretor e Plano Estratégico –, considerando que o mesmo não advém de um processo democrático, não se sabendo nem mesmo onde, quando e por quem foi formulado. Segundo, pela reconstituição do processo que lhe deu origem, por meio de uma análise detida dos documentos oficiais e entrevistas realizadas com atores envolvidos, à luz da conjuntura político-administrativa carioca, na tentativa de identificar os sujeitos e interesses relacionados, principalmente à escolha locacional da Barra da Tijuca como região que concentrará a maior parte das instalações olímpicas e conseqüentemente dos investimentos. E por fim, abordando as intervenções que estão em andamento, os impactos e conflitos delas decorrentes, bem como as principais alterações já realizadas no Plano Olímpico original, procurando sempre apontar processos através dos quais decisões urbanísticas estruturadoras passam ao largo dos mecanismos formais-institucionais e os efeitos decorrentes deste modelo de ação sobre o território carioca.

Palavras-chave: política urbana, megaeventos esportivos, processos decisórios.

ABSTRACT

The bid for Olympic Games have oriented then urban policies the city of Rio de Janeiro in the last 20 years. When finally Rio got the opportunity to host the mega-event, it has been used as an instrument to put in practice and legitimize a process of (re)ordering of the territory through major urban interventions, mobilizing investments of public resources of all levels of government. This work aims to analyze and discuss the "Rio 2016" Olympic Plan's territorial proposals, focusing its relationship with local instruments of planning and urban policy - Master Plan and Strategic Plan - considering that the proposals did not emerged from a democratic process, being even unknown, when and by whom it was defined. Second, the work also reconstiturs the decision making process, through a careful analysis of official documents and interviews with key actors, in an attempt to identify the subjects and interests related to the locational choice of Barra da Tijuca - the region which will concentrate most of the Olympic facilities and hence investment. Finally, we address the process of implementation of the Olympic plans, its impacts and then conflicts arising from them, as well as major changes already made in the original Olympic Plan, identifying processes by which urban decisions pass by the formal-institutional mechanisms and the effects of this intervention model on the territory of Rio.

Keywords: urban politics, sports mega-events, decision making process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico propostas de emendas ao Plano Diretor em 2007.....	32
Figura 2 – Gráfico propostas de Emendas ao Plano Diretor em 2009	35
Figura 3 – Plano de Mobilidade e Transportes para 2016.....	42
Figura 4 – Plano para os Jogos Pan-Americanos de 2007	47
Figura 5 – Plano para os Jogos Olímpicos de 2016.....	48
Figura 6 – Centro Metropolitano.....	51
Figura 7 – (esq.) Orlando Silva Júnior (Ministro dos Esportes à época), Prefeito Eduardo Paes, (ex) Presidente Lula, Governador Sérgio Cabral Filho e Carlos Arthur Nuzman (presidente do COB)	71
Figura 8 – A distância de instalações olímpicas e o centro em cidades-sede.....	75
Figura 9 – Projeto vencedor do concurso “Porto Olímpico”.....	78
Figura 10 – (esq para dir/de cima para baixo) – Capa da edição 759 revista Carta Capital (07/13); Manifestação em frente à sede do Governo do Rio de Janeiro; Faixa contra o governo de Cabral e Paes, em manifestações populares; Passeata “Maraca É Nosso” em 01/12/12.....	85
Figura 11 – Esquemas BRTs	86
Figura 12 – Proposta alternativa de traçado da linha 4 do metrô.....	88
Figura 13 – (esq) família de Amarildo; (à cima) ONG “Rio de Paz” protesta em Copacabana para lembrar 35.000 desaparecidos no Rio de Janeiro	91
Figura 14 – Mapa com traçado da Transolímpica indicando trecho irregular.....	93
Figura 15 – mapa origem/destino do reassentamento de famílias	104

Figura 16 – (esq.) casas marcadas com iniciais da Secretaria Municipal de Habitação (SMH); (à cima) entulho deixado no local após demolição de casas	105
Figura 17 – (à cima) montagem própria sobre foto aérea do google; (à baixo) Imagem aérea da Vila Autódromo (primeiro plano) e ao fundo o terreno do Autódromo já terraplanado para obras do Parque olímpico	106
Figura 18 – projeto vencedor para o Plano Urbanístico do Parque Olímpico.....	107
Figura 19 – Faixa estendida na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Esquema cronológico dos Planos e candidaturas esportivas, e os principais atores envolvidos.	27
Tabela 2 – Confronto entre propostas de parlamentares e o parecer da SMU a estas propostas.....	33
Tabela 3 - Arcabouço legal dos megaeventos	64
Tabela 4 – Número de Famílias Removidas ou Ameaçadas de Remoção, por comunidade, com indicação da justificativa apresentada.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro

AEIU – Área de Especial Interesse Urbanístico

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

APO – Autoridade Pública Olímpica

BRT – Bus Rapid Transit

CEPAC – Certificado de Potencial Adicional de Construção

COI – Comitê Olímpico Internacional

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

COJO – Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos

CO-Rio – Comitê Organizador dos Pan-Americanos 2007

CO-Rio 2016 - Comitê de Candidatura Rio 2016

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DEM – Partido Democratas

EIA/RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental

EOM – Empresa Olímpica Municipal

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIFA – Fédération Internationale de Football Association

FIRJAN – Federação das indústrias do Rio de Janeiro

GPU – Grande Projeto Urbano

HIS – Habitação de Interesse Social

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IPTU – Imposto predial territorial urbano

JO – Jogos Olímpicos

ODEPA – Organización Deportiva Panamericana

ONU – Organização das Nações Unidas

OUC – Operação Urbana Consorciada

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDD – Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PECRJ – Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro

PEU – Plano de Estruturação Urbana

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPP – Parceria Público-Privada

PSD – Partido Social Democrático

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE TABELAS	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	15
1. PARA UMA “NOVA CIDADE”: “NOVOS PLANOS”	21
1.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	21
1.2. O PLANO DIRETOR DECENAL DE 1992	22
1.3. O PLANO ESTRATÉGICO E A MUDANÇA DE PARADIGMA	23
1.4. DEZ ANOS DE TRAMITAÇÃO: O LONGO E CONTROVERSO CAMINHO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR	26
1.5. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	38
2. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO OLÍMPICO “RIO 2016”: ATORES E INTERESSES	41
2.1. A QUESTÃO DA LOCALIZAÇÃO E A CONCENTRAÇÃO SELETIVA DE INVESTIMENTOS	41
2.2. RECONSTITUIÇÃO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO “RIO 2016”: QUEM, QUANDO E POR QUÊ?	43
2.3. CPI DO 9º OFÍCIO: QUEM SÃO OS DONOS DA BARRA?	56
2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	59
3. A CONSTRUÇÃO DA CIDADE OLÍMPICA: MANOBRAS, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES	63
3.1. REARRANJOS INSTITUCIONAIS E LEGAIS	63
3.2. GERÊNCIA DOS PROJETOS E AUSÊNCIA DE CONTROLE PÚBLICO	66
3.3. ALTERAÇÕES NO PLANO ORIGINAL	68
3.3.1. O “Porto Olímpico”	69
3.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	80
4. OS EFEITOS DO “URBANISMO OLÍMPICO”	82
4.1. GASTO PÚBLICO, RETORNO PRIVADO	83
4.2. MOBILIDADE	86
4.3. SEGURANÇA PÚBLICA E A “POLÍTICA DO CHOQUE”	90
4.4. MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	91
4.5. REMOÇÕES FORÇADAS	95
4.5.1. O direito à moradia e a realização dos megaeventos	95
4.5.2. As remoções forçadas no Rio de Janeiro	97
4.5.3. Vila Autódromo: um cenário indesejado na cidade olímpica	105
4.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
6. REFERÊNCIAS	118
ANEXO	124

INTRODUÇÃO

Antes de uma candidatura olímpica vitoriosa, a cidade do Rio de Janeiro experimentou duas tentativas malsucedidas: para os Jogos de 2004 e de 2012. Levando-se em conta também outras investidas como os Jogos Pan-Americanos e a Copa do Mundo, a primeira indagação que surge é: por que essa busca obstinada pela realização de megaeventos esportivos? Para além da visibilidade internacional, que tipo de interesses estão em jogo na “reestruturação” urbana que tais eventos se propõe a viabilizar?

Sabe-se que os Jogos Olímpicos, ao longo do tempo, foram tomando proporções que começaram a demandar altíssimos investimentos por parte de suas cidades-sede. Conforme MASCARENHAS (2010), de evento amador passou-se a megaevento espetacular, promovendo um amplo conjunto de intervenções urbanísticas: condições de alojamento para os milhares de atletas, pessoal de apoio e membros dos comitês olímpicos, bem como para a imprensa, além de quase sempre a expansão ou melhorias na infraestrutura da cidade (transportes, telecomunicações, malha viária, dentre outros).

Desta maneira, para além de simplesmente promover as competições esportivas, estes eventos vêm sendo utilizados como instrumentos remodeladores do espaço urbano, o que MUÑOZ (1996) denomina de “urbanismo olímpico”, e MASCARENHAS (2005), de “olimpismo”. Ambos se referem ao fato de como as Olimpíadas, em sua atual conformação de megaeventos, têm de fato sido apropriadas como um poderoso instrumento de (re)ordenamento urbano. Mas que tipo de (re)ordenamento é esse, quais são seus objetivos e que resultados ele produz para as cidades cujas administrações dele se utilizam?

No contexto carioca este paradigma foi introduzido pelas sucessivas gestões alinhadas com o ideário neoliberal, onde se pretendeu importar o chamado “planejamento estratégico”, identificado como modelo de gestão urbana associado, na experiência internacional, aos megaeventos (VAINER, 2000). Neste modelo prevalece o que HARVEY (1996) irá denominar de “empresariamento urbano”, em que a cidade passa a ser gerida como uma empresa, alinhada à lógica do mercado, para poder competir com outras cidades pelo excedente de capital globalizado.

Inicia-se assim uma corrida pela modernização dos espaços, com o objetivo de orientá-los para as novas formas de consumo, e o consumo do próprio espaço, como nos mostra SÁNCHEZ (2003). Cabe, porém, pontuar que embora haja elementos destes ideários na forma de conduzir a política urbana no Rio de Janeiro, eles serviram muito mais à retórica que legitimou uma série de ações descompromissadas com qualquer tipo de processo de planejamento institucionalizado, e que visavam principalmente aos megaeventos porque dentre outras coisas, eles representam uma oportunidade de implementar Grandes Projetos Urbanos (GPUs), estabelecer parcerias público-privadas, flexibilizar a legislação urbana, agilizar processos, enfim fazer funcionar a “máquina do crescimento” (LOGAN & MOLOTCH, 1987).

Ao que parece, o único, ou melhor, o verdadeiro Plano era mesmo o Olímpico. E agora o discurso que vem sendo apresentado pelas autoridades como uma grande conquista e uma oportunidade singular para o país esconde outros aspectos muito importantes a se considerar sobre o Plano “Rio 2016”, que constitui o objeto de análise deste trabalho. Na busca por desnaturalizar suas ordens de justificação, destaca-se, em primeiro lugar, que ele não é fruto de um processo democrático de discussões e debates com a sociedade. Sendo assim, um dos objetivos é verificar qual a sua relação com os instrumentos de planejamento e política urbana do município, Plano Estratégico e principalmente o Plano Diretor, que é o instrumento legal básico orientador do desenvolvimento urbano municipal. E considerando a recente aprovação da revisão do Plano Diretor, após um longo e controverso processo de tramitação, cabe ainda indagar: o que de fato mudou? Enquanto projetos relacionados aos megaeventos já estavam em pleno processo de implantação, houve simplesmente a sua incorporação ao texto? Como se deu esta discussão? De que forma sua inclusão no Plano Diretor permitiria finalmente legitimá-los, afirmando e legitimando também, em última análise, o modelo de gestão dito estratégico?

Soma-se a estas questões iniciais a discussão da escolha da Barra da Tijuca como o “coração dos jogos”, já que grande parte dos investimentos será injetada nesta região. Todos os novos acessos viários, tanto os corredores expressos de ônibus, quanto a extensão de uma das linhas do metrô, tem por objetivo conectar esta área ao restante da cidade. Ora, quem decidiu que esta era a melhor opção?

Por que a Barra? Não houve consenso sobre esta escolha, pelo contrário, parece haver um consenso, entre a sociedade, entre os especialistas, de que esta teria sido uma escolha equivocada, do ponto de vista do planejamento urbano do município. Para além das justificativas oficiais que saem em defesa do projeto e da conclusão mais óbvia e imediata de ser a Barra a porção do território mais almejada pelo setor imobiliário, o trabalho objetiva também desvelar como se deu esta decisão e a que interesses ela contempla.

Esta mesma discussão parece ganhar mais fôlego ainda quando ocorreu a transferência de parte das instalações olímpicas da Barra da Tijuca para a Zona Portuária, a mais significativa dentre todas as alterações já realizadas nas propostas iniciais que constavam no caderno de encargos entregue e aprovado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI). Não apenas esta, mas outras alterações demonstram como este processo é dinâmico e ao longo da implementação do Plano Olímpico decisões importantes vão sendo tomadas. Mas quem as toma? Por que o que estava previsto inicialmente foi alterado? Que tipos de interesses estavam em jogo e quais foram ou não atendidos?

E por fim, se por um lado as autoridades ressaltam os aspectos positivos dos investimentos e benefícios que um evento desta magnitude pode trazer, por outro lado, não há como negar que tais intervenções já estão impactando a cidade, sobretudo as populações de mais baixa renda. Dados divulgados pela própria prefeitura preveem o reassentamento de milhares de famílias para viabilizar as obras ligadas ao megaevento. Isto sem falar nas desapropriações e remoções que não foram oficialmente divulgadas e que têm sido explicitadas por organizações da sociedade civil e pelos próprios atingidos conforme será relatado neste trabalho, que procura também responder: quem ganha e quem perde neste Plano Olímpico? Há algum canal de diálogo com a população afetada? Quais têm sido as alternativas a ela oferecidas?

Para responder a estas questões o trabalho foi dividido em quatro frentes de pesquisa, descritas a seguir, assim com os métodos utilizados para se alcançar os objetivos traçados para cada uma delas:

1ª. Estudo das referências teórico-conceituais – Plano de Análise

Foram pesquisados os diferentes conceitos de Planejamento Urbano e Gestão das Cidades: o “Planejamento Estratégico” e o chamado “Empresariamento Urbano”, os Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano, o “City Marketing”, buscando também abarcar as perspectivas e formulações sobre a definição de políticas urbanas e as relações/coalizões dos diferentes atores e interesses envolvidos na produção do espaço urbano.

Esta etapa prestou-se à construção da plataforma teórica que deu base à pesquisa em todo o seu processo, à qual o presente trabalho faz referência sempre que necessário ao longo do texto, tendo sido realizada mediante a coleta e o estudo de elementos teóricos especializados na temática abordada, a partir de uma perspectiva crítica acerca do modelo neoliberal de gestão de cidades.

2ª. Caracterização e contextualização da política urbana recente do município carioca

Traçou-se um breve panorama do planejamento e da política urbana da cidade do Rio de Janeiro, num recorte que tem como marco temporal o contexto da elaboração da Constituição de 1988 até os dias atuais, analisando, portanto: o Plano Diretor e seu processo de revisão e aprovação, que se deu em fevereiro de 2011; o Plano Estratégico em suas três versões (1996, 2004 e 2009); e os dossiês de candidatura da cidade à sede de megaeventos esportivos, com o objetivo principal de se desvelar que papel essas candidaturas tiveram e ainda desempenham na gestão urbana da cidade.

Isto foi feito através de acurada pesquisa documental e análise dos instrumentos de planejamento acima referidos, dos dossiês de candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede de megaeventos esportivos, e de todos os documentos disponíveis sobre o processo de revisão do Plano Diretor: histórico de tramitação, relatórios encomendados e feitos pela Comissão Especial do Plano Diretor da Câmara Municipal, atas de audiências e debates, as análises de todas as emendas e subemendas propostas, aprovadas e não aprovadas.

3ª. Concepção do Plano Olímpico

Nesta etapa realizou-se a investigação do processo decisório relativo ao Plano Olímpico: arenas, atores e interesses envolvidos nas escolhas dos locais que receberão as estruturas e equipamentos esportivos, principalmente a que se refere à Barra da Tijuca como principal frente de investimentos e seus principais beneficiários.

Além do levantamento e análise de trabalhos acadêmicos, documentos e relatórios oficiais, matérias noticiadas em grandes meios de comunicação, que são citados ao longo do trabalho, foi fundamental a coleta de depoimentos nas diversas entrevistas realizadas com atores envolvidos¹.

4ª. Acompanhamento do processo de implementação do projeto olímpico

Referiu-se aos processos decisórios relativos às mudanças já realizadas no Plano Olímpico original. Procurando também identificar os impactos decorrentes das obras que estão em andamento. Considera-se que é de extrema importância trazer à tona estes processos, que tem se mostrado pouco transparentes, sob a égide dos prazos e cronogramas a serem cumpridos, o que restringe ou mesmo elimina a possibilidade de participação e o controle público sobre os projetos.

Foi feita uma constante consulta aos jornais de grande circulação que têm anunciado o estágio das obras e intervenções urbanas em curso e seus desdobramentos. Também um acompanhamento das manifestações dos diversos movimentos e associações sociais em prol dos moradores afetados direta ou indiretamente pelas intervenções urbanas em curso, principalmente através da associação à Rede Megaeventos Esportivos (REME)², e do acompanhamento das atividades e produção do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio³.

¹ A listagem completa dos entrevistados encontra-se no Anexo deste trabalho.

² A REME surgiu como desdobramento do Comitê Social do Pan-2007, uma articulação de entidades e cidadãos, sem estatuto jurídico e apartidária, criada em 2005 com intuito de promover o monitoramento dos impactos dos megaeventos esportivos no país para democratizar a implementação e a realização da Copa/2014 e Rio/2016.

³ Formado por organizações e lideranças populares com o objetivo de "discutir estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção de imagem de cidade global para os chamados megaeventos esportivos". Fonte: <http://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/>.

Através do levantamento de dados divulgados pela própria prefeitura, e de denúncias feitas pela sociedade civil organizada, foi realizado um levantamento e mapeamento das remoções forçadas na cidade do Rio de Janeiro: desde aquelas que já foram realizadas, as que ainda estão em curso, e os casos em que os moradores já foram notificados, para a análise dessas ações empreendidas pela prefeitura carioca, a partir do anúncio da realização do megaevento olímpico.

Cabe por fim fazer uma breve apresentação da estrutura do trabalho que procurou responder à questão central, indicada no próprio título: “O PLANEJAMENTO DA CIDADE É O PLANEJAMENTO DOS JOGOS?” Indagação que procede do fato de que a busca pela realização do megaevento olímpico parece ter conduzido e orientado as principais determinações da política urbana do município carioca nos últimos anos, o que será mostrado no primeiro capítulo. Uma vez conquistado o direito de sediar o evento esportivo, ao que tudo indica, esse tem sido utilizado como um instrumento, na verdade como um pretexto, para se colocar em prática um processo de (re)ordenação do território carioca. Coube, portanto, investigar que tipo de (re)ordenação é essa e a que interesses ela atende, através da reconstituição do processo que lhe deu origem, o que constitui o Capítulo 02. A partir daí, no Capítulo 03, foram abordadas as manobras utilizadas para a implementação do Plano Olímpico, bem como alterações já realizadas, as contradições e fragilidades que se revelam neste processo, além de identificar principais atores e interesses envolvidos. Por fim, o Cap. 04 aborda os impactos e conflitos decorrentes das intervenções em curso na cidade, e alguns resultados desta disputa.

1. PARA UMA “NOVA CIDADE”: “NOVOS PLANOS”

1.1. Breve contextualização

A gestão da cidade do Rio de Janeiro convive com dois planos sancionados na mesma década: o Plano Diretor Decenal (PDD), de 1992 e o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), de 1996. Esses planos concebem modelos distintos de cidade, e é a partir de um deles (o segundo) que nasce a primeira proposta de candidatura à sede das Olimpíadas: “Rio 2004”. A essa candidatura seguem mais duas, “Rio 2012” e “Rio 2016”, oficialmente anunciadas em 2003 e 2008, respectivamente, sendo que o Plano Estratégico tem também mais duas versões: a de 2004 e a de 2009. Há, portanto, uma relação muito estreita entre o Plano Estratégico e as candidaturas à sede dos eventos esportivos, sendo sempre elaborados concomitantemente e, portanto, possuindo convergências de propostas. É possível inclusive afirmar que são as candidaturas que norteiam as principais frentes de investimentos e intervenções urbanas (SANTOS, 2010).

Assim, as premissas e propostas do Plano Diretor foram sendo deixadas de lado, bem como sua discussão, enquanto se perseguia o objetivo central do Plano Estratégico, que desde a sua primeira redação pretendia “tornar o Rio de Janeiro uma metrópole empreendedora e competitiva”, através da estratégia principal de realizar grandes eventos esportivos. Diante deste cenário é importante destacar que em muitos aspectos as propostas presentes no Plano Estratégico e nas candidaturas contrariam o Plano Diretor e o próprio Estatuto da Cidade, sendo o principal deles, a inexistência da participação popular, embora ela estivesse presente discursivamente em todo o processo (VAINER, 2000).

Neste contexto, aprova-se recentemente a revisão do Plano Diretor, que havia sido encaminhado à Câmara Municipal pela primeira vez no ano de 2001. Após um longo e controverso processo de tramitação foi votado em caráter de urgência e sancionado em fevereiro de 2011. O fato da maioria das emendas terem sido propostas em 2009 leva a crer que esta revisão do Plano Diretor, tal qual ocorreu com o Plano Estratégico, muito tem a ver com os projetos urbanos fundamentais

para a realização do megaevento olímpico, como por exemplo, todas as novas diretrizes voltadas ao incentivo da criação/ampliação da infraestrutura para o setor turístico e a implantação de toda a rede viária e de transporte para 2016, tratadas na nova redação do Plano como “demandas prioritárias”.

Assim, este capítulo tem como objetivo traçar um breve panorama do planejamento e da política urbana da cidade do Rio de Janeiro, para analisar o Plano Diretor e seu processo de revisão e aprovação e o Plano Estratégico em suas três versões (1996, 2004 e 2009), à luz dos preparativos para os megaeventos esportivos, buscando compreender qual a relação entre o Planejamento Urbano Municipal e o Plano Olímpico “Rio 2016”. Através de uma análise detida dos documentos oficiais e entrevistas realizadas com atores envolvidos, objetiva-se também compreender as razões pelas quais se arrastou por 19 anos (1992 a 2011) a revisão do Plano Diretor, uma lei considerada no ordenamento jurídico brasileiro basilar para o planejamento e política urbana municipais, especialmente em uma cidade que tem visto seu território sofrer intervenções urbanas estruturadoras, com aporte de recursos públicos de todos os níveis governamentais, procurando apontar processos através dos quais decisões urbanísticas estruturadoras passam ao largo dos mecanismos formais-institucionais.

1.2. O Plano Diretor Decenal de 1992

O Plano Diretor Decenal foi um dos primeiros a serem elaborados no país, quatro anos após a Constituição Federal de 1988, ou seja, no período de redemocratização do país, depois de vinte anos de ditadura militar. Neste processo, para o estabelecimento do novo ordenamento jurídico, foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte, com grande incidência do chamado “Movimento Nacional de Reforma Urbana” (RIBEIRO & SANTOS, 1994). Foi esse movimento que formulou a proposta de Emenda Popular de Reforma Urbana, a qual deu origem aos artigos 182 e 183 da Nova Constituição, que tratam da Política Urbana, com ênfase para a função social da cidade e da propriedade. O texto constitucional também atribuiu aos municípios papel protagonista na política de desenvolvimento e gestão urbanas, ao

fixar a obrigatoriedade da elaboração dos “planos diretores” para cidades com mais de 20.000 habitantes.

Acreditava-se ser o passo que poderia reverter o processo histórico de desenvolvimento desigual das cidades brasileiras, alimentando assim a articulação da sociedade em torno da luta pelos direitos urbanos para todos, que culminou anos mais tarde na aprovação do próprio Estatuto da Cidade, lei federal aprovada em 2001, que regulamenta os artigos constitucionais que tratam da política urbana (SANTOS JUNIOR & MONTANDON, 2011). É neste contexto e a partir destes ideários que se dá a elaboração do Plano Diretor do Rio de Janeiro:

“A Lei Complementar nº. 16, de 04/06/1992, instituiu o Plano Diretor Decenal da Cidade como instrumento básico da política urbana do Município do Rio de Janeiro, estabelecendo normas e procedimentos para a realização desta política, fixando diretrizes, prevendo instrumentos e definindo políticas setoriais, a fim de alcançar o pleno atendimento das funções sociais da Cidade” (Relatório da Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, 2006:3 – destaque nosso).

Vale inclusive lembrar que grande parte dos instrumentos presentes no Estatuto da Cidade já estava prevista neste Plano, tais como operação urbana consorciada (chamada em seu texto “urbanização consorciada”), parcelamento e edificação compulsórios, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo, outorga onerosa do direito de construir (ainda com o nome de “solo criado”), usucapião, zonas de especial interesse social, estudo de impacto de vizinhança, entre outros, que, no entanto, não foram regulamentados como veremos adiante.

1.3. O Plano Estratégico e a mudança de paradigma

Um ano após o Plano Diretor Decenal (PDD) ser promulgado, em 1993, César Maia assume a prefeitura carioca, cuja gestão irá se apoiar desde o princípio em um novo pensamento sobre o planejamento urbano: o modelo chamado “estratégico”. Com origem norte-americana (Harvard Business School), baseia-se no “empresariamento urbano” (HARVEY, 1996), que busca trazer para a gestão urbana discursos e estratégias empresariais para o enfrentamento dos desafios da

globalização (CASTELLS & BORJA, 1996). Este novo modelo estava sendo difundido pelos catalães que haviam conduzido a reestruturação urbana de Barcelona, utilizando as Olimpíadas de 1992, experiência que se torna paradigmática, dentre outros motivos, por conta da sua massiva campanha de marketing urbano (SÁNCHEZ, 2003). A prefeitura do Rio inclusive contrata a Empresa de Consultoria TUBSA (Tecnologias Urbanas Barcelona SA), liderada por Jordi Borja e Manuel de Forn, para a elaboração do “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro” (1996)⁴, após um recém-aprovado Plano Diretor. Sob sua coordenação é firmado um consórcio entre a Prefeitura carioca e a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan)⁵.

Neste momento, é importante lembrar que a cidade do Rio de Janeiro estava mergulhada numa crise política, social e econômica instaurada desde os anos 1960, com a transferência da sede do governo federal para Brasília (OLIVEIRA, 2012), e que se agudizou nos anos 1980, a chamada “década perdida”. Este contexto foi favorável para a introdução do modelo neoliberal de planejamento, que introduziu a ideia de sediar o evento olímpico como grande projeto em torno do qual se construiu o discurso da oportunidade de reversão do quadro de crise e alavancar o desenvolvimento do município.

São vários os autores que tratam deste tema, como por exemplo, LIMA JUNIOR (2003), apontando para a mudança de paradigma do planejamento urbano no final do século XX, não cabendo, portanto, entrar no mérito da discussão do modelo em si, mas apenas destacar que esta orientação foi decisiva para o tratamento dado ao Plano Diretor e a toda estrutura institucional de planejamento da gestão municipal. Para se ter uma ideia, de acordo com os técnicos da Prefeitura entrevistados⁶, neste período os setores administrativos de planejamento sofreram um grande rearranjo: a Superintendência de Planejamento Urbano (macroplanejamento) foi imediatamente desmontada sob a justificativa de que uma vez que já se tinha aprovado o Plano Diretor, o foco de atuação deveria ser

⁴ Sobre este processo ver VAINER (2000).

⁵ Cujos representantes eram Humberto Mota e Arthur João Donato, respectivamente (Plano Estratégico do Rio de Janeiro, 1996).

⁶ Daniel Mancebo, coordenador de Macroplanejamento da Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo, responsável pelo monitoramento do Plano Diretor e Cláudia Muricy, da mesma coordenadoria.

redirecionado para os planos locais – os Planos de Estruturação Urbana (PEUs)⁷ –, não havendo mais a necessidade de um planejamento na escala do município. Assim, os técnicos foram remanejados para algumas coordenadorias ligadas principalmente ao licenciamento: havia uma Superintendência de Planejamento Local, formada por coordenadorias nas cinco áreas de planejamento e em cada uma delas uma gerência de licenciamento e outra de planejamento, sendo que à frente das coordenadorias estavam sempre pessoas de origem do licenciamento (com exceção da área central). Desta forma, o pouco de planejamento que restou ficou voltado para o licenciamento, produzindo uma espécie de “pareces urbanísticos para os processos”. Além disso, não havia nenhuma instância de diálogo entre as coordenadorias, impossibilitando o planejamento integrado.

Isto ajuda a explicar também porque os instrumentos do Plano Diretor jamais foram regulamentados. Até mesmo projetos de lei que já tinham sido encaminhados à Câmara Municipal foram retirados e nunca devolvidos: foi o caso, por exemplo, da edificação e parcelamento compulsórios, IPTU progressivo e do solo criado (COMPANS, 1997). Só se lançava mão do conteúdo do Plano quando havia algum interesse pontual, como foi o caso da regulamentação de apenas 5 dos 55 PEUs que estavam previstos (Comissão Especial da Câmara, 2009), com destaque para o chamado PEU das Vargens⁸, que aumentou significativamente os índices urbanísticos da região diretamente ligada aos locais que abrigaram mais de 60% das competições do Pan-2007, e que se constituiu no “coração dos Jogos de 2016”, além dos polêmicos casos das Operações Interligadas⁹.

O que se colocava em prática de fato eram os projetos que haviam sido enunciados no Plano Estratégico, dentre os quais destaca-se a busca pela realização dos Jogos Olímpicos: a primeira candidatura, para os Jogos de 2004, foi apresentada ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) no mês seguinte à homologação desse Plano, tendo sido elaborados concomitantemente. Cabe, entretanto, ressaltar que alguns dos projetos incluídos no Plano Estratégico – Rio Cidade, Favela Bairro, Teleporto, Porto de Sepetiba, Linha Amarela, entre outros – já estavam em andamento, tendo sido apenas legitimados pelo mesmo (COMPANS, 1997). Quanto

⁷ Os PEUs estavam definidos como detalhamento das normas gerais de parcelamento, uso e ocupação do solo, instituído por lei, em cada Unidade Espacial de Planejamento - UEP, a partir das peculiaridades de cada bairro ou conjunto de bairros que as compõem (Plano Diretor Decenal, 1992).

⁸ PLC 72/2004, tornando-se a Lei Complementar 104/2009.

⁹ Sobre isso ver CARDOSO (1997).

ao projeto olímpico, a candidatura não passou da primeira fase de avaliação do Comitê Olímpico Internacional (COI), que considerou a candidatura inviável. De acordo com o Relatório sobre os XV Jogos Pan-americanos (Ministério do Esporte, 2008), o COI apresentou como principais argumentos a ausência de instalações esportivas e infraestrutura e os riscos na área de segurança, uma vez que o projeto concentrava as instalações esportivas nos arredores do campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha do Governador, localidade cercada de um grande complexo de favelas.

“Para o prefeito do Rio, César Maia, o projeto de 2004 foi correto ao concentrar a maioria das instalações em uma área. Ele critica, no entanto, a escolha do Fundão. “Os Jogos são, antes de tudo, um evento econômico relacionado ao esporte. Ele tem suas lógicas e suas exigências. Imaginem uma foto de capa de jornal mostrando um atleta e no fundo uma favela com um homem esquelético. Nós não precisamos e nem queremos esconder nossas dificuldades, mas é preciso entender a complexidade dos Jogos Olímpicos”. (Ministério do Esporte, Governo Federal, 2008:12).

1.4. Dez anos de tramitação: o longo e controverso caminho da revisão do Plano Diretor

Como introdução a este item, segue um esquema cronológico, para auxílio da relação temporal entre os processos relacionados aos Planos e às candidaturas esportivas, bem como os principais atores envolvidos:

PREFEITO	SECRETÁRIO(A) DE URBANISMO	ANO	MÊS/ACONTECIMENTO
Marcelo Alencar (PDT)		1988	OUT. Promulgada a nova Constituição
		1992	JUN. Sancionado o Plano Diretor Decenal
César Maia (PMDB)	Luiz Paulo Conde	1993	NOV. Prefeitura contrata empresa Catalã para elaboração do Plano Estratégico/1ª Candidatura Olímpica. Firma um consórcio com a Federação das Indústrias do RJ (Firjan) e a Associação Comercial do RJ (ACRJ)
		1994	-
		1995	NOV. Homologado o 1º Plano Estratégico
		1995	DEZ. Candidatura "Rio 2004" é apresentada ao COB
		1996	JAN. Publicação do 1º Plano Estratégico
Luiz Paulo Conde (PFL)	Helia Nacif Xavier	1996	Apresentação oficial do Anteprojeto de candidatura "Rio 2004"
		1997	-
		1998	COB convida o Rio de Janeiro para disputar o posto de cidade sede dos Jogos Pan-Americanos de
		1999	-
César Maia (PTB)	Alfredo Sirkis (PV)	2000	ABR. Anúncio oficial da Candidatura "Rio 2007"
		2001	MAR. Criada uma Comissão de Coordenação do Plano Diretor (C-Plan), constituída principalmente por representantes da Procuradoria Geral do Município
			JUL. Sancionado Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257 de 10)
		2001	COB contrata a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para realizar um estudo de viabilidade econômica e de infra-estrutura do Rio como sede do Pan de 2007 e também da Olimpíada de 2012.
			OUT. Enviado à Câmara o Projeto de Lei Complementar nº 25 (1ª proposta de revisão do Plano
		2002	AGO. Candidatura "Rio 2007" é apresentada à ODEPA
			AGO. Anúncio que a cidade do Rio de Janeiro sediará os Jogos Pan-Americanos em 2007
		2002	NOV. Comissão municipal é criada para organizar candidatura "Rio 2012" (Co-Rio, presidida por Carlos Arthur Nuzman, também presidente do COB)
			JUL. Rio é escolhido como aspirante ao Jogos Olímpicos de 2012 na assembléia do COB: 23 votos contra 10 para SP.
		2003	NOV. Contratada a MI Associates PTY, empresa australiana (responsável pela direção dos Jogos Olímpicos de Sidney 2000) para adequar o projeto do Pan 2007, visando a classificação do Rio para a 2ª fase da disputa aos JO de 2012
			ABR. Projeto de Lei Complementar nº 72 (PEU das Vargens)
		2004	MAI. Eliminação da cidade do RJ do processo de disputa pelos Jogos olímpicos de 2012
AGO. Ministério Público recomenda à Câmara Municipal devolver o PLC Nº 25 (proposta de revisão do Plano Diretor) ao Executivo, considerando-o inconsistente e mesmo inconstitucional			
César Maia (DEM)	Augusto Ivan Freitas Pinheiro (Atualmente, integra a equipe da Empresa Olímpica Municipal)	2005	ABR. Criação do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR)
		2006	Relatório do Instituto Pereira Passos para subsidiar a discussão do Plano Diretor
			JUN. Apresentado o Substitutivo nº1 (com origem no COMPUR) - retirado
		2006	AGO. Apresentado o Substitutivo nº 2 (por vereadores da bancada do DEM) - retirado
			OUT. Apresentado o Substitutivo nº 3 (texto que ficou em tramitação)
2007	MAI. Contratada equipe da UERJ para apoiar na análise das emendas		
	JUL. Realização dos Jogos Pan-Americanos.		
2007	SET. Anúncio oficial da candidatura do RJ aos JO de 2016		
	MAI-SET. Apresentadas 707 emendas dos vereadores e 159 sugestões da sociedade civil		
2008	OUT. Anúncio: Copa do mundo 2014 será no Brasil.		
	-		
Eduardo Paes* (PMDB)	Sérgio Rabaça Moreira Dias	2009	ABR. Lançamento do 3º Plano Estratégico
			JUL. Audiência da Câmara com o Prefeito sobre o posicionamento do Executivo sobre o Plano
		2009	AGO. Solicitada a colaboração da equipe técnica do IPPUR, pela Câmara, para emissão de parecer sobre a revisão do Plano Diretor
			SET. Enviadas à Câmara 45 emendas do Executivo (Anexo à Mensagem nº 36)
		2010	OUT. Anúncio de que os Jogos Olímpicos de 2016 serão na cidade do Rio de Janeiro
			NOV. Apresentadas 299 emendas dos vereadores e 47 subemendas às emendas do Executivo
2010	Criado o "pacote olímpico" através dos Projetos de Lei 44/2010, 716/2010 e 715/2010**		
2011	FEV. Sancionada a Lei Complementar n.º 111, 2011 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano		
2012	-		

* Subprefeito da Barra da Tijuca (1993-1996); Vereador do Rio (1997-1998); Deputado Federal (1999-2000); Secretário de Meio Ambiente do Rio (2001); Presidente da TurisRio e Superintendente da Suderj - responsável pela administração do Maracanã - (2007)

** A primeira altera parâmetros urbanísticos em benefício do setor hoteleiro, a segunda viabiliza a PPP do Parque Olímpico e a terceira cria a Empresa Rio-2016, além de incentivos fiscais para a indústria hoteleira (OLIVEIRA, 2012)

Tabela 1 - Esquema cronológico dos Planos e candidaturas esportivas, e os principais atores envolvidos. Elaboração própria.

O abandono do PDD de 1992 pelas gestões que se seguiram (ver quadro acima) significou uma grande decepção para os segmentos que participaram do

processo descrito, de luta e conquistas pela reforma urbana. Tais grupos, avessos à ideologia do “urbanismo de resultados” (COMPANS, 1997) que se instaurava no município, como forma de resistência, criaram o Fórum de Acompanhamento do Plano Diretor, para a defesa dos princípios que orientaram a sua elaboração. Frente a essa pressão, e principalmente por conta do Estatuto da Cidade, lei 10.257 de 10 de julho de 2001, a administração municipal se viu obrigada a encaminhar uma proposta de revisão do Plano Diretor, para atender às novas exigências¹⁰.

Neste primeiro momento foi criada então uma Comissão de Coordenação do Plano Diretor (C-Plan), no âmbito do Executivo, constituída principalmente por representantes da Procuradoria Geral do Município (cf. Relatório da Revisão do PDD da Cidade do Rio de Janeiro, 2006), a qual alegou prazo insuficiente para a realização dos estudos necessários, reduzido envolvimento dos órgãos municipais, a não participação da Secretaria Municipal de Urbanismo e a necessidade de adequação do Plano Diretor ao Estatuto da Cidade. Apesar disso, o trabalho preliminar da C-Plan, que constituiu uma compilação de contribuições pontuais encaminhadas por alguns órgãos municipais, foi alçado à condição de proposta para a revisão do Plano Diretor e encaminhada pelo Executivo à Câmara Municipal como Projeto de Lei Complementar nº 25, em 2001. Por esta razão foi altamente questionado pelo Legislativo e pelos técnicos do próprio Executivo:

“O primeiro projeto (Projeto de Lei Complementar nº 25/2001) foi encaminhado à Câmara de Vereadores, pela Prefeitura, em 2001. Dada a desimportância com que foi tratado, não surpreende o fato de a Prefeitura ter esperado quase até o fim do prazo decenal – e, pelo visto, só devido à exigência contida no Estatuto da Cidade, editado em 2001, de se promover a revisão a cada dez anos, sem o quê haveria sanções político-administrativas às autoridades responsáveis – para elaborar, de forma açodada e inconsistente, um texto precário, padecendo de flagrante inconstitucionalidade, por não se alinhar às determinações da Lei Federal, especialmente no tocante à necessária participação da sociedade em sua formulação e implementação.” (Comissão Especial da Câmara, Relatório Final, 2009:5).

Diante de tais fatos, o Ministério Público abriu inquérito e, em 2004, recomendou ao Legislativo que suspendesse sua apreciação e o devolvesse ao Executivo:

¹⁰ O Estatuto da Cidade determina que a revisão dos Planos Diretores deve ser feita a cada dez anos, sob a pena de sanções político-administrativas às autoridades responsáveis.

“Considerando o teor da carta enviada pelo Secretário Municipal de Urbanismo (...), afirmando a necessidade de prazo maior para elaborar a proposta de revisão; Considerando que a Secretaria Municipal de Urbanismo, órgão responsável pelo planejamento urbano, não participou dos trabalhos da Comissão de Coordenação do Plano Diretor; Considerando que (...) contraria flagrantemente as normas inseridas nos diplomas legais acima citados, notadamente, no que concerne a participação popular; (...) RECOMENDAR ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, para que se abstenha de colocar em votação pelo Plenário desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei Complementar nº25/2001 (...), até que o Executivo Municipal promova a adequação do mesmo ao Estatuto da Cidade” (Ministério Público, Inquérito Civil 2142, 2004).

Por isso, o Projeto de Lei retornou ao Executivo e foi encaminhado à Secretaria de Urbanismo (IPPUR, 2010), a qual passou a discutir a revisão do Plano Diretor, a partir de um pequeno Grupo de Trabalho no Gabinete do então Secretário, Alfredo Sirkis (PV)¹¹. De acordo com técnicos da Prefeitura entrevistados, esta foi encarada como uma grande oportunidade de se retomar o macroplanejamento municipal, motivação que culminou na criação do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) em abril de 2005. Foi este conselho que apresentou, em 2006, o substitutivo nº 1 à primeira proposta que havia sido retirada. Contudo, mais uma vez foi retirado, pois um conselho não poderia ter enviado uma proposta, visto que trata-se de uma atribuição do Executivo.

Segue-se assim o substitutivo nº 2, que por sua vez foi formulado por diversos vereadores da bancada do governo (DEM), que pelo mesmo motivo também foi retirado. O documento foi então fragmentado em diversas temáticas e entregue para os diferentes setores que compõem o sistema de gestão urbana do município. Os técnicos procederam a suas revisões setoriais, depois as reuniram num texto único, que após várias revisões, traduziu-se no texto do Substitutivo 3. Este foi finalmente apresentado por vias legais, pelo Executivo, e se constituiu então no texto em tramitação (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2009).

A partir deste relato é possível perceber que sua proposta já nasce de forma controversa, contrariando processos formais-institucionais, e principalmente ignorando o direito de participação da sociedade civil, tendo em vista o número reduzido de debates públicos realizados: 10 seminários, 3 debates e 6 audiências públicas (apenas 1 por Área de Planejamento), em 2007; 8 audiências públicas

¹¹ Sirkis assume a Secretaria Municipal de Urbanismo em 2001 e permanece no cargo até 2006.

temáticas na Câmara Municipal, em 2009, e duas reuniões relativas ao “Pacto Carioca”¹², em 2010, quando o Plano já estava praticamente consolidado.

Importante pontuar que em meio a este processo, segue em paralelo a elaboração e consolidação do projeto de candidatura aos Jogos Pan-Americanos de 2007, que desde o início foi concebido para servir de plataforma à candidatura olímpica de 2012, conforme será visto no próximo capítulo. O direito de sediar este evento é anunciado em 2002, e em novembro do mesmo ano é criado o Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos, CO-RIO, sob a presidência de Carlos Arthur Nuzman, presidente também do COB¹³, com representantes dos governos federal, estadual e municipal e das federações esportivas filiadas ao COB. A partir daqui decisões importantes sobre os futuros investimentos na cidade começaram a ser tomadas.

Em 2003, a empresa australiana de consultoria MI Associates, formada pelos principais responsáveis pela organização dos Jogos Olímpicos de Sydney 2000, é contratada pela prefeitura, por orientação do CO-RIO, para adequar o projeto do Pan-2007, com vistas à classificação da cidade para a segunda fase da disputa pela realização dos Jogos Olímpicos de 2012 (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008). Pouco depois, em 2004, surge também a segunda edição do Plano Estratégico: mais uma vez a posteriori dos projetos que estavam em andamento, apenas respaldando ações que já vinham sendo implementadas, principalmente no âmbito da realização do Pan-2007. Lembrando aqui que o projeto urbanístico para o Pan-2007 era completamente diferente do projeto que consta na primeira candidatura olímpica: ao invés da Zona Norte da cidade, a concentração de instalações agora estava na Zona Oeste, mais especificamente na região da Barra da Tijuca, modelo que se perseguiu nas candidaturas posteriores, e que foi justificado oficialmente pelos argumentos da segurança e da disponibilidade de grandes áreas vazias:

“Com base no estudo da FGV e na avaliação do projeto de 2004, o COB e a Prefeitura do Rio decidem concentrar a realização dos Jogos na Barra da Tijuca. ‘A nosso pedido, o Instituto de Planejamento Pereira Passos (IPP), ligado à prefeitura, identificou uma área na Barra com facilidades para o sistema de segurança, concentração de equipamentos e terrenos livres’, conta o secretário

¹² Consistiu em um fórum promovido pela Câmara Municipal e o Poder Executivo, para atender à obrigatoriedade do processo participativo, com participação de autoridades, lideranças da sociedade civil e comunitárias (Comissão Especial da Câmara, 2010).

¹³ Nuzman é presidente do COB desde 1995 e atualmente também é presidente do CO-RIO 2016.

especial da Prefeitura, Ruy Cezar Miranda Reis.” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008: 15).

Com relação ao Plano Estratégico de 2004 é importante destacar que sua elaboração foi restrita ao Poder Executivo, sem participação do Conselho da Cidade, do Comitê Executivo e Equipe Técnica, conforme ocorreu no primeiro (VAINER, 2000). Também se diferencia do anterior, pela criação dos “Planos Regionais” que estabelecia objetivos para cada subprefeitura. Assim, era definido para subprefeitura de Jacarepaguá o objetivo de “ser o grande centro de eventos nacionais e internacionais, tendo como foco do desenvolvimento econômico o ecoturismo e a indústria de alta tecnologia (...)”, e para a subprefeitura da Barra da Tijuca o de “ser polo de negócios focado no turismo, lazer e serviços, e um modelo de preservação ambiental” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2004).

Contudo, apesar de todos os esforços, novamente o Rio se vê fora da disputa para trazer os Jogos Olímpicos. Mas a busca pelo evento esportivo não chega ao fim: mal encerravam-se as competições dos Jogos Pan-Americanos de 2007, sobre as bases discursivas de uma realização “bem-sucedida”, lança-se a candidatura “Rio 2016”.

Enquanto isto, na Câmara Municipal, corria o processo de revisão do Plano Diretor: foram propostas 707 emendas por parte dos vereadores e 159 sugestões da sociedade civil, durante o ano de 2007¹⁴. Essas propostas tinham finalidades muito diversas, como é possível observar no gráfico a seguir:

¹⁴ O prazo estipulado era submissão de emendas era de 02/05/2007 a 14/09/2007, conforme a Resolução nº 1052/2006 (Câmara Municipal, Histórico de Tramitação, disponível em <http://www.camara.rj.gov.br/controlador.php?m1=legislacao&m2=plandircid&url=http://www.camara.rj.gov.br/plandiretor/indexplano.php>, acessado em setembro de 2012).

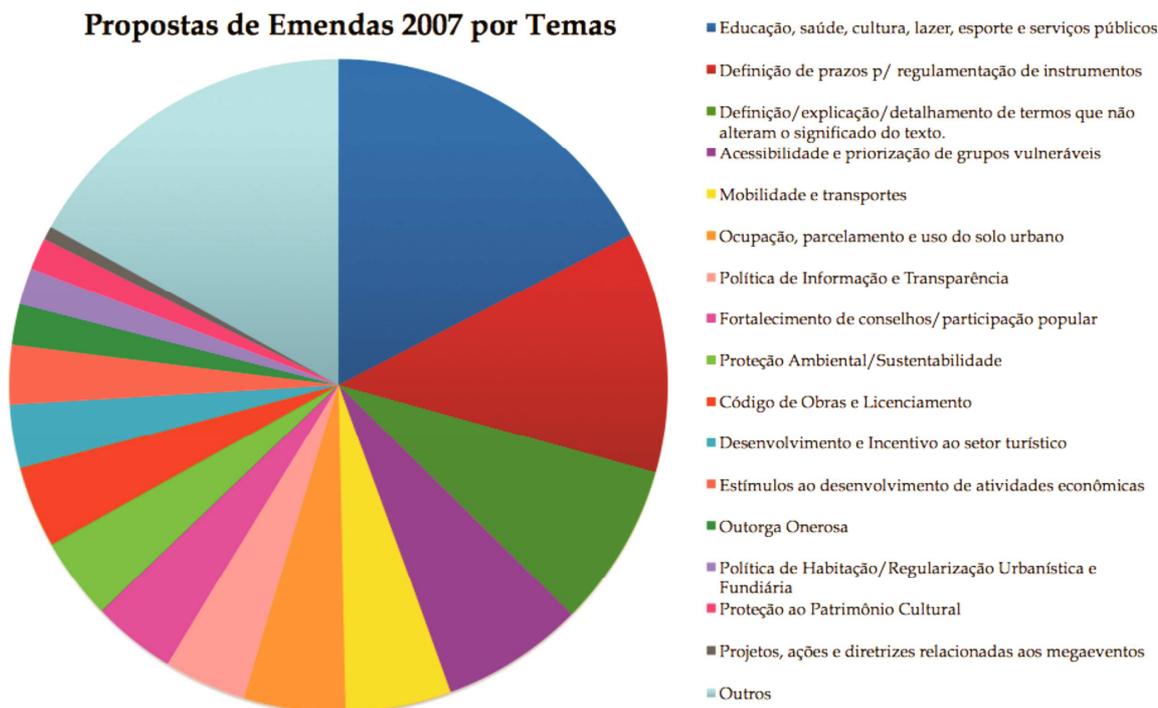


Figura 1 – Gráfico das propostas de emendas ao Plano Diretor em 2007. Fonte: Elaboração própria, com dados em <http://www.camara.rj.gov.br>

Seria inviável e desnecessário tratar aqui de todos os temas abordados, mas seguem abaixo e ao longo do trabalho algumas considerações que buscaram identificar emendas e processos no âmbito da revisão da discussão do PD relevantes para esta análise.

O gráfico mostra que, além, claro, de iniciativas voltadas às políticas sociais, uma das tônicas foi a tentativa de fixar prazos para a regulamentação dos instrumentos urbanísticos, a definição de áreas especiais e dos Códigos de Obras, de Licenciamento e Fiscalização e de Posturas. De acordo com a maioria das propostas que trataram deste tema, isto deveria ser feito mediante projetos de lei, alguns inclusive podendo ser apresentados não só pelo Executivo como também pelo Legislativo. São tentativas de garantir a implementação do Plano, tendo em vista seu histórico de abandono, conforme dito anteriormente. Vale destacar como exemplos as emendas nº 251 da vereadora Lucinha (PSDB) e a nº 468 da vereadora Andrea Gouvea (PSDB), que determinavam que os parâmetros urbanísticos de cada macrozona (na primeira) e a instituição de Áreas de Especial Interesse e Operações Urbanas (na segunda) tinham que ser definidos necessariamente por lei, submetendo estas decisões ao crivo do Legislativo. Ambas foram aprovadas na

Câmara, mas questionadas pelo parecer da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), que alegou que estas definições devem ser estabelecidas por ato do Executivo. Apenas a segunda proposta venceu o embate, tendo sido incorporada à redação final do Plano.

Outra temática importante é a “outorga onerosa do direito de construir”, pois foi claro o esforço de viabilizar sua aplicação, tendo sido tratado de forma privilegiada em relação a outros instrumentos no texto em tramitação. Curioso também o fato de que tiveram votação contrária na Câmara quase todas as propostas que buscavam estabelecer diretrizes para maior controle da aplicação deste instrumento, como por exemplo, submetê-lo a pareceres de Conselhos Municipais ou direcionamento dos recursos obtidos exclusivamente para o Fundo Municipal de Habitação. As poucas propostas que passaram no Legislativo foram questionadas pelo parecer da SMU, e apenas uma (Nº 276) foi incluída no Plano, prevalecendo as diretrizes e critérios inicialmente definidos pelo Executivo:

Emenda	Autor	Conteúdo	Parecer da SMU
Nº 276	Lucinha (PSDB)	As receitas decorrentes da aplicação do instrumento serão incluídas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual	A Outorga Onerosa se realiza através de lei própria (Operação Urbana ou AEIU), não sendo possível prever com precisão a arrecadação decorrente em período fixo
Nº 620	Eliomar Coelho (PSOL)	A fórmula de cálculo para cobrança da contrapartida deveria ser estabelecida por lei específica municipal	A definição do instrumento no Plano ficaria limitada, inviabilizando sua aplicação
Nº 909	Reimont (PT)	Aplica-se em casos de extrema excepcionalidade, devendo a comunidade ser envolvida e consultada mediante audiências públicas	Quando se estabelece Operação Urbana já há a obrigatoriedade de audiências públicas

Tabela 2 – Confronto entre propostas de parlamentares e o parecer da SMU a estas propostas. Elaboração própria, a partir da análise das emendas ao Plano Diretor, disponíveis em www.camara.rj.gov.br/planodiretor/

Pode-se dizer que da forma como foi consolidado o texto, a aplicação do instrumento fica a cargo da autoridade pública, principalmente quanto à determinação da destinação dos recursos arrecadados, que prevê genericamente que os mesmos podem ser aplicados “através de obras e melhorias, com as

finalidades previstas nos incisos I a IX do artigo 26 do Estatuto da Cidade” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011).

Em 2009, Eduardo Paes (PMDB) assume a prefeitura da cidade, com a dívida de cumprir uma de suas promessas de campanha: aprovar o novo Plano Diretor. Antes, contudo, sua gestão lança a terceira edição do Plano Estratégico, cuja lógica de ações, mais uma vez, está pautada pelas estratégias da candidatura olímpica, como indica o próprio título: “Pós 2016 – o Rio mais integrado e competitivo”. Somente em setembro foram encaminhadas à Câmara as 45 emendas do Poder Executivo¹⁵, conhecidas também como “Anexo à Mensagem nº 36”. Além disso, os vereadores também apresentaram mais 299 emendas e 47 subemendas àquelas de autoria do Executivo (Comissão Especial do Plano Diretor, 2009). A este respeito, vale a transcrição de parte do relatório do IPPUR¹⁶:

“Formulado em tempo recorde, a elaboração do Anexo à Mensagem nº 36 obedeceu aos mesmos procedimentos do Substitutivo 3: a discussão restringiu-se ao âmbito de setores da prefeitura, sendo depois acrescentadas propostas formuladas por vereadores envolvidos com o trâmite do Plano Diretor na Câmara, momento em que assume a forte e notória ênfase no tratamento da temática ‘ambiental’, que aparece tanto na parte que trata especificamente da política setorial de Meio Ambiente quanto nos pequenos acréscimos de parágrafos e complementação de frases, dispersos em todo o texto, inserindo a preocupação ambientalista no conjunto das propostas.” (IPPUR, 2010: 12).

¹⁵ A Resolução nº 1158/2009 alterou o prazo fixado anteriormente pela Resolução nº 1052/2006 para apresentação de emendas, justamente para que a nova gestão pudesse enviar suas propostas.

¹⁶ Em 2010, O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) foi solicitado pela câmara dos vereadores, na pessoa da vereadora Aspásia Camargo (PV), que esteve à frente da Comissão Especial da Câmara, a dar um parecer sobre a revisão do Plano Diretor. Formou-se então uma comissão composta pelos professores Carlos Vainer, Orlando Junior, Adauto Cardoso e Maria Julieta Nunes de Souza.

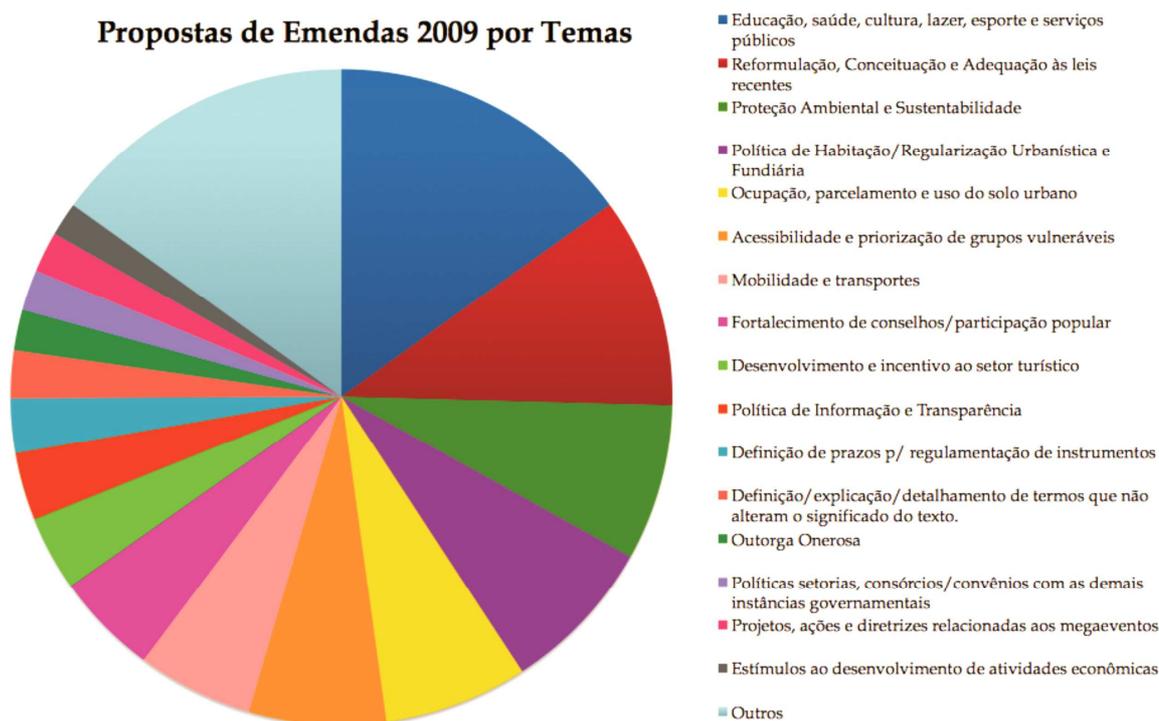


Figura 2 – Gráfico das propostas de Emendas ao Plano Diretor em 2009. Fonte: Elaboração própria, com dados em <http://www.camara.rj.gov.br>

A partir daí, tanto a Comissão Especial da Câmara quanto o Grupo de Trabalho do Executivo (SMU), avaliaram as emendas e emitiram seus pareceres, conforme alguns exemplos citados acima. As emendas em que houve discordância – um era favorável e o outro desfavorável – foram à votação mais uma vez na Câmara: são os destaques. Após esta votação houve um trabalho de consolidação da redação por parte do Legislativo, que resultou no texto final da Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011, que “dispõe sobre a política urbana e ambiental e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro”.

Um aspecto importante, observado no gráfico acima, é o peso que as questões ambientais passaram a ter no texto, reflexo do protagonismo dos atores que conduziram o trâmite do Plano na Câmara, integrantes do Partido Verde, conforme dito anteriormente, mas não exclusivamente por esta razão. As diversas propostas de cunho ambientalista partem de diversos vereadores e partidos, o que revela o consenso em torno desta pauta. No caso da cidade do Rio, a ênfase ambiental, na maioria das vezes, choca-se com o direito a moradia, uma vez que um dos impactos resultantes é a relocação e remoção da população dos assentamentos

populares, em nome da preservação ambiental, já que esses ocupam áreas ambientalmente frágeis (encostas, fundo de vales, beira de lagoas etc) por não terem condições de acessar a terra urbana regular, um dos grandes problemas no município. Também por esta razão, o tema da habitação e regularização fundiária foi um dos mais abordados pelas emendas. Observa-se assim, um conflito entre os dois temas, com clara predominância do enfoque ambiental sobre o enfoque do direito a moradia. Propostas como a do vereador Roberto Monteiro (PC do B), que dizia que o município poderia admitir a regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente, ocupadas até 2007, desde que estudo técnico comprovasse melhoria das condições ambientais em relação à situação anterior (emenda nº1010), foram completamente rechaçadas. Note-se, entretanto, que o tema ambiental não foi decisivo no contexto da aprovação, em 2009, do PEU das Vargens, que, conforme dito anteriormente, aumentou significativamente os índices urbanísticos, possibilitando a intensificação da ocupação urbana na região de maior interesse do Plano Olímpico, a Barra da Tijuca, considerada no Plano Diretor ambientalmente frágil.

Sobre o conteúdo proposto pelas 45 emendas de autoria do Executivo, trata-se de uma readequação do texto do Substitutivo 3 às estratégias de ação da nova coalizão de governo que assumiu a Prefeitura em 2009. As intervenções, ambiciosas, tal qual o volume de recursos que já estavam sendo aplicados na cidade, visavam prepará-la para viabilizar o “pacote” que engloba projetos como o Programa de Aceleração do Crescimento, o Minha Casa, Minha Vida e os relacionados à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016:

“Ressalve-se que a atual administração, através de novas emendas, buscou melhorar o substitutivo, preocupada que está em dotar o futuro Plano Diretor de elementos que permitam que a Cidade do Rio de Janeiro se adeque às novas demandas urbanas e cumpra os compromissos nacionais e internacionais assumidos pela sua sociedade, particularmente no que tange à Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.” (Comissão Especial da Câmara, 2009:60).

Exemplo disto foi a introdução de uma nova seção (XIV) no texto, destinada a um instrumento não previsto no Estatuto da Cidade, denominado “Concessão Urbanística”, que transfere para o setor privado responsabilidades tradicionalmente próprias do poder público: intervenções urbanísticas como obras de urbanização e

reurbanização, loteamento, reloteamento, demolição, reconstrução, e ainda a possibilidade de tornar-se proprietário de áreas para remuneração dos serviços prestados. Houve tentativas de impedir a inclusão deste instrumento no Plano: as emendas nº987 e nº1030, de autoria dos vereadores Roberto Monteiro (PC do B) e Eliomar Coelho (PSOL) respectivamente, propunham sua supressão, alegando que estava sujeito a ações de inconstitucionalidade, além de não estar incluído no Estatuto da Cidade.

Os mesmos vereadores, assim como a vereadora Andrea Gouvea (PSDB), também tentaram suprimir o incisivo relacionado à “Operação Interligada” (emendas nº485,772, 985, 986, 1029 e 1031), afirmando “não configurar instrumento de planejamento, existindo outros mais adequados e de maior amplitude, como a Operação Urbana Consorciada, que trabalha numa escala mais adequada, superando as limitações do urbanismo ‘lote a lote’ (...) que via de regra tem se constituído em permissão pontual para aumento de gabarito contrariando normas pactuadas com a sociedade.”¹⁷ Todas essas emendas foram rejeitadas, tendo sido ambos os instrumentos incorporados ao Plano, inclusive já tendo sido aplicada a “Concessão Urbanística” no projeto “Porto Maravilha”¹⁸ e licitada para o Parque Olímpico de 2016¹⁹.

No âmbito do Legislativo também observou-se, mais claramente nas emendas datadas de 2009, propostas pautadas por projetos do plano olímpico, como foi o caso da inserção do “Anexo IX - Demandas Prioritárias por Áreas de Planejamento”, de autoria da vereadora Lucinha (PSDB), cujo conteúdo abarca os projetos de corredores de ônibus propostos para 2016: a Ligação C (Barra da Tijuca-Deodoro), o Corredor T5 (Barra da Tijuca-Penha, estendendo-o até a Av. Brasil), o Corredor Expresso Barra da Tijuca–Recreio (via Av. das Américas), o Expresso Centro–Zona Oeste (via Av. Brasil) - (Plano Diretor, 2011).

Outro exemplo mais claro e contundente é a proposta, aprovada, do vereador Carlo Caiado (DEM):

¹⁷ Emenda Supressiva nº 986, de 27/11/2009. Fonte: http://www.camara.rj.gov.br/planodiretor/pd2009/emendas_antecedentes/985-1011_emendas_robertomonteiro.pdf - acessado em setembro de 2012.

¹⁸ Consórcio formado por Odebrecht Infraestrutura, Carioca Engenharia e OAS. Fonte: <http://www.odebrechtonline.com.br/exclusivoonline/2011/03/26/novos-tempos-na-zona-portuaria/>

¹⁹ Consórcio formado pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/consorcio-liderado-pela-odebrecht-vence-licitacao-para-parque-olimpico-4220966>

“Parágrafo único. A implementação da Política de Transportes do Município contemplará todos os projetos da área de transportes que serviram de base para a candidatura da Cidade a sede das Olimpíadas, em 2016, e a uma das sedes da Copa do Mundo, em 2014.” (Art. 217. Plano Diretor, 2011).

1.5. Considerações parciais

Diante do exposto, em primeiro lugar, fica clara a principal razão pela qual se arrastou por tanto tempo a revisão do Plano Diretor: as gestões que se seguiram tão logo sua aprovação não tinham interesse político em utilizá-lo, tendo buscado na experiência internacional outro instrumento, o Plano Estratégico, como o principal legitimador de suas políticas e ações no território carioca. O processo de sua revisão tem início principalmente por conta da obrigatoriedade imposta pelo Estatuto da Cidade, encadeando-se desta forma, uma série de iniciativas que, longe do comprometimento de retomar de maneira consistente a discussão do Plano, objetivaram o mero cumprimento de uma determinação legal. Embora tenham ocorrido discussões e embates em torno de questões importantes, elas se limitaram muito ao âmbito da Câmara Municipal e da equipe de acompanhamento do Plano Diretor da Secretaria Municipal de Urbanismo.

Em segundo lugar, é possível perceber que enquanto corria o processo de revisão do Plano Diretor, os projetos relacionados aos megaeventos – Jogos Pan-Americanos 2007, Copa 2014 e Olimpíadas 2016 – estavam sendo concebidos e implementados na cidade, em paralelo e sem nenhum diálogo com o que o Plano Diretor determina, inclusive contrariando várias de suas diretrizes, como por exemplo, a escolha da Barra da Tijuca²⁰ como local privilegiado de concentração de investimentos. Esta escolha apoia-se principalmente nos interesses relacionados ao evento olímpico²¹, como o próprio discurso oficial afirma, ao dizer que é preciso entender que a realização de um evento assim possui sua lógica própria, à qual

²⁰ A Barra da Tijuca insere-se na chamada “Macrozona de Ocupação Condicionada”, onde o adensamento populacional, a intensidade construtiva e a instalação das atividades econômicas devem ser restringidos de acordo com a capacidade da infraestrutura e subordinados à proteção ambiental e paisagística, onde se deve priorizar o aporte de recursos privados (e não públicos).

²¹ A pesquisa buscou demonstrar que há outros interesses em jogo na escolha da Barra, os quais estão intimamente ligados aos grandes proprietários de terra e empreendedores imobiliários desta região, que já estão se beneficiando diretamente com os altíssimos investimentos públicos para lá direcionados (ver capítulo 2).

escapa o fato de que trata-se de investir massivamente em uma área altamente valorizada, onde predominam setores de média e alta renda, frente à situação da cidade do Rio de Janeiro, marcada por enormes desigualdades sócio territoriais.

Longe de se fazer aqui uma defesa acrítica ao Plano Diretor, o que se pretende é justamente o contrário: questionar sua eficácia. Sem entrar também no mérito do conteúdo do Plano em si²², mas antes disso municiar a discussão que já tem sido feita sobre a patente ineficácia desse instrumento, principalmente para fazer valer a função social da cidade, haja vista a enorme desigualdade de poder político e econômico, que tem feito prevalecer a todo e qualquer custo os interesses do grande capital. Aliás, VILLAÇA (1995) já havia alertado que quando a preocupação social surge no texto dos Planos, eles deixam de ser cumpridos, tornando-se planos-discurso. O grande problema disso é que o “plano-discurso” serve para escamotear outro plano: aquele que é realmente colocado em prática:

“Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. O “plano-discurso” cumpre um papel ideológico (Villaça, 1995) e ajuda a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos. No caso das metrópoles, além dos grupos locais, o capital imobiliário e as empreiteiras contam sempre na definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito. Como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções mas distante da prática.” (MARICATO In ARANTES; MARICATO; VAINER, 2000:124)

Embora haja certo consenso de que o Plano Diretor foi engavetado por conta da adoção de outro modelo, o do “planejamento estratégico”, é importante observar que na verdade o Plano Estratégico cumpre também um papel muito mais discursivo, porque mesmo que ele tenha servido como uma espécie de apoio ideológico e simbólico para os rumos tomados pela política urbana municipal, também não foi no âmbito de seu processo de elaboração que uma série de ações foram formuladas. “Rio Cidade”, “Favela Bairro”, “Linha Amarela”, “Teleporto”, são exemplos de projetos que já estavam em andamento quando da elaboração do

²² Uma análise mais completa pode ser encontrada no referido “Relatório de avaliação técnica das propostas de revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”, realizado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), em 2010.

primeiro Plano Estratégico. A escolha da Barra da Tijuca como principal sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, e conseqüentemente, das Olimpíadas, já havia sido feita quando da elaboração do segundo Plano Estratégico. E, finalmente, redundante dizer que os projetos da candidatura olímpica de 2016 foram incorporados posteriormente ao terceiro Plano Estratégico, como é o caso do “Porto Maravilha” e dos corredores de ônibus: “Implantar o trecho Barra/Madureira do TransCarioca e o trecho Barra/Santa Cruz do TransOeste até o final de 2012” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009).

O mesmo ocorreu com o Plano Diretor: ao seu texto foram incorporados estes mesmos projetos ligados à realização dos megaeventos, que já haviam sido traçados nos respectivos dossiês de candidatura, como por exemplo, a implantação de toda a rede viária e de transporte proposta para 2016, sem falar nas novas diretrizes voltadas ao incentivo da criação/ampliação de infraestrutura para o setor hoteleiro/turístico, e da introdução de um novo instrumento, a “concessão urbanística”, que tem sido utilizado para viabilização dos principais projetos olímpicos, e que fere em vários aspectos o próprio Estatuto da Cidade. Outro exemplo claro do descompasso entre o que é levado a cabo e o Plano é a Lei Complementar n.º101/2009, que cria a Operação Urbana do Porto e regulamenta os CEPACs, enquanto ainda se discutia os parâmetros para a aplicação do instrumento de outorga onerosa no âmbito do Plano Diretor, conforme visto anteriormente.

Ora, se houve a incorporação ao texto de ambos os Planos – Estratégico e Plano Diretor – de projetos que já haviam sido elaborados e já estavam em andamento, surgem então algumas questões que precisam ser investigadas e amplamente debatidas: quais são as arenas dos processos decisórios e os atores que formularam e endossaram esses projetos? Em especial, com relação àqueles relacionados ao megaevento olímpico, que são intervenções estruturantes para a cidade: como foi possível que esses projetos, não participativos, fossem incorporados ao Plano Diretor, instrumento de caráter fundamentalmente participativo? Por acaso a não incorporação de tais projetos ao Plano, em algum momento se constituiu em entrave para a sua implementação? Sua inclusão no Plano Diretor permite finalmente sua legitimação?

2. O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO OLÍMPICO “RIO 2016”: ATORES E INTERESSES

2.1. A questão da localização e a concentração seletiva de investimentos

A lógica espacial das propostas territoriais do Plano Olímpico baseia-se na escolha de uma região em específico, a Barra da Tijuca, como o “coração dos jogos”. Tal opção locacional implica em intervenções urbanas estruturadoras, que direcionam para lá a maioria dos investimentos públicos e privados até 2016: todos os novos acessos viários, tanto corredores de ônibus, os chamados BRTs, quanto a extensão de uma das linhas do metrô, tem por objetivo conectar esta área ao restante da cidade, fazendo dela um ponto nodal.

É fato que a Barra da Tijuca já vinha se consolidando como o principal alvo do setor imobiliário desde a elaboração de seu Plano Piloto (1969), de autoria de Lúcio Costa (REZENDE & LEITÃO, 2003), quando começaram a surgir ali grandes empreendimentos de alto padrão, não apenas residenciais como também complexos comerciais e de lazer. Mas pode-se dizer que desde então houve a clara intensão em consolidar esta região como uma nova centralidade, e o Plano Olímpico vem reafirmar esta orientação e fortalecer ainda mais sua dinâmica de valorização.

Para VILLAÇA (1998), a acessibilidade é a essência das localizações: ela é o valor de uso mais importante para a terra urbana e, por isso, objeto de disputa entre as classes sociais. Uma vez que se melhora a acessibilidade de um determinado ponto no espaço, reduz-se o tempo e o custo de deslocamento, criando assim uma vantagem locacional. Partindo desta reflexão cabe discutir este processo como sendo a produção de uma nova localização, a localização “Barra”.

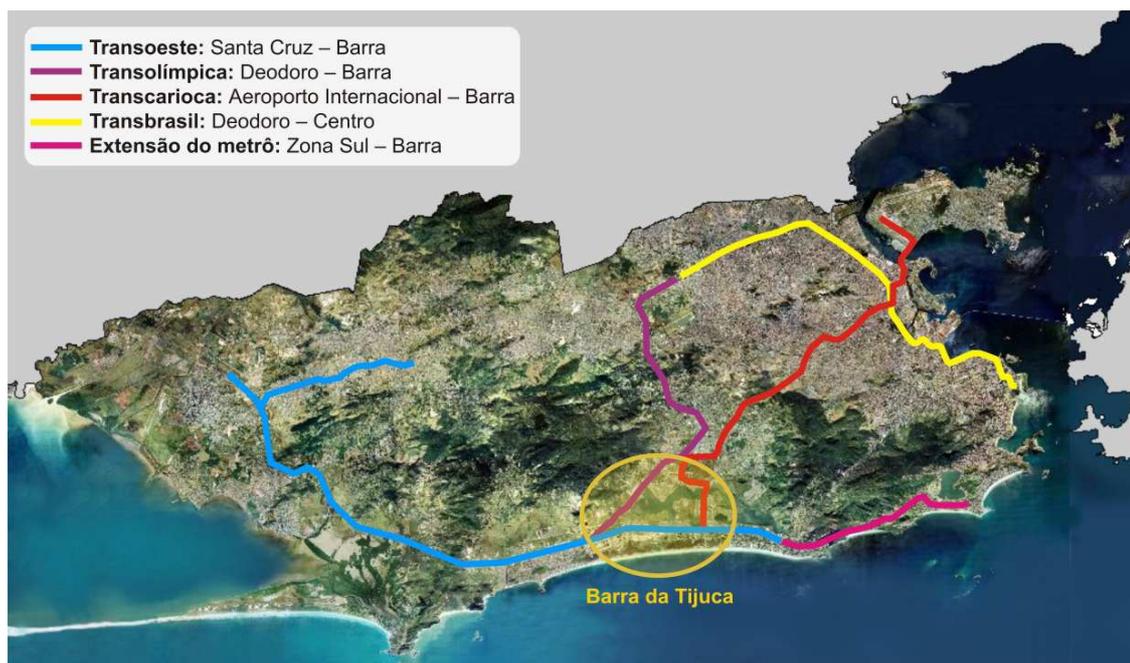


Figura 3 – Plano de Mobilidade e Transportes para 2016. Fonte: Elaboração própria, com fonte de dados em www.cidadeolimpica.com/, acessado em outubro de 2012

“a localização, entendida como um ponto do território que absorve parte do trabalho social realizado fora dele na construção da cidade, é caracterizada por um conjunto de atributos ou ‘vantagens’ locais, representadas pela economia em custos e tempo de deslocamento, vinculados a esse ponto e decorrentes daquele trabalho” (VILLAÇA, 1979: 35).

Esta “vantagem locacional”, só é possível porque há uma concentração seletiva de investimentos. Ora, se nossa sociedade apresentasse uma estratificação social mais uniforme, nossas cidades apresentariam um espaço também mais homogêneo, com oportunidades e recursos distribuídos mais igualmente no território. Porém, já que as desigualdades sociais são grandes, é desigual também o efeito que as intervenções urbanas desencadeiam na escala local: processos segregatórios, retroalimentados pela apropriação ou controle do espaço pela classe dominante:

“Para as metrópoles brasileiras, a força mais poderosa agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano tem origem na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante. Esta (...) é uma condição necessária para o exercício da dominação por meio do espaço intra-urbano” (VILLAÇA, 1998:45).

Em resumo, o autor defende a ideia de que a segregação urbana é um processo provocado e necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço. Ela é, em síntese, uma disputa por localizações. Mas vai além: para ele

mais do que identificar onde há concentração de investimentos e conseqüentemente a produção de uma determinada localização, é preciso explicar porque isso acontece em um determinado ponto do território e não em outro.

No caso aqui estudado, para além das justificativas oficiais do projeto, que apontam para fatores como segurança e terrenos livres disponíveis (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008), e da conclusão mais óbvia e imediata de ser ela a porção do território mais almejada pelo setor imobiliário, quais os reais interesses em investir tão massivamente na região da Barra da Tijuca? É preciso desvelar como se deu esta decisão, quem de fato fez esta escolha, e a quem especificamente ela irá beneficiar.

Acredita-se, portanto, que uma das maiores contribuições a que esta pesquisa se propõe é justamente a tentativa de desvelar os interesses envolvidos nestas escolhas, bem como a “teia” de relações que possibilitam a concretização dos mesmos. É neste sentido que segue um esforço de reconstituição de todo o processo que deu origem ao Plano Olímpico, justamente para tentar explicitar atores e processos decisórios nele envolvidos, passíveis de identificação até o presente momento.

2.2. Reconstituição do processo de elaboração do Plano “Rio 2016”: quem, quando e por quê?

A primeira candidatura olímpica foi concebida através de uma consultoria catalã, contratada pelo então prefeito César Maia, em novembro de 1993 (VAINER, 2000), para a elaboração de um Plano Estratégico da cidade, no qual uma das principais estratégias era justamente a realização do evento olímpico, que serviria como um catalisador do desenvolvimento do município e de “reestruturação” urbana.

Porém, esta primeira candidatura, para as Olimpíadas de 2004, não passou da primeira fase de avaliações do Comitê Olímpico Internacional, fato que não impediu que a partir daí tivesse início uma busca obstinada pela realização deste e de outros eventos esportivos, como os Jogos Pan-Americanos de 2007 e a Copa do Mundo de 2014, como estratégia para se alcançar o principal objetivo:

“No entendimento do COB, o degrau que aproximaria o País do sonho olímpico seria a realização de um evento continental de grande porte (...). E que, organizado e realizado com competência, funcionasse como atestado de que o Brasil poderia – e deveria – reivindicar os Jogos Olímpicos. O Pan se encaixava perfeitamente nessa escala de objetivos. Em fevereiro de 2000, o presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, e o então prefeito do Rio, Luiz Paulo Conde, anunciaram a criação de um plano estratégico para as candidaturas da cidade aos Jogos Pan-americanos de 2007 e às Olimpíadas de 2012.” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, Relatório sobre os XV Jogos Pan-americanos e os III Jogos Parapan-americanos de 2007, 2008:14).

É exatamente neste momento que há uma mudança fundamental no projeto olímpico com relação à candidatura de 2004: ao invés da Ilha do Fundão²³, as instalações olímpicas passam a se concentrar na Barra da Tijuca²⁴. Esta opção, que será mantida até a exitosa candidatura de 2016, aparece pela primeira vez neste momento:

“O plano estratégico anunciado pelo COB e pela Prefeitura do Rio começou a ser desenhado no ano seguinte, na gestão do prefeito César Maia, eleito em novembro de 2000. Através de convênio com o então Ministério do Esporte e Turismo, que subsidiou o custo, o COB contratou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para realizar um estudo de viabilidade econômica e de infra-estrutura do Rio como sede do Pan de 2007 e também da Olimpíada de 2012. Com base no estudo da FGV e na avaliação do projeto de 2004, o COB e a Prefeitura do Rio decidem concentrar a realização dos Jogos na Barra da Tijuca.” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, Relatório sobre os XV Jogos Pan-americanos e os III Jogos Parapan-americanos de 2007, 2008:15).

Mas, ao contrário do que está descrito no texto acima, OLIVEIRA (2012) afirma que a ideia de centrar as competições na Barra da Tijuca, não partiu desse estudo técnico elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. Segundo a autora o site da Secretaria Especial Copa 2014 e Rio 2016 havia publicado que

“(...) esta estratégia foi estabelecida e defendida a partir de uma articulação política entre a Prefeitura do Rio de Janeiro, representada por César Maia, e o Comitê Olímpico Brasileiro, representado por Carlos Nuzman, anteriormente à contratação da empresa para elaborar o documento de candidatura.” (OLIVEIRA, 2012:192, grifo meu).

²³ Esta era a opção locacional do projeto “Rio 2004”, em que se cogitava a conversão dos equipamentos em patrimônio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (BENEDICTO, 2008).

²⁴ Barra da Tijuca é uma região administrativa, situada entre o oceano Atlântico e os maciços da Pedra Branca e da Tijuca, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. É formada por oito bairros: Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena, Vargem Grande, Camorim, Grumari, Joá e Itanhangá, além de dezenas de sub-bairros.

Apesar desta e de algumas outras contradições nas fontes oficiais sobre este processo, em um ponto há convergência: o protagonismo do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), na pessoa do Carlos Nuzman²⁵, com relação às decisões que foram sendo tomadas. E conforme citação acima, em uma articulação direta com o poder executivo municipal, destacando ainda que Nuzman fazia parte do Conselho Diretor do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro durante o período de 1994 a 2001 (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996), “reforçando o seu poder de ação na escala do espaço urbano onde se concentravam os principais processos decisórios referentes ao assunto no período” (OLIVEIRA, 2012). Cabe aqui dizer que com relação à atuação de Nuzman no COB, e a discussão desse plano estratégico para a candidatura aos Jogos Pan-Americanos de 2007 no interior do Comitê, há uma centralidade muito grande, revelada na declaração de Alberto Murray Neto²⁶, membro do COB no período de 1996 a 2008:

“Desde que o Nuzman assumiu a grande intensão foi transformar o Comitê Olímpico Brasileiro num órgão organizador de eventos. Não havia nenhum tipo de discussão democrática sobre tema nenhum ali! (...) As coisas acontecem assim: eles mostram aquilo que já está decidido, aí já está programado que um ou dois sentados na assembleia vão levantar para elogiar, todo mundo bate palma (eu não) e ficava por isso mesmo. Essa questão de compatibilizar obras esportivas com o que é bom para o urbanismo da cidade nunca foi discutido em Assembleia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro, nunca!”²⁷

Confirmando ainda o protagonismo do COB neste processo, partiu dele próprio o convite à cidade do Rio de Janeiro para que ela representasse o país na disputa pelos Jogos Pan-americanos de 2007. E, de acordo com informações coletadas em entrevistas com os técnicos da prefeitura, inicialmente estava se

²⁵ Carlos Arthur Nuzman foi jogador de vôlei, chegando a competir pela seleção brasileira nos Jogos Olímpicos de 1964. É graduado em Direito, possui um escritório de direito privado e tem sociedade em uma empresa de compra e venda de imóveis (ADICAN-Administração de Imóveis). Foi presidente da Confederação Brasileira de Vôlei (1975-1995). Em 1990, acumulou a função de vice-presidente do COB, assumindo sua presidência em 1995, onde permanece até hoje, acumulando as presidências do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de 2016 (COJO) e da Organização Desportiva Sul-Americana (ODESUR). Foi um dos principais articuladores das candidaturas do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de 2004, 2012 e dirigiu os Comitês de Candidatura dos Jogos Pan-americanos de 2007 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Fonte: OLIVEIRA, 2012.

²⁶ Alberto Murray Neto é advogado, mas foi também atleta olímpico e formou-se em Estudos Olímpicos pela Academia Olímpica Internacional, em Olympia, Grécia, em 1994. É diretor da Organização Não Governamental que leva o nome de seu avô, Sylvio de Magalhães Padilha (“ONG Symap – www.symap.org.br), que ocupou a presidência do Comitê Olímpico Brasileiro de 1963 a 1991. A ONG “estimula a divulgação dos ideais olímpicos, dá iniciação esportiva e formação olímpica a crianças de Paraisópolis e luta por um esporte ético no Brasil”. Foi árbitro da Corte Arbitral do Sport, instância máxima da jurisdição desportiva mundial, localizada em Lausanne, na Suíça, de 2007 a 2011. E como membro do Comitê Olímpico Brasileiro (1996-2008) foi um duro crítico da atual gestão, tendo sido de lá retirado, justamente por sua postura de oposição. Fonte: <http://albertomurray.wordpress.com/about/>, acessado em junho de 2013.

²⁷ Declaração de Alberto Murray Neto, em entrevista concedida a mim em 01/07/2013.

prevendo que todas as instalações fossem localizadas exclusivamente na Barra da Tijuca, mas isso teria sido fortemente questionado pelos mesmos:

“O COB estava apresentando, em Lausanne (Suíça), para o COI um ‘master plan’ só na Barra da Tijuca. Não saía um centímetro da Barra da Tijuca. Aí nós sugerimos que não tivesse nada na Barra da Tijuca. O Plano Diretor institui Macrozonas e a Barra da Tijuca está na Macrozona Condicionada, que não queremos de jeito nenhum estimular. Nós queríamos que as Olimpíadas estivessem na Macrozona Incentivada, que precisa de recursos. Na Macrozona Condicionada os recursos deveriam ser privados e não públicos. (...) O interesse do COB era um e o nosso era outro, por isso, ficou um meio termo.”²⁸

Houve então um processo de debate e negociações, onde a posição dos técnicos da prefeitura encontrou apoio na consultoria australiana, a empresa *MI Associate*, formada pelos principais responsáveis pela organização dos Jogos Olímpicos de Sydney 2000, contratada pela prefeitura em 2003, para adequar o projeto do Pan-2007, com vistas à classificação da cidade para a segunda fase da disputa pela realização dos Jogos Olímpicos de 2012 (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008).

“(...) na verdade quem fez o COB aderir parcialmente ao nosso plano foi um consultor australiano que disse: todas as outras olimpíadas pegaram áreas que precisavam ser regeneradas, diferente de uma área que tem atuação muito forte do mercado imobiliário”.²⁹

Ao que tudo indica, foi a partir daí que houve uma dispersão parcial das instalações esportivas no território, que resultou nos chamados “clusters”, incluindo as regiões de Deodoro, do Maracanã, a Zona Sul (chamada Pão de Açúcar), mas prevalecendo ainda a concentração na Barra da Tijuca, que abrigou a Vila Pan-americana, o Centro de Mídia e Comunicação e mais de 60% dos locais de competição (SANTOS, 2012). Este modelo foi perseguido pelas candidaturas subsequentes, tornando-se por fim o Plano para 2016, conforme mostram as imagens a seguir:

²⁸ Cláudia Muricy, Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo, em entrevista concedida a mim em outubro de 2012.

²⁹ *Ibidem.*



Figura 5 - Plano para os Jogos Olímpicos de 2016. Fonte: Dossiê de candidatura da cidade do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2016 (2009), editado por SANTOS (2010)

A informação de que havia uma primeira intenção em concentrar todas as instalações em um mesmo local, parece se confirmar ao observar que o Estádio Olímpico João Havelange (“Engenhão”) inicialmente estava previsto para a Barra da Tijuca, e só depois, possivelmente por conta do debate acima descrito com os técnicos da SMU, é que houve novo processo de escolha da sua localização:

“Conforme explicação do arquiteto Roberto Aynbinder, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a decisão de localizá-lo no bairro do Engenho de Dentro (Zona Norte, Macrozona Incentivada) contou com a colaboração do então Secretário Municipal de Urbanismo, Alfredo Sirkis (2001-2004) que junto com o prefeito teriam determinado a localização do estádio a partir de estudos realizados em algumas áreas da cidade, tais como: Zona Oeste, Barra da Tijuca e a do Engenho de Dentro.” (CRUZ, 2010:52, trecho em destaque inclusão minha).

O fato é que houve desde o início, por parte do COB, um interesse grande em concentrar senão todas as instalações olímpicas, pelo menos a maioria na Barra da Tijuca. E o Poder Executivo Municipal compactuou com esta decisão, muito embora ela não se alinhe com o que o Plano Diretor determina. Conforme dito anteriormente, do ponto de vista do planejamento urbano municipal não é interessante incentivar a ocupação intensiva, bem como atividades que potencializassem o adensamento da região, pois esta é considerada ambientalmente frágil³⁰ e porque demanda investimentos muito altos para dotá-la de infraestrutura necessária, os quais deveriam proceder da iniciativa privada, já que o poder público deveria priorizar outras áreas mais carentes e com menos recursos. Isto fica claro em muitas diretrizes do Plano Diretor, como por exemplo a transcrita abaixo:

“A organização espacial dos centros de comércio e serviços deverá contribuir para a redução da concentração das atividades econômicas na Zona Sul e na Barra da Tijuca e para o fortalecimento das concentrações de comércio e serviços na Tijuca, Madureira, Taquara e Campo Grande.” (Seção II – Dos Vetores de Crescimento da Cidade, §1º, Art. 33, Plano Diretor, 2011).

Apesar disso, a Barra da Tijuca, desde a década de 1970, vem se consolidando como frente de expansão imobiliária da Zona Sul da cidade, inclusive com o aval do próprio poder público, que tem viabilizado esse crescimento por meio de investimentos em infraestrutura e até flexibilização da legislação urbanística, como veremos adiante. Mas por que canalizar tantos investimentos para lá? Quem são os principais beneficiados?

Procurando responder a essas perguntas a pesquisa encontrou indícios de que haveria algum acordo com os grandes proprietários de terra desta região³¹, e por isso, uma das estratégias de investigação foi levantar quem são esses proprietários dos grandes terrenos próximos ao Complexo do Autódromo Nelson Piquet, local onde será erguido o Parque Olímpico. Chegou-se a um projeto, através de uma apresentação de autoria da prefeitura, de um grande complexo comercial chamado “Centro Metropolitano”. Trata-se de um empreendimento de quatro milhões de metros quadrados, dos quais dois milhões pertencem à empresa Carvalho

³⁰ A Barra da Tijuca possui ao todo 27,3 km de praias oceânicas e ainda caracteriza-se por um extenso complexo lagunar formado por três grandes lagoas: Lagoa da Tijuca, Lagoa de Jacarepaguá e a Lagoa de Marapendi, que constituem uma baixada encharcada, irrigada e drenada por inúmeros rios e canais.

³¹ Há também denúncias graves sobre um enorme problema de ilegalidade das propriedades na Barra, ou seja, de que a maioria desses terrenos teria sido fruto de grilagem (ver item 2.3).

Hosken³², autora do projeto, que também é proprietária do terreno destinado à Vila Olímpica, e por isso, ficou também responsável pela sua construção³³, além de fazer parte do Consórcio Parque Olímpico Rio 2016, juntamente com as empresas Odebrecht e Andrade Gutierrez. Atualmente estima-se que os gastos em obras de infraestrutura e urbanização que viabilizarão o Centro Metropolitano superem a ordem de R\$ 110 milhões³⁴, não estando claro ainda a parcela deste montante que cabe a cada um: setor privado e município³⁵.

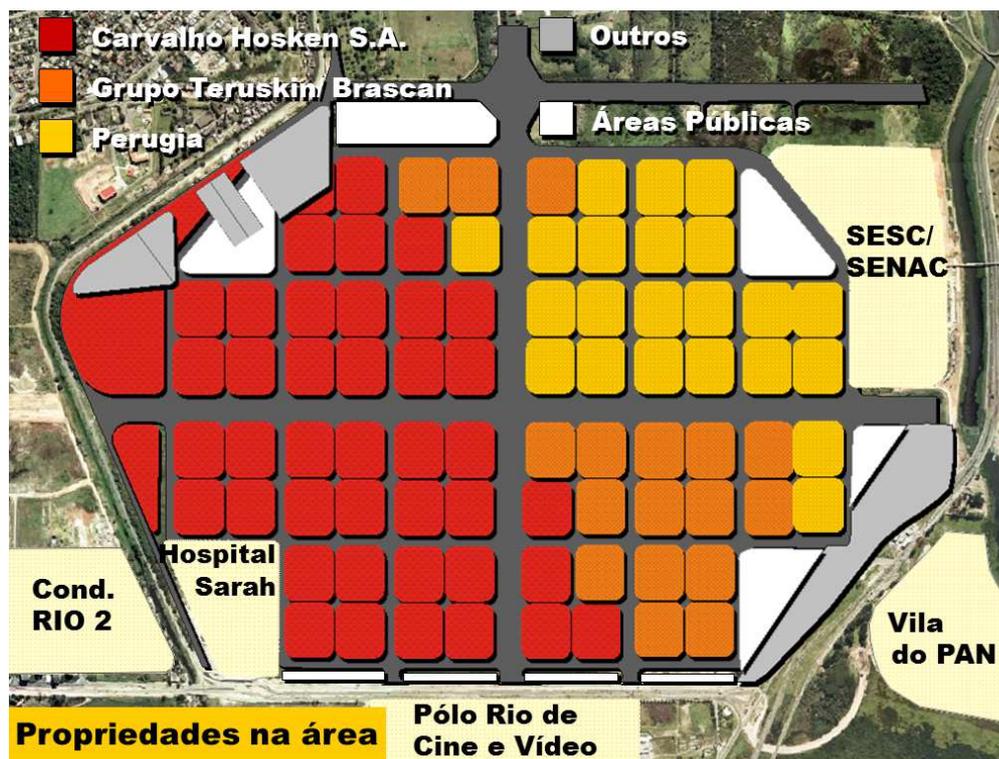


³² A Carvalho Hosken foi uma das maiores doadoras de campanha tanto do atual prefeito Eduardo Paes como do ex-prefeito César Maia. Fontes: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/financiadores-campanha-2012/>, acessado em outubro de 2012; e BENEDICTO, 2008.

³³ Carlos Carvalho, em uma das reuniões com o COI, teria declarado que mesmo que o governo não financiasse a construção da Vila Olímpica ele mesmo arcaria com todo o investimento. Fonte: informação coletada em entrevista com a equipe responsável pelo desenvolvimento das instalações olímpicas, do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, em abril de 2013.

³⁴ “Rio 2016 e investimentos da Carvalho Hosken impulsionam economia da Barra”, matéria disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/03/01/rio-2016-e-investimentos-da-carvalho-hosken-impulsionam-economia-da-barra/>, acessado em setembro de 2012.

³⁵ Embora o Relatório Final do Grupo de Trabalho Criado pelo Decreto Nº 26.566/2006, diga que a “urbanização do Centro Metropolitano é obrigação dos proprietários dos seus terrenos”, já há informações coletadas em matéria sobre o projeto de recuperação do complexo lagunar da Baixada de Jacarepaguá, do Governo do Estado, de que sedimentos dragados nas Lagoas serão “usados na construção do Parque Olímpico, (...) e também na construção de um Centro Metropolitano. (...) As duas obras são de responsabilidade da Prefeitura do Rio.” Matéria “Recuperação das Lagoas da Barra”, disponível em <http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=744901>, acessado em agosto de 2013.



CESAR MAIA prefeito

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
Augusto Ivan de Freitas Pinheiro secretário

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Carlos Eugênio Matheus Gomes Adegas respondendo pelo expediente

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
Rosa Maria Orlando Fernandes da Silva secretária

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
Dalny Araújo Sucasas respondendo pelo expediente

Figura 6 - Apresentação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, sem data. Fonte: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.rio.rj.gov.br%2Fsmu%2Fcompur%2Fpps%2Fapresenta%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Centro%2520Metropolitano.pps&ei=1KimUOG1JrKH0QHauYD4CQ&usg=AFQjCNG4GTYn1cF08MVMqRt9DjZmJdbvw&si-g2=ZTunNiKDr3uHv63KuGtBZA>, acessado em setembro de 2012.

É interessante observar que esta mesma empresa é responsável por diversos megaempreendimentos na Barra da Tijuca, tais como o Barra Shopping, os bairros-condomínios “Rio2”, “Península” (“um bairro inteiro do tamanho do Leblon”), a “Cidade Jardim”³⁶, o “Golden Green” (“condomínio classe AA do Rio”)³⁷. Sobre isso o depoimento do presidente da Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca (Acibarra), o ex-senador Ney Suassuna, é revelador:

*"A Carvalho Hosken é intimamente ligada à história do bairro. O Carlos Carvalho (seu dono) é um visionário, imaginou que a Barra seria o coração do Rio de Janeiro. Ajudou a construir avenidas, investiu em segurança e, conseqüentemente, contribuiu para frear o processo de favelização na região, entre outras tantas ações. Hoje temos aqui um grande circuito de entretenimento, gastronomia, shopping centers... Em termos de comodidade, a Barra já superou a Zona Sul. A única desvantagem é que não temos uma música que exalte o bairro, como Copacabana e Ipanema".*³⁸

Mas Carlos Carvalho não é o único a investir na região: a Brascan, que aparece também como proprietária do megaempreendimento “Centro Metropolitano”, e que hoje é representada pela Brookfield – fusão da Brascan Residential Properties S.A., Company S.A. e MB Engenharia S.A. –, também tem um histórico de atuação na Barra da Tijuca. De origem canadense, a Brascan era o braço de engenharia do grupo Light, e foi responsável, mediante demanda do Departamento de Estradas e Rodagens, pelas primeiras obras de acesso viário à região, onde ela própria já atuava como incorporadora: o túnel Dois Irmãos, parte da autoestrada Lagoa-Barra, incluindo a ponte da Joatinga, o túnel do Joá, o elevador do Joá, o túnel do Pepino e o viaduto Mestre Manoel (CAMPOS, 2012).

Se por um lado há uma grande “aposta” da iniciativa privada, que já vem investindo nesta região há algumas décadas, por outro há um apoio do setor público que tem viabilizado e atendido a esta demanda, seja por meio da flexibilização da legislação urbanística, com foi o caso da aprovação a toque de caixa do PEU das Vargens³⁹, que aumenta significativamente os índices urbanísticos nesta região, ou

³⁶ Fonte: <http://www.carvalhohosken.com.br/site/bairros-condominios-peninsula.aspx>, acessado em julho de 2012.

³⁷ Matéria “O imperador dos terrenos da Barra”, Valor Econômico, 14/03/2011. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=707290>, acessado em 12 de junho de 2013.

³⁸ “Rio 2016 e investimentos da Carvalho Hosken impulsionam economia da Barra”, matéria disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/03/01/rio-2016-e-investimentos-da-carvalho-hosken-impulsionam-economia-da-barra/>, acessado em julho de 2012.

³⁹ Lei Complementar 104/2009.

por meio de investimentos em infraestrutura, como a construção da Linha Amarela (1997)⁴⁰ e todos os novos acessos viários previstos para 2016, que vão conectar esta região ao restante da cidade.

Sobre o PEU das Vargens, houve um empenho pessoal do então prefeito, César Maia, quando da segunda tentativa de aprovação deste projeto de lei, após ter sido levantada a sua inconstitucionalidade pelo próprio poder Executivo⁴¹. Foi então encaminhada à Câmara Municipal, em 2007, uma mensagem explicando a necessidade das alterações urbanísticas:

“A atividade agrícola, em sítios e chácaras, que prevalecia na região em décadas passadas, vem se enfraquecendo (...). Os principais indicadores deste processo são a procura pelo licenciamento de atividades e parcelamentos não permitidos pela legislação, e a intensificação dos loteamentos clandestinos. Por sua fragilidade ambiental e paisagem digna de preservação, a região apresenta sérias dificuldades neste processo (...). Tomando os indicadores de população e de comportamento do mercado imobiliário mencionados acima, e a partir de simulações realizadas pela Secretaria Municipal de Urbanismo, pode-se supor que o adensamento da região se acentue em futuro próximo, onerando o poder público, que deverá assumir o ônus desta transformação, já que a área não possui infraestrutura adequada e carece de equipamentos e serviços públicos.” (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Mensagem N.º 98 de 11 de abril de 2007 – grifo nosso)

Neste trecho, mais especificamente na parte em destaque, observa-se uma tendência à inversão de juízos: não é a política pública urbana que orienta as ações e impõe fronteiras à livre ação do mercado, mas sim a política urbana que se adapta, a posteriori, aos ditames do mercado.

Uma observação mais desatenta poderia dizer tratar-se apenas de uma conformação natural do espaço como consequência de uma "lei de mercado". Isto implicaria aderir ao argumento, por vezes utilizado pelo discurso oficial, de que a Barra é uma área de “expansão natural” da cidade⁴², quando na verdade, a pesquisa

⁴⁰ Via expressa que liga a Barra da Tijuca à Ilha do Fundão.

⁴¹ O primeiro Projeto de Lei, nº 72/2004, percorreu um caminho polêmico na Câmara dos Vereadores, tendo sido razoavelmente modificado, e totalmente vetado pelo prefeito. É substituído então pelo PLC nº 79, de 2006, que foi aprovado na Câmara, entretanto, o Prefeito orientou a Procuradoria Geral do Município a arguir a sua constitucionalidade, na tentativa de passar outro projeto, o PLC 35/2007, nos moldes da redação original, que foi arquivado pela Câmara. Em 2009 o PLC 33/2009, outro projeto, de autoria de várias comissões da Câmara, foi aprovado a toque de caixa na Câmara. Fonte: Histórico de tramitação, disponível em <http://www.sindusconrio.com.br/doc/camara.pdf>.

⁴² A este respeito ver SANTOS (2010), que desconstrói o discurso de que a Barra da Tijuca seria a área de “expansão natural” da cidade, ao mostrar que a AP5 (extremo oeste do município) é a segunda área mais populosa da cidade, com 26,6% do total de habitantes, e apresenta a mesma tendência de crescimento

revela que trata-se mais de uma construção, muito bem pensada e pactuada entre sujeitos com interesses convergentes, o que Logan & Molotch (1987) chamam de coalizões. Estes autores, tomando alguns exemplos de cidades norte-americanas, demonstram que as "classes rentistas" sempre se organizam em coalizões envolvendo proprietários fundiários, políticos locais, mídia, agências de serviços públicos, setores sindicais, instituições culturais, equipes esportivas, comerciantes, enfim, todos aqueles que têm algo a ganhar com o "crescimento" da cidade. O poder político resultante destas coalizões é, portanto, suficiente para impor seus objetivos, apropriar-se do espaço e tornar as cidades verdadeiras "empresas devotadas ao crescimento através da intensificação do uso do solo urbano", o que eles denominam de "máquina do crescimento".

Vários autores exploram essa ideia e fazem a transposição para o contexto brasileiro, como por exemplo, ARANTES (2000), que diz que:

"(...) coalizões de elite centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, conformam as políticas urbanas à medida em que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza. (...) No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre, hoje na vanguarda dos 'movimentos urbanos': incorporadores, corretores, banqueiros, etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais" (Arantes, 2000:27).

Neste mesmo sentido aponta também FERREIRA (2003:212;214):

"A perspectiva da máquina de crescimento é interessante porque introduz a rentabilidade fundiária e imobiliária como elemento essencial para a análise da produção do espaço. Um elemento que pode, eventualmente, somar-se a fatores exógenos de influência ligados à economia global, mas que não pode deixar de ser considerado."

e continua:

"Aquilo que na teoria das cidades-globais é um elemento importante de diferenciação de competitividade, e é portanto justificado como um resultado natural de ações de políticos interessados em manter suas cidades em primeiro plano na economia mundial torna-se, na ótica da "máquina de crescimento", apenas um recurso para

populacional observado na Barra da Tijuca, mas com uma diferença fundamental: o nível de renda bastante inferior ao apresentado na área litorânea.

alavancar novos negócios imobiliários para os beneficiários da máquina. Assim, se por um lado autores como Borja ou Castells vêem como natural a disputa das cidades para abrigar grandes eventos internacionais que as impulsionariam a um patamar mais alto de vantagens comparativas ["um grande evento internacional (exposição universal, jogos olímpicos, etc.) ... pode transformar a cidade" (Borja e Castells, 1997:222)], os autores alinhados à teoria da "máquina de crescimento" vêem nesses eventos sobretudo uma disfarçada maneira de impulsionar em níveis nunca antes vistos suas possibilidades de ganhos capitalistas com a produção do espaço urbano."

Portanto, pode-se concluir que existem agentes poderosos na condução dessas coalizões para "conformar as políticas urbanas" em torno de um "consenso pelo crescimento", tomado como um objetivo inquestionável de desenvolvimento das cidades, que no contexto do Rio de Janeiro se deu em torno do projeto olímpico, conforme visto anteriormente. Sobre este aspecto, OLIVEIRA (2012) contribui para o entendimento de como no âmbito da realização do espetáculo esportivo os interesses envolvidos nessas coalizões ultrapassam a escala local, mas mesmo assim parecem obedecer a certas regras preexistentes de grupos de interesses "locais e localizados", sem o atendimento dos quais não seria possível construir a coesão necessária para legitimar e viabilizar o "projeto de um Rio de Janeiro Olímpico".

Como coloca FERNANDES (2001), há "interesses velados", que não podem ser explicitados, pois não se sustentam do ponto de vista do interesse público, ligados aos promotores e outras frações das elites urbanas, para os quais é fundamental a participação do Estado: "estruturas políticas são mobilizadas para intensificar o uso do solo em benefício do setor privado". Isto porque as intenções das classes rentistas se harmonizam com as necessidades do poder público, ambas interessadas no consenso pelo "crescimento". Parece ser esta a essência da questão: a "máquina de crescimento" é, antes de tudo, um poderoso instrumento de canalização dos recursos públicos em favor de uma apropriação privada dos ganhos que o espaço pode proporcionar. Nesse processo, a liderança política local, passa a agir como empreendedora imobiliária da "máquina de crescimento", à qual se associam, geralmente, as elites urbanas interessadas nos ganhos que esta irá promover.

2.3. CPI do 9º Ofício: quem são os donos da Barra?

A “máquina do crescimento”, no caso aqui estudado, pode ser entendida também como um “rolo compressor”: passa por cima de qualquer fator que poderia inviabilizar o projeto que irá potencializar os ganhos dos sujeitos da coalizão. Pouco importou se o Plano Olímpico contraria o Plano Diretor, assim como não teve relevância para a administração pública, na hora de compactuar com a escolha da Barra da Tijuca, o fato de que a maior parte de seus terrenos tem sido objeto de investigação e/ou litígio durante décadas, se tornando então declaradamente conivente com as históricas fraudes imobiliárias praticadas na região⁴³.

Ao que tudo indica, os problemas começaram quando uma vasta extensão de terras situadas na Freguesia de Jacarepaguá, que atualmente abrange os bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Vargem Grande, foram compradas pelo Banco de Crédito Móvel, o qual em 1901 entra em liquidação, mas somente em 1964 é definitivamente extinto. Apesar da extinção do Banco, seus dois liquidantes, Pasquale Mauro e Holophernes de Castro, continuaram comercializando grandes glebas, em nome da sociedade, e inclusive registrando propriedades em seus próprios nomes, de forma irregular.

Para apurar estes fatos, foi criada, na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), em 10 de fevereiro de 2011, pela Resolução Nº 18/2011, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou denúncias contra o 9º Cartório de Registro Geral de Imóveis, relativas às inscrições de matrículas, escriturações e anotações de imóveis situados na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes⁴⁴. Trata-se inclusive de um desdobramento de outras comissões que já vinham demonstrando o histórico de problemas de titularidade nesta região:

“Nós já temos muitas informações a respeito do tema porque esta será a terceira CPI que abordará o assunto. Houve a CPI que investigou a grilagem de terras e a lavagem de dinheiro através da venda fictícia de imóveis⁴⁵, onde descobrimos falcatruas no 9º RGI e,

⁴³ Sobre a questão fundiária desta região ver RYFF (2002).

⁴⁴ Fonte: http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=37936, acessado em 15 de abril de 2013.

⁴⁵ Nesta CPI, que tratou da grilagem de terra e lavagem de dinheiro através da venda fictícia de imóveis, foi indiciado o serviço do patrimônio da União, que através de acordos com o 9º Ofício, suprimiu o gravame de várias áreas na região foreiras, permitindo assim a aquisição de seus imóveis, inclusive com financiamento da Caixa Econômica, ao passo que mais tarde os adquirentes foram instados pelo STU a pagar o foro de cinco anos atrasados e a pagar o laudêmio pelos imóveis negociados no período. A ação da CPI deu a vitória aos moradores, por exemplo, do Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca, mas também da Região Oceânica de Niterói e

mais recentemente, a CPI da Venda de Sentenças Judiciais⁴⁶, onde também surgiram episódios que incluía o 9º Ofício.”⁴⁷

Apesar de ter encerrado suas atividades em dezembro de 2011, a chamada “CPI do 9º Ofício” ainda não possui um relatório final. Segundo o deputado Paulo Ramos (PDT), que foi presidente da comissão, o então relator deputado André Correa (PSD), produziu, em suas palavras, “um relatório pífio, que não dizia nada, como se nada tivesse sido investigado”⁴⁸. Este relatório teria sido aprovado por três votos a dois em um colegiado pequeno, tendo sido altamente questionado por Paulo Ramos, que apresentou um relatório alternativo. Assim, os membros da comissão pediram mais tempo para analisar o documento⁴⁹ e curiosamente até hoje não houve outra votação, permanecendo esta CPI sem um relatório final.

Haveria uma injunção política para impedir a divulgação das irregularidades encontradas:

“Eu venho cuidando disso há algum tempo. Conheço bem a cadeia sucessória da Barra e do Recreio. E conheço os litígios e também sei como algumas titularidades foram constituídas: fraudulentamente, embora, estejam “legalizadas” no 9º Ofício de Registro Geral de Imóveis. (...) A origem é o Banco de Crédito Móvel, que foi liquidado várias vezes, a última em 1964. E aí duas famílias, Pasquale Mauro e Holophernes de Castro, já falecido, conseguiram decisão judicial que dizia que eles teriam procuração para assinar isoladamente escritura definitiva em nome do Banco de Crédito Móvel, desde que houvesse promessa de compra e venda anterior à falência do banco. E aí o que aconteceu? Toda a área de propriedade do Pasquale Mauro a escritura definitiva foi assinada pelo Holophernes de Castro e vice-versa. Eles formaram uma quadrilha: um assinando a escritura definitiva pro outro. Inclusive a área onde vai estar o campo de golfe

de várias outras regiões do Estado que, repentinamente, foram consideradas foreiras. Fonte: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/e69a8d84d2462ffc832579f8008057b6?OpenDocument>, acessado em 08 de julho de 2013.

⁴⁶ A segunda CPI, que investigou a negociação de decisões judiciais, contribuiu para indiciar o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Roberto Wider, que acabou recebendo a punição máxima em um processo disciplinar do pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ): a aposentadoria compulsória. Ele foi condenado por favorecer o lobista Eduardo Raschkovsky, de quem é amigo, em decisões judiciais e administrativas. Uma delas foi a nomeação, sem concurso, para comandar os cartórios do Rio e de São Gonçalo, de dois advogados que trabalhavam no escritório do lobista. Além disso, Raschkovsky haveria oferecido “blindagem” a candidatos às eleições municipais de 2008, quando Roberto Wider presidia o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio, fazendo uso de sua amizade com o desembargador para evitar cassações de candidaturas. Fonte: “CNJ pune desembargador Roberto Wider com aposentadoria”, O Globo, 14/02/2012. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/cnj-pune-desembargador-roberto-wider-com-aposentadoria-3972902>, acessado em 10 de julho de 2013.

⁴⁷ Declaração do deputado Paulo Ramos (PDT). Fonte: “CPI DO 9º CARTÓRIO É INSTALADA E JÁ TEM SEU PRESIDENTE”, disponível em http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=37936#sthash.2bLlwUgZ.dpuf, acessado em 14 de abril de 2013.

⁴⁸ Entrevista concedida a mim em 30 de abril de 2013.

⁴⁹ Ver “CPI DO 9º OFÍCIO APROVA RELATÓRIO FINAL”, disponível em http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=41436, acessado em 27 de abril de 2013.

(para as Olimpíadas), que é do Pasquale Mauro, mas tem ações correndo na justiça. Eu mesmo mandei um ofício pro prefeito dizendo o seguinte: vai fazer o campo de golfe⁵⁰ lá? Mas deposita em juízo pelo menos... Não pague ao Pasquale Mauro! Porque está ariscado pagar duas vezes.” (Depoimento do deputado Paulo Ramos, em entrevista concedida a mim em 30 de abril de 2013).

Este esquema teria sido possibilitado com a nomeação do primeiro titular do 9º Ofício, José de Castro, que seria irmão de Holophernes de Castro. Assim, eles teriam assumido como propriedade do Banco de Crédito Móvel três fazendas: Vargem Grande, Camorim e Cantagalo, uma imensa área que vai desde Jacarepaguá até a chamada região das Vargens, a qual teria sido dividida em glebas de até cinquenta mil metros quadrados, e registradas indevidamente no 9º Ofício⁵¹. Há, por conta disso, sentenças contra o referido Banco, algumas delas ratificadas por Instâncias Superiores, com destaque para o Agravo 130, onde teria sido propalada, conforme o depoimento de algumas testemunhas da CPI⁵², a determinação de cassação definitiva do registro dos imóveis pertencentes ao Banco, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 01/03/1939⁵³.

Ainda de acordo com o deputado que presidiu a CPI, haveria muitos outros personagens envolvidos nesse esquema de grilagem de terras, dentre os quais estariam as grandes empresas atuantes no setor imobiliário na região, que foram chamadas a dar depoimentos: Brookfield Incorporações (antiga Brascan Residential

⁵⁰ O campo de golfe ficará numa área de “quase 1,2 milhão de m² (...), ao lado do condomínio Reserva Uno, e terá custo de R\$ 61 milhões, a serem pagos por uma parceria entre o empresário Pasquale Mauro, dono do terreno, e a construtora RJZ Cyrela, responsável pelas obras”. Fonte: “Rio apresenta projeto do campo de golfe olímpico a membros do COI”, 07/03/2011. Disponível em <http://www.cidadeolimpica.com.br/noticias/instalacoes-olimpicas-rio-apresenta-projeto-do-campo-de-golfe-olimpico-a-membros-do-coi/>, acessado em junho de 2013. Ainda de acordo com o ex-membro do COB, Alberto Murray Neto, a RJZ Cyrela terá o direito de construir ali um condomínio de luxo, como contrapartida da construção do campo de golfe. Em suas palavras “Se você gastasse muito menos do que estão gastando, você poderia arrumar por exemplo o Itanhangá Golf Club. Então eles estão ali dando de presente pra uma empresa uma zona que é absolutamente impossível de ser regularizada por causa dos litígios jurídicos. Isso é mais uma prova de que as obras feitas não são em benefício da cidade e nem do esporte (...)”, em entrevista concedida a mim em 01 de julho de 2013.

⁵¹ Depoimento do advogado Rodolfo Mendes Correa, que defende o espólio de Abílio Soares de Souza, um dos reclamantes da posse real e legal das terras. Fonte: ata da 14ª Reunião Ordinária, realizada em 29/06/2011. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/comtemp.nsf/0d034cff75b288de03256bb1005be7f8/fb07452388a39e8f8325790d004e9136?OpenDocument>, acessado em 11 de julho de 2013.

⁵² Ver atas das Reuniões Ordinárias da CPI Instituída pela Resolução 18/2011. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/comtemp.nsf/0d034cff75b288de03256bb1005be7f8?SearchView>, acessado em 08 de julho de 2013.

⁵³ Na verdade, a sentença teria sido dada pelo Tribunal de Apelação do Distrito Federal, e não pelo STF (STF - Rcl 8072 RJ, disponível em <http://stf.jusbrasil.com/jurisprudencia/4277243/reclamacao-rcl-8072>, acessado em julho de 2013. O fato é que Tribunal de Apelação do Distrito Federal não existe mais, e por isso, não se teve acesso ao referido Agravo 130. Contudo, este documento também é citado por outros autores que trataram da questão fundiária desta região (RYFF, 2002).

Properties)⁵⁴, ESTA – Empresa Saneadora Territorial e Agrícola S.A.⁵⁵, RJZ/Cyrella, Wrobel, Carvalho Hosken⁵⁶, Grupo Santa Izabel, ECIA - Irmãos Araujo.

A Carvalho Hosken, por exemplo, é acusada de doar ao Tribunal de Justiça o terreno onde foi erguido o Fórum da Barra, sem ser o real proprietário da área. Teria sido solicitado ao próprio Tribunal de Justiça o título de propriedade do terreno doado, que não detém o documento:

“Quando o Tribunal de Justiça recebe uma área e constrói o Fórum, ele vai apresentar uma certa dependência: isso é tráfico de influência! Mas Paulo Ramos como que ele não é o dono? Ele doou ao Tribunal de Justiça! Se ele não fosse o dono como é que o presidente do Tribunal aceitaria? Mas aceitou.” (Deputado Paulo Ramos, em entrevista concedida a mim em 30 de abril de 2013).

2.4. Considerações parciais

Torna-se evidente que todo o processo de elaboração do Plano Olímpico é marcado por uma verticalidade, ou seja, um “projeto de cidade” que vem claramente de cima para baixo, imposto aos cidadãos sem nenhum diálogo ou transparência. Não possui nenhuma relação com as instâncias do planejamento urbano municipal, explicando assim o enorme distanciamento entre as arenas onde se pensa, se discute a cidade e a da produção do evento esportivo: o Plano Diretor não vale de nada; os técnicos das secretarias municipais de planejamento discordam das decisões tomadas, e caminharam no sentido de modificá-las. Embora tenham

⁵⁴ Interessante observar que o próprio relator da CPI, o deputado André Correa (PSD), se declarou impedido de arguir o senhor Luiz Fernando Moura, diretor da Brookfield, por ele já ter trabalhado na referida empresa, assim como em relação à Carvalho Hosken, por ser amigo pessoal de seu dono, Carlos Fernando de Carvalho. Fonte: Ata da 21ª Reunião Ordinária, realizada em 01/12/2011, disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/comtemp.nsf/Od034cff75b288de03256bb1005be7f8/41368e9429615dc78325797b005280b4?OpenDocument>, acessada em 09 de julho de 2013.

⁵⁵ Uma das acusações é de que a empresa ESTA teria falsificado a assinatura da arquiteta aposentada da prefeitura, Enize de Castro Ozório, em um projeto de loteamento. Fonte: ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada em 15/06/2011. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/comtemp.nsf/Od034cff75b288de03256bb1005be7f8/946978e4601bdc7a832578fe0079811f?OpenDocument>, acessado em 10 de julho de 2013.

⁵⁶ Em declaração à CPI, Carlos de Carvalho (Carvalho Hosken) admitiu a aquisição de uma área de “mil lotes” (cerca de 10 milhões de metros quadrados) pertencentes à Barra da Tijuca Imobiliária, empresa adquirida por ele em 1974. Negou que haveria comprado terras de Pasquale Mauro, mas sim, do Banco de Crédito Móvel, com intermediação de Holophernes De Castro, as quais correspondem hoje à área em que será erguida a Vila Olímpica. Fonte: ata da 17ª Reunião Ordinária, realizada em 22/11/2011. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/comtemp.nsf/Od034cff75b288de03256bb1005be7f8/4f7498bb55b9dda18325795a00634cde?OpenDocument>, acessado em 11 de julho de 2013.

exercido alguma influência, não conseguiram, porém, ter êxito no principal de seus questionamentos.

Há muitas fragilidades no discurso que procura justificar e legitimar a escolha da Barra. Alguns argumentos são a segurança e os terrenos livres disponíveis na região (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008). É curioso, porém, que tenha se elegido para a construção do Parque Olímpico um terreno já ocupado, inclusive com um grande equipamento esportivo: o autódromo de Jacarepaguá. Sobre isto vale citar o que um jornalista esportivo brasileiro, que atua no automobilismo há mais de trinta anos, escreveu:

“Qualquer relação de responsáveis pelo desaparecimento do Autódromo Internacional Nelson Piquet não terá validade histórica se não for encabeçada por esses dois políticos, o ex-prefeito César Maia e o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman. Outros menos graduados devem ser elencados por incompetência, omissão ou conivência e, certamente, reúnem-se às centenas. Mas os mencionados merecem a distinção negativa por liderarem a chamada ‘operação olímpica’ em detrimento do automobilismo e pela perda da oportunidade ímpar de edificar as tais instalações em locais carentes de estruturas, que viriam a reboque. Ao invés de usarem a bandeira olímpica como instrumento de inclusão social, eles optaram pela destruição e concentração de esforços em uma das áreas mais valorizadas da América Latina.”⁵⁷

Fica claro que por trás destas decisões estão interesses diversos aos interesses públicos, que não são revelados, ou melhor, que são antes acobertados. A “espinha dorsal” do Plano Olímpico, que é a centralidade da Barra da Tijuca, se alinha perfeitamente à lógica do mercado, na medida em que potencializa ainda mais o uso do solo urbano naquela localidade, que absorverá a maior parte dos recursos públicos empregados até 2016, em benefício principalmente do setor privado. E justamente aí encontra-se um outro ponto de fragilidade: esses principais beneficiados são alvo de investigações quanto à idoneidade de seus negócios imobiliários na região. Inclusive terrenos destinados a instalações olímpicas estão em litígio há anos, como é o caso dos locais em serão construídos a Vila dos Atletas, e o campo de golfe, ambos com origem de posse do Banco de Crédito

⁵⁷ Americo Teixeira Jr, editor do Diário Motorsport, colunista da Revista Warm Up, assessor de imprensa do piloto Helio Castroneves, e trabalha com automobilismo desde 1981. Com passagens por Racing, Autoesporte e Motorsport Brasil (revista da CBA). Trecho extraído de seu blog <http://www.diariomotorsport.com.br/2012/09/cesar-maia-e-carlos-nuzman-os-grandes-viloes-no-processo-de-destruicao-de-jacarepagua/>, acessado em junho de 2013.

Móvel, principal indiciado por crimes de grilagem de terras, conforme demonstrado anteriormente.

Admitindo, porém, que não basta apenas chegar a estas constatações, a pesquisa procurou identificar, além dos interesses velados na produção da “cidade olímpica”, os atores, as formas e processos específicos através dos quais estes interesses se articularam para incidir e conformar os processos de decisão. Como estes interesses se estruturaram? Como pautaram a política urbana carioca? Claro que a complexidade e obscuridade de tais questões requerem um esforço e um tempo ainda maior de investigação para se chegar a resultados mais contundentes acerca da teia de relações que se pretende desvendar. Não é tarefa fácil, mas acredita-se que os primeiros passos para se chegar a este objetivo foram dados.

A partir das informações levantadas e expostas até aqui, já é possível fazer algumas afirmações: houve a participação ativa, e inclusive protagonista, do COB, representado por Carlos Arthur Nuzman, em comum acordo com o Poder Executivo Municipal, à época representado pelo prefeito César Maia (PTB), quando começaram a desenhar o plano estratégico da candidatura para os Jogos Pan-Americanos de 2007, em 2001, no primeiro ano de sua segunda gestão na prefeitura carioca. Lembrando que Nuzman já fazia parte do Conselho Diretor do Plano Estratégico do Rio de Janeiro (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 1996) desde a época da primeira gestão de César Maia (1994-2001), uma arena importante de decisões urbanísticas da cidade à época:

“(...) a função do Conselho da Cidade é meramente simbólica. Na verdade, ‘Instância maior do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro’, o conselho somente se reunirá para homologar documentos preparados pelo Comitê Executivo e previamente aprovados pelo Conselho Diretor. (...) O conselho não constitui, de fato, um organismo coletivo, mesmo porque, como esclareceu o Diretor Executivo em um debate público no qual foi interpelado acerca dos procedimentos e da falta de democracia no processo, seria ‘impossível administrar o debate num coletivo tão heterogêneo’. Com esta preocupação estritamente operacional, decidiu-se que a tarefa administrativa de discutir e deliberar deveria ficar a cargo de coletivos mais homogêneos: o Comitê Executivo e o Conselho Diretor” (VAINER, 2000: 109 - destaque nosso).

Ao que tudo indica, pode ter havido também uma influência importante de grandes incorporadoras e proprietários de terras, já que está claro serem esses os grandes beneficiários de toda a “operação olímpica”, não apenas em relação às

licitações das obras, mas também dos investimentos públicos através de financiamentos e infraestrutura que convergem para sua principal região de atuação, especialmente no que se refere aos novos acessos viários.

Conforme mostram diversos autores (MARICATO, 2000; ROLNIK, 2010; OLIVEIRA, 2012), é notório que no Brasil as grandes empreiteiras e os promotores imobiliários estão entre os maiores financiadores de campanhas políticas, o que pode explicar como seus interesses têm conformado as políticas urbanas:

“Juntas, as sete maiores empreiteiras do país, Odebrecht, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS, Delta e Galvão Engenharia, somaram uma receita bruta de R\$ 28,5 bilhões em 2010 (ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA, 2011). Todas elas estão envolvidas na construção de grandes obras relacionadas aos megaeventos esportivos e financiadas com recursos públicos. No Rio de Janeiro, conforme informado na prestação de contas ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro referente às eleições de 2012, o partido do prefeito reeleito Eduardo Paes, o PMDB, recebeu doações iguais, todas no valor de R\$ de 500.000,00, das construtoras e empreendedoras OAS, Carvalho Hosken e Cyrela e o PT que também conferiu apoio a Eduardo Paes foi contemplado com 300.000,00 da Carioca Engenharia, todas elas beneficiárias das obras realizadas para as Olimpíadas 2016. Além disso, a Carvalho Hosken fez também uma doação no valor de R\$ 150.000,00 diretamente à candidatura de Eduardo Paes” (OLIVEIRA, 2012:162).

Tal fato só corrobora com a teoria da "máquina de crescimento", cujos sujeitos da "coalisão", no caso aqui estudado, vislumbraram o evento olímpico como um catalizador que potencializaria seus ganhos capitalistas através da produção do espaço urbano numa localização estrategicamente selecionada dentro da metrópole carioca, intensificando ainda mais o processo de desenvolvimento desigual e segregação socioespacial: a expressão máxima da apropriação e controle do espaço pela classe dominante.

3. A CONSTRUÇÃO DA CIDADE OLÍMPICA: MANOBRAS, CONFLITOS E CONTRADIÇÕES

Com o êxito da candidatura e passada a euforia da vitória, se inicia uma nova etapa em que os gestores urbanos da cidade do Rio de Janeiro se veem perante o grande desafio de colocar em prática todas as propostas que constam no caderno de encargos apresentado ao COI. Mais que isso: precisam cumprir as exigências desta instituição responsável pelo megaevento olímpico, que possui autonomia, através do seu sistema normativo (recomendações, manuais de candidaturas, códigos de conduta, garantias, contratos etc), que lhe confere uma “capacidade de impor constrangimentos frente à ordem jurídica de um país” (OLIVEIRA, 2012). Ou seja, mais do que arcar com os custos e construção de toda infraestrutura “necessária” à realização dos Jogos, há de se garantir legalmente a proteção e a valorização da marca olímpica, os lucros e interesses dos seus proprietários e patrocinadores.

Porém, como as relações e estratégias dos atores envolvidos neste processo não são estáticas, conflitos de interesses começam a emergir e inclusive redesenhar alguns cenários, como será abordado neste capítulo. Trata-se, portanto, de um relato analítico do processo de implementação do Plano Olímpico, um período importante de tomada de decisões e andamento de intervenções urbanas estruturadoras, com o objetivo de identificar manobras político-administrativas, bem como alterações realizadas no plano original e as contradições e fragilidades que se revelam neste processo, sempre buscando também identificar os principais atores e interesses envolvidos.

3.1. Rearranjos institucionais e legais

Poucas pessoas fazem ideia que para a realização dos megaeventos, Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, foi estabelecido no país um arcabouço jurídico, composto por uma série de decretos, medidas provisórias e projetos de lei, votados

em regime de urgência, que têm produzido grandes rupturas nos marcos políticos e institucionais em múltiplas escalas (OLIVEIRA, 2010).

Sob o argumento de agilizar a gestão pública para o cumprimento dos prazos, foram criadas estruturas institucionais especiais nos diferentes níveis de governo. Na esfera municipal opera hoje a Empresa Olímpica Municipal (EOM), com atribuições de autoridade pública, mas de capital fechado, para a coordenação dos projetos da carteira olímpica sob a responsabilidade da prefeitura, autorizada inclusive a executar e contratar obras. No âmbito estadual fica a cargo do escritório de gerenciamento de projetos (EGP), que funciona dentro da Casa Civil. E no Governo Federal, foi criada a Autoridade Pública Olímpica (APO), um ente estabelecido através de um consórcio público, cujo papel principal é articular todos os envolvidos nos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016, nas diversas áreas: transporte, serviços, cultura, meio ambiente etc.

A respeito dos rearranjos legais, segue abaixo uma compilação das principais iniciativas:

Governo	Nome/referência	O que estabelece
Federal	Ato Olímpico - Lei 12.035/2009	Renúncias tarifárias, flexibilização de barreiras migratórias para todos os credenciados pelo COI, critérios de proteção da marca olímpica, dentre outras coisas.
	Medida Provisória 496/2010, convertida na Lei 12.348/2010	Autorização do endividamento dos municípios para além da Renda Líquida Real em operações de crédito para financiamento de infraestrutura relativa à realização da Copa de 2014 e JO de 2016
	Regime Diferenciado de Contratações - Lei 12.462/2011	Condições especiais para a contratação dos projetos da Carteira Olímpica
	Lei Geral da Copa - Lei 12.663/2012	Exceções à ordem jurídica do país visando à realização da Copa do Mundo 2014 e Copa das Confederações 2013: proteção e exploração dos direitos comerciais relacionados aos eventos, flexibilidade na concessão dos vistos de entrada e permissão de trabalho no país, responsabilidade civil da União sobre danos causados à FIFA ou a terceiros etc
Municipal	Decreto 30.379/2009	Compromissos semelhantes aos assumidos no Ato Olímpico, só que na esfera municipal
	“Porto Maravilha” – Leis 101/2009, 102/2009 e 5.128/2009	AEIU na Região Portuária, Modificação do Plano Diretor para a criação da OUC, dos CEPACs e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
	PLC nº 44/2010	Alteração dos parâmetros urbanísticos em benefício da indústria hoteleira em vários pontos da cidade; Operação Interligada no bairro Cidade Nova, para viabilizar as obras no entorno do Sambódromo; autorização da venda de imóveis remanescentes da construção do Parque Olímpico, viabilizando a PPP do Parque Olímpico
	PLC nº 716/2010	Incentivos fiscais para a indústria hoteleira, especificamente no Porto
	PLC nº 715/2010	Empresa Rio 2016 (sancionada pela Lei 5.229/2010), posteriormente transformada em Autoridade Olímpica Municipal, e finalmente em Empresa Olímpica Municipal (EOM)

Tabela 3 - Arcabouço legal dos megaeventos. Fonte: Elaboração própria com dados em OLIVEIRA (2012)

A partir destes dados é possível constatar que se trata de uma grande operação no âmbito legal para garantir os interesses das organizações promotoras dos megaeventos, e viabilizar os projetos ligados aos mesmos. Entre os principais beneficiários desse arcabouço legal, além dos proprietários do solo, conforme abordado no capítulo anterior, estão também as empresas da construção civil e do setor hoteleiro. Os megaeventos surgem então como catalizadores desses processos, como instrumentos eficazes para o estabelecimento de regras que fogem à regra:

“A cidade dos mega-eventos é a cidade das decisões ad hoc, das isenções, das autorizações especiais... e também das autoridades especiais. O Comitê Olímpico, a Autoridade Olímpica... quem os elegeram?” (VAINER, 2011:11)

Esta é a ideia de “cidade de exceção”, apresentada por VAINER (2011), que diz respeito à conjuntura na qual as regras que regem o estado de direito dão lugar a outras, estabelecidas não mais pelo interesse público, mas por interesses privados. Ela é o resultado do modelo neoliberal de planejamento, onde a cidade deve ser gerida visando aos lucros capitalistas, pois só assim terá chances de “sobreviver” aos tempos de competitividade.

Para VAINER, este discurso submete o espaço urbano a uma despolitização, à medida que não há lugar para o conflito de ideologias, dissenso e negociação democrática, pois há apenas um único, verdadeiro e legítimo interesse: a produtividade. A cidade, para ser produtiva, para ser competitiva, não pode perder tempo com discussões, precisa ser ágil, precisa aproveitar as oportunidades de negócio.

“O que Ascher chamava de urbanismo ad hoc, o que pudicamente se designou de flexibilidade, o que outros saúdam como empreendedorismo urbano e cidade empresa, se transfigura em permanente e sistemático processo de desqualificação da política.” (VAINER, 2011: 5)

Esta noção é que enfim torna possível, mais que isso, “exige e instaura, como necessidade emergencial, uma nova forma de constituição do poder na/da cidade”, que toma por regra a “invisibilização dos processos decisórios” para neutralizar ou superar os conflitos internos e a resistência ao pleno desenvolvimento dos “negócios da cidade”.

3.2. Gerência dos projetos e ausência de controle público

Se o processo de elaboração do Plano “Rio 2016” não foi democrático, não tem sido diferente em seu processo de implantação. Afinal, como dito anteriormente, a “cidade-empresa” precisa ser ágil e pragmática, não admitindo dispêndio de tempo e energia com discussões e negociações com a população. Por isso, apesar das diversas disputas e conflitos que têm surgido, não há espaço para a participação da sociedade civil nesta nova estrutura institucional criada em caráter excepcional, conforme informações coletadas em diversos documentos produzidos pelas organizações populares⁵⁸. Até foram criados alguns conselhos consultivos para tratar de assuntos concernentes aos megaeventos, mas a prática tem mostrado que, do ponto de vista de sua influência sobre os processos decisórios relevantes, eles não são efetivos.

O Conselho consultivo da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), por exemplo, a princípio, foi criado com o objetivo de avaliar as ações da empresa, que coordena a “maior Operação Urbana Consorciada do país”⁵⁹. É composto por um representante da própria CDURP, três representantes da prefeitura e três representantes da sociedade civil, estes últimos escolhidos pelos demais integrantes do conselho: sendo eles o vice-presidente do IAB-RJ, o superintendente geral da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) e um membro do Conselho de Segurança do Bairro da Gamboa (COMITÊ POPULAR COPA E OLIMPÍADAS DO RIO, 2013). Entretanto, não foram divulgados quais os critérios utilizados para a nomeação destes conselheiros.

Outro exemplo é o Conselho de Legado, criado em fevereiro de 2011, cujo objetivo divulgado era o de “fiscalizar o andamento e o legado das obras para a

⁵⁸ Para citar alguns: Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2011), que reúne representantes dos Comitês Populares da Copa, presentes em 12 cidades-sedes do mundial de 2014 (<http://www.portalpopulardacopa.org.br/>); o Fórum Comunitário do Porto (2011), espaço público de debate das denúncias de violações de direitos dos moradores da região portuária, e estratégias de ação política de defesa destes direitos (<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/about/>); Rede Megaeventos Esportivos (REME), que surgiu como desdobramento do Comitê Social do Pan-2007, uma articulação de entidades e cidadãos, sem estatuto jurídico e partidária, criada em 2005 com intuito promover o monitoramento dos impactos dos megaeventos esportivos no país para democratizar a implementação e a realização da Copa/2014 e Rio/2016.

⁵⁹ Palavras do prefeito Eduardo Paes no Workshop "Porto Maravilha: Desafios e Oportunidades", realizado em 19 de dezembro de 2011. Disponível em <http://portomaravilha.com.br/conteudo/workshop.aspx>, acessado em abril de 2012.

Copa do Mundo 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, além de propor novas ideias que tragam benefícios para a cidade”⁶⁰. Composto por cinco representantes da Prefeitura, um do Governo Estadual, representantes dos comitês organizadores da Copa do Mundo e das Olimpíadas, cinco representantes do setor privado (não divulgados) e quatro representantes da sociedade civil (Associação Comercial do Rio de Janeiro, Instituto dos Arquitetos do Brasil, Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, ONG Rio Como Vamos)⁶¹. Observa-se uma abertura apenas de ordem formal para a participação da sociedade civil e a completa ausência de participação popular, além da prioridade claramente dada à representação do setor empresarial.

A participação extremamente limitada estende-se também ao próprio corpo técnico da prefeitura. De acordo com os depoimentos levantados nas entrevistas, a gerência dos projetos está sendo conduzida diretamente pela Casa Civil, que possui uma coordenação da Copa do Mundo de 2014 e outra para as Olimpíadas de 2016. Segundo um dos entrevistados, o gerente de planejamento da Secretaria Municipal de Transportes, Luiz Paulo Gerbassi Ramos, estas equipes estão trabalhando em conjunto com o Governo do Estado, também no âmbito da Casa Civil Estadual, pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP)⁶². Ou seja, as decisões estão sendo tomadas em outro nível, com restrita participação: no caso dos projetos de mobilidade, há apenas um representante da Secretaria Municipal de Transportes, Antônio Carlos Velloso, coordenador da CET-RIO (Companhia de Engenharia de Tráfego), no acompanhamento das reuniões.

Em virtude destas informações coletadas, pode-se concluir que o poder público, agente central neste processo, tem buscado assegurar as condições ideais de negócios, priorizando o diálogo com as empresas e organizações ligadas aos megaeventos. O reflexo disto tem sido a falta de transparência e controle público sobre os projetos, e a ausência completa de canais de diálogo efetivo com a

⁶⁰ “Prefeitura do Rio apresenta o Conselho do Legado da Cidade”, 14/02/2011. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1547574>, acessado em junho de 2013.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² Criado em agosto de 2007, por decreto governamental, tem a finalidade de gerir projetos e convênios sob responsabilidade do governo do Estado. É vinculado diretamente à estrutura da Secretaria de Estado da Casa Civil. o EGP-Rio gerencia hoje uma carteira de 99 projetos que, juntos, somam R\$ 17 bilhões, entre contratos de repasse, convênios, projetos e programas – inclusive todas as ações relacionadas aos Jogos Olímpicos sob responsabilidade do governo do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.egprio.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=326>, acessado em julho de 2013.

população, principalmente àquela mais afetada pelas intervenções que estão em curso na cidade.

3.3. Alterações no Plano original

“A ampliação da escala espacial resulta, portanto, na incorporação de uma escala temporal na decisão: os GPUs supõem o reconhecimento de que sua implantação não está totalmente determinada (PORTAS, 2003). Trata-se, segundo ASCHER (2001), de um processo aberto, com retro-alimentações e abordagens interativas, pelo qual o projeto está sujeito a frequentes readaptações, exigidas por circunstâncias cambiantes e pela dinâmica de interação entre os atores envolvidos.” (SANCHEZ, BIENENSTEIN, et al, 2007: 6)

A implementação de um plano da escala de atuação do Plano Olímpico, conforme citação acima, pressupõe um processo altamente dinâmico, que não está dado, mas que depende de diversos fatores e sujeitos envolvidos no decurso de intervenções no território. Por isso, alterações significativas nas propostas iniciais, que constam no dossiê de candidatura, já foram feitas. Alguns exemplos são: a alteração do traçado da Transcarioca⁶³; a inclusão de mais um corredor de ônibus (BRT), o Transbrasil⁶⁴; a extensão da linha 4 do metrô⁶⁵; e a principal delas, a modificação da localização da Vila de Mídia, Vila dos Árbitros e setores operacionais⁶⁶ da Barra da Tijuca para a Zona Portuária, aprovada pelo COI em maio de 2010⁶⁷. Isto demonstra como ao longo do processo de implementação decisões importantes vão sendo tomadas, fato que suscita indagações tais como: quem as toma? Por que o que estava previsto inicialmente foi alterado? Que tipos de interesses estavam em jogo e quais foram ou não atendidos?

⁶³ A mudança mais significativa ocorreu na altura do bairro Olaria, onde o corredor passaria pela Estrada Engenho da Pedra e agora atravessará parte da Rua Uranos, por exigência do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). Por conta disso, o trecho 2 do corredor, entre a Penha e o Aeroporto Internacional Tom Jobim, teve o número de desapropriações reduzido de 750 para 500 casos. Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/mudancas-em-tracados-de-brts-reduzem-numero-de-desapropriacoes-6255676>, acessado em 27 de fevereiro de 2013.

⁶⁴ Este corredor BRT será implantado numa via expressa já existente, a Avenida Brasil, que passará por reformas para abrigar as vias segregadas e as estações.

⁶⁵ Ligação entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca, trecho que inicialmente seria atendido pelo BRT, conforme o dossiê de candidatura (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009).

⁶⁶ Apresentação do concurso “Porto Olímpico”. Disponível em <http://concursoportoolimpico.com.br/website/apresentacao/>

⁶⁷ Fonte: “COI joga âncora no Porto”, Jornal O Globo, 21 de maio de 2010.

Estas perguntas se constituíram em diretrizes para o aprofundamento em um dos casos supracitados, a transferência de parte das instalações olímpicas para o Porto, escolhido por conta da sua relevância, não só porque trás à tona um dos principais debates suscitados neste trabalho, que é a questão locacional da escolha da Barra da Tijuca, mas também porque revela certas fragilidades do discurso oficial e exemplifica bem o conflito de interesses que pode haver e as estratégias e manobras que vão se configurando nesta disputa.

3.3.1. O “Porto Olímpico”

Cabe pontuar que as propostas de (re)qualificação desta região são antigas, remontando à década de 1980, quando começa a se debater experiências de “requalificação” de *waterfront* em outras metrópoles mundiais, tais como Baltimore (Inner Harbor), Londres (London Docklands), Barcelona (Plano de Remodelação do Porto Vell), Londres (London Docklands), Buenos Aires (Puerto Madero), dentre outras.

Entretanto, no Rio de Janeiro, as diversas propostas nunca foram efetivadas, dentre outras razões, por conta da falta de um acordo concreto entre as esferas governamentais, destacando-se aí a União proprietária da maioria dos terrenos na região portuária. Cita-se como exemplo o Plano “Porto do Rio”⁶⁸, do ano 2001, que tinha como “projeto âncora” a construção de uma filial latino-americana do museu Guggenheim, de autoria do arquiteto francês Jean Nouvel, orçado em cerca de US\$200 milhões, mais US\$20 milhões de licença do uso da marca Guggenheim, e mais royalties sobre os ingressos (BENTES, 2010). Ainda conforme BENTES, por conta destes altos custos e também de um movimento da sociedade contra o projeto de Nouvel, foram impetradas ações na justiça que impediram sua concretização. Fato que fez o então Prefeito Cesar Maia desistir de levar o projeto adiante.

O fato é que há muitos anos existe uma grande discussão sobre a necessidade de investimentos na região do porto, dada sua importância histórica,

⁶⁸ Desenvolvido pelo Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura do Rio de Janeiro, oficialmente apresentado no final do ano de 2001 (BENTES, 2010).

cultural e de desenvolvimento da cidade. Os próprios técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo entrevistados⁶⁹ relatam que esta discussão veio à tona na época de elaboração do dossiê de candidatura, ocasião em que eles mesmos teriam proposto que algumas instalações olímpicas ficassem na região portuária. Mas o COB, aparecendo mais uma vez como protagonista deste processo, descartou de imediato esta possibilidade, alegando que ficariam muito distantes do núcleo, que seria a Barra. Assim, o Porto consta no dossiê de candidatura, mas apenas para servir de ancoradouro dos navios transatlânticos que farão às vezes de hotel, uma solução pensada à época para resolver uma das grandes preocupações, que era o déficit de quartos para hospedagem no período dos Jogos (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, Dossiê de Candidatura, 2009). Nas palavras dos técnicos “o projeto do Porto só deslanchou, a partir de 2009, com a atual gestão.”⁷⁰

Mais precisamente, os fatos demonstram que o projeto “deslanchou” mesmo só após o anúncio da vitória da candidatura carioca para sediar as Olimpíadas de 2016, pois menos de um mês depois três Leis Municipais, 101/2009, 102/2009 e 5.128/2009, foram votadas em regime de urgência na Câmara Municipal⁷¹. São elas que compõem o projeto “Porto Maravilha”, viabilizando a criação da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) na Região Portuária, a modificação do Plano Diretor para a criação da Operação Urbana Consorciada (OUC) – instrumento que não está previsto no Estatuto da Cidade, conforme visto no capítulo 1 –, os Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs) e a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP).

Ao que tudo indica, o fator “Olimpíadas” foi fundamental para a efetivação deste projeto antigo da cidade. Isto porque era necessário um acordo muito bem alinhado entre as três esferas de governo, e principalmente a União, que é a maior proprietária de terrenos da região portuária⁷². Isto ocorreu graças à crescente participação do Governo Federal em todo este processo. Desde que Luiz Inácio Lula

⁶⁹ Cláudia Muricy e Daniel Mancebo, da Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo, entrevistados em outubro de 2012.

⁷⁰ *Idem, Ibdem.*

⁷¹ “Porto Maravilha: as armadilhas contidas nos projetos de lei da Prefeitura”, vereador Eliomar Coelho, 12/10/2009. Disponível em <http://www.eliomar.com.br/porto-maravilha-as-armadilhas-contidas-nos-projetos-de-lei-da-prefeitura/>, acessado em junho de 2012.

⁷² 62% dos terrenos é de propriedade da União, 6% do Estado, 6% do Município e 25% privado. Fonte: Apresentação do projeto Porto Maravilha, da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.slideshare.net/viniciusmoro/projeto-porto-maravilha>, acessado em julho de 2013.

da Silva assume a Presidência da República, em 2003, época em que o Rio de Janeiro já se preparava para realizar os Jogos Pan-Americanos de 2007, a União foi progressivamente ampliando sua participação. Neste período houve a criação do Ministério do Esporte, que antes era vinculado ao do Turismo, sinalizando a relevância que eventos esportivos viriam a assumir no cenário político do país (OLIVEIRA, 2012).

Desde então, o apoio da União na organização do Pan-2007, e posteriormente na candidatura olímpica, foi expressivo. Não apenas no que tange aos recursos financeiros, mas também pelo capital político e simbólico empregado: o Presidente Lula foi figura marcante em todos os processos, e inclusive, em parte, é atribuída a sua figura carismática e influente a vitória do Rio nesta disputa com outras cidades do mundo. Sua declaração, em entrevista à emissora Globo, exibida no Jornal Nacional no dia do anúncio da escolha do COI, em 02 de outubro de 2009, revela o grau de importância dado a esta realização:

“Do fundo do coração, hoje é o dia, talvez, mais emocionante da minha vida. (...) senti muito mais orgulho de ser brasileiro do que eu já sentia. (...) Eu, na verdade, não ganhei do Obama: foi o Rio de Janeiro que ganhou de Chicago, de Madrid, de Tóquio. (...) eu acho que hoje o Brasil conquistou sua cidadania internacional.”



Figura 7 – (esq.) Orlando Silva Júnior (Ministro dos Esportes à época), Prefeito Eduardo Paes, (ex) Presidente Lula, Governador Sérgio Cabral Filho e Carlos Arthur Nuzman (presidente do COB), 2009. Fonte: <http://www.agenciabrasil.gov.br/media/imagens/2009/04/03/03042009G00008.jpg/view>, acessado em novembro de 2011. (dir.) Governador Sérgio Cabral, (ex)Presidente Lula, Prefeito Eduardo Paes, na inauguração do projeto "Porto Maravilha", 23/06/2009. Fonte: http://www.alerj.rj.gov.br/escolha_foto.asp?codigo=30491, acessado em novembro de 2011.

A partir de então, além de disponibilizar e negociar os terrenos com a Prefeitura⁷³, o Governo Federal assinou um acordo que garante recursos da ordem

⁷³ Após dois anos de negociações a Secretária do Patrimônio da União, Paula Maria Motta, Lara e o Prefeito Eduardo Paes assinaram, em 05 de abril de 2012, o contrato de compra e venda de uma área de mais de 116 mil m² na zona portuária. Matéria "Ministério do Planejamento oficializa terreno do Porto Maravilha", 05/04/2012.

de R\$7,6 bilhões, numa operação feita pela Caixa Econômica Federal, utilizando o Fundo de Garantia Tempo de Serviço (FGTS), que serão repassados ao consórcio “Porto Novo” (Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia), nos próximos 15 anos, para a realização das obras e serviços do projeto Porto Maravilha⁷⁴. Em troca, a Caixa Econômica Federal passa a administrar a emissão dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs), títulos vendidos em um único lote, no valor de R\$ 3,4 bilhões, pagos também com dinheiro do FGTS. Ou seja, trata-se de uma operação imobiliária executada por empresas privadas, mas financiada com recursos públicos, que totalizam até agora mais de R\$11 bilhões.

Vale dizer que, embora a autoria do projeto de lei seja atribuída pela Prefeitura ao Instituto Pereira Passos (IPP), o documento reproduz quase que na íntegra uma espécie de “Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP)” apresentada à prefeitura através de um documento chamado “Relatório Urbanístico da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha” (OLIVEIRA, 2012), realizado pelas mesmas empresas que hoje compõem o consórcio vencedor da licitação. O projeto “Porto Maravilha” e todo seu modelo de gestão teriam sido elaborados pelo próprio consórcio “Porto Novo”, que em 29 de setembro de 2010, era proclamado o único concorrente habilitado no processo de licitação desta PPP.

Além disso, a mesma autora ainda afirma que:

“(...) o processo de concepção e aprovação da operação na Zona Portuária, cuja concretização envolveu o desmonte da estrutura administrativa do IPP, com a substituição de parte de seu quadro funcional de carreira por ex-funcionários da empresa de consultoria Mckinsey, coordenados pelo antigo sócio da mesma empresa, Felipe Góes, apenas ilustra de forma mais explícita as articulações de interesses e poder estabelecidas em torno do novo quadro institucional vinculado aos megaeventos, que entronizou empresas privadas diretamente, sem mediações, no coração dos processos de planejamento e gestão da cidade.” (OLIVEIRA, 2012:241, 242)

Outro ator que não poderia passar despercebido é a Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo, que através de uma parceria com a Prefeitura⁷⁵ e

Disponível em <http://patrimoniode todos.gov.br/pastanoticia.2009-07-02.8239097967/ministerio-do-planejamento-oficializa-terreno-do-porto-maravilha>, acessado em junho de 2013.

⁷⁴ “Prefeito assina com Governo Federal acordo que garante R\$7,6 bilhões para obras do Porto Maravilha”, 27/12/2010. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1411062>, acessado em abril de 2012.

⁷⁵ “Os contratos entre a prefeitura e a Fundação Roberto Marinho, que não tem fins lucrativos, são de R\$ 64 milhões, no Museu de Arte do Rio (MAR), e de R\$ 29 milhões, no Museu do Amanhã”. Trecho extraído da matéria “Samba, política e cerveja”, Época online, por Luiz Maklouf Carvalho, 21/06/2013. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2013/06/samba-politica-e-cerveja.html>, acessado em julho de 2013.

o Governo do Estado⁷⁶, é responsável pela concepção e desenvolvimento dos projetos de arquitetura, museografia e conteúdo das grandes âncoras culturais do “Porto Maravilha”⁷⁷: Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR)⁷⁸, na Praça Mauá, e o Museu do Amanhã, no Píer Mauá. Esse último, com projeto arquitetônico assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, mundialmente conhecido, previsto para o mesmo local onde deveria ter sido construído o Guggenheim, projeto de Jean Nouvel, conforme dito anteriormente, na mesma lógica de promoção da “revitalização” urbana através do *star-system* da arquitetura e da espetacularização da cultura (VAZ & JACQUES, 2003).

E por fim, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) do Rio de Janeiro, surge também neste processo, representado por seu presidente, o arquiteto e urbanista, Sérgio Magalhães, que protagoniza uma série de debates, entrevistas e palestras em prol da transferência dos equipamentos e instalações olímpicas para a Zona Portuária, em detrimento da Barra. Suas declarações insistiam na ideia de que se isto ocorresse a cidade como um todo, inclusive os bairros mais carentes do subúrbio, seriam muito mais beneficiados, lançando mão de diversos argumentos, como por exemplo: ao invés de se pensar no metrô para a Barra, um “*investimento sem pé nem cabeça, em termos de prioridade*”⁷⁹, poderia se garantir uma melhora efetiva do sistema de trens, aproveitando uma malha já existente, que encontra-se em péssimas condições e que atende a uma parcela mais significativa da população.

No site oficial do MAR (<http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/o-mar>) encontra-se ainda que “O projeto é uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Fundação Roberto Marinho, com a Vale e as Organizações Globo como Patrocinadoras e o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Ministério da Cultura, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura.” Quanto ao Museu do Amanhã a informação oficial é que trata-se de “uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Fundação Roberto Marinho, com o Banco Santander como Patrocinador Master e o apoio do Governo do Estado, por meio de sua Secretaria do Ambiente, do Governo Federal, por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e da Secretaria dos Portos.” Fonte: <http://portomaravilha.com.br/web/esq/projEspMusAmanha.aspx>, acessado em agosto de 2013.

⁷⁶ Para a construção do Museu do Amanhã o Governo do Estado assinou um convênio entre a Prefeitura e a Fundação Roberto Marinho. O custo total do projeto gira em torno de R\$ 130 milhões, dos quais o Estado arcará com R\$ 24 milhões, oriundos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam), da Secretaria do Ambiente, cabendo o restante à Prefeitura. Fonte: “Estado assina convênio para construir Museu do Amanhã”, Secretaria do Meio Ambiente, 19/10/2010. Disponível em http://www.sea.proderj.rj.gov.br/pages/imprensa/detalhe_noticia.asp?ident=1386, acessado em julho de 2013.

⁷⁷ Informações cedidas por Amanda Nunes, da Assessoria de Imprensa da Fundação Roberto Marinho, via e-mail, em 05 de setembro de 2013.

⁷⁸ No caso do MAR, a Fundação Roberto Marinho também foi responsável pela construção. Fonte: informações cedidas por Amanda Nunes, da Assessoria de Imprensa da Fundação Roberto Marinho, via e-mail, em 05 de setembro de 2013.

⁷⁹ Entrevista com Sérgio Magalhães, matéria “O Porto tem que ser aproveitado”, Jornal O Globo, 6 de outubro de 2009.

Em outras oportunidades enfatizou também questões de racionalização dos gastos públicos e estratégia de planejamento da cidade: ele defendia que a partir do momento em que se divulgou o projeto “Porto Maravilha”, em que a prefeitura havia anunciado ter costurado acordos nos três níveis de governo deixando disponíveis 1,1 milhão de metros quadrados, dos quais cerca de 75% é de propriedade pública, ou seja, sem a necessidade de desapropriações, o cenário muda completamente:

“Na área do Porto Maravilha cabem a Vila Olímpica, a Vila da Imprensa, apartamentos para hotelaria, equipamentos esportivos, tudo o que for necessário. Muitos deles nem demandam construções, poderiam ficar sediados temporariamente em galpões do porto. Mesmo assim, todas essas instalações somadas não chegam a 40% da área disponível na região. Nem é preciso queimar o estoque imobiliário da zona portuária. A Olimpíada poderia produzir uma sinergia importante para o desenvolvimento da área. Se os investimentos forem canalizados para a Barra, a região central será enfraquecida de vez, em favor da nova centralidade urbana que Lucio Costa projetou para lá. Portanto, há um conflito estratégico essencial no desenvolvimento do Rio de Janeiro nesse momento, algo que nenhuma cidade contemporânea se deu o luxo de enfrentar.”⁸⁰

Ainda em 18 e 19 de março de 2010, no evento “Conexão Rio-Barcelona: as olimpíadas e a cidade”⁸¹, Sérgio Magalhães fez uma apresentação, na qual teceu novamente uma grande crítica ao Plano Olímpico, dizendo ser a escolha da Barra da Tijuca um erro urbanístico. Demonstrou vários exemplos de cidades-sede em que a vila e o parque olímpicos ficaram dentro de um raio sempre menor do que 15 km com relação ao centro, ao passo que no modelo do Rio de Janeiro dista o dobro: um raio de quase 30 km.

⁸⁰ Entrevista com Sérgio Magalhães, matéria “Debate público sobre os equipamentos olímpicos a serem construídos no Rio de Janeiro”, por Evelise Grunow, PROJETO DESIGN, Edição 358, dezembro de 2009. Disponível em <http://www.arcoweb.com.br/entrevista/sergio-magalhaes-debate-publico-05-03-2010.html>, acessado em abril de 2012.

⁸¹ Evento promovido pelo próprio IAB do Rio de Janeiro, em parceria com a Prefeitura da cidade, o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ, a Câmara Oficial Espanhola de Comércio no Brasil e o Consulado da Espanha no Rio de Janeiro. Contou com a presença de representantes dos três níveis do governo brasileiro, do COI, do COB, da academia, dentre outros, além dos convidados catalães Jordi Borja e Manoel de Forni, principais responsáveis pelo Plano Estratégico de Barcelona, e também do primeiro Plano Estratégico do Rio (ver capítulo 2). Fonte: <http://www.iabRJ.org.br/as-olimpiadas-e-a-cidade-conexao-rio-barcelona>, acessado em março de 2010.

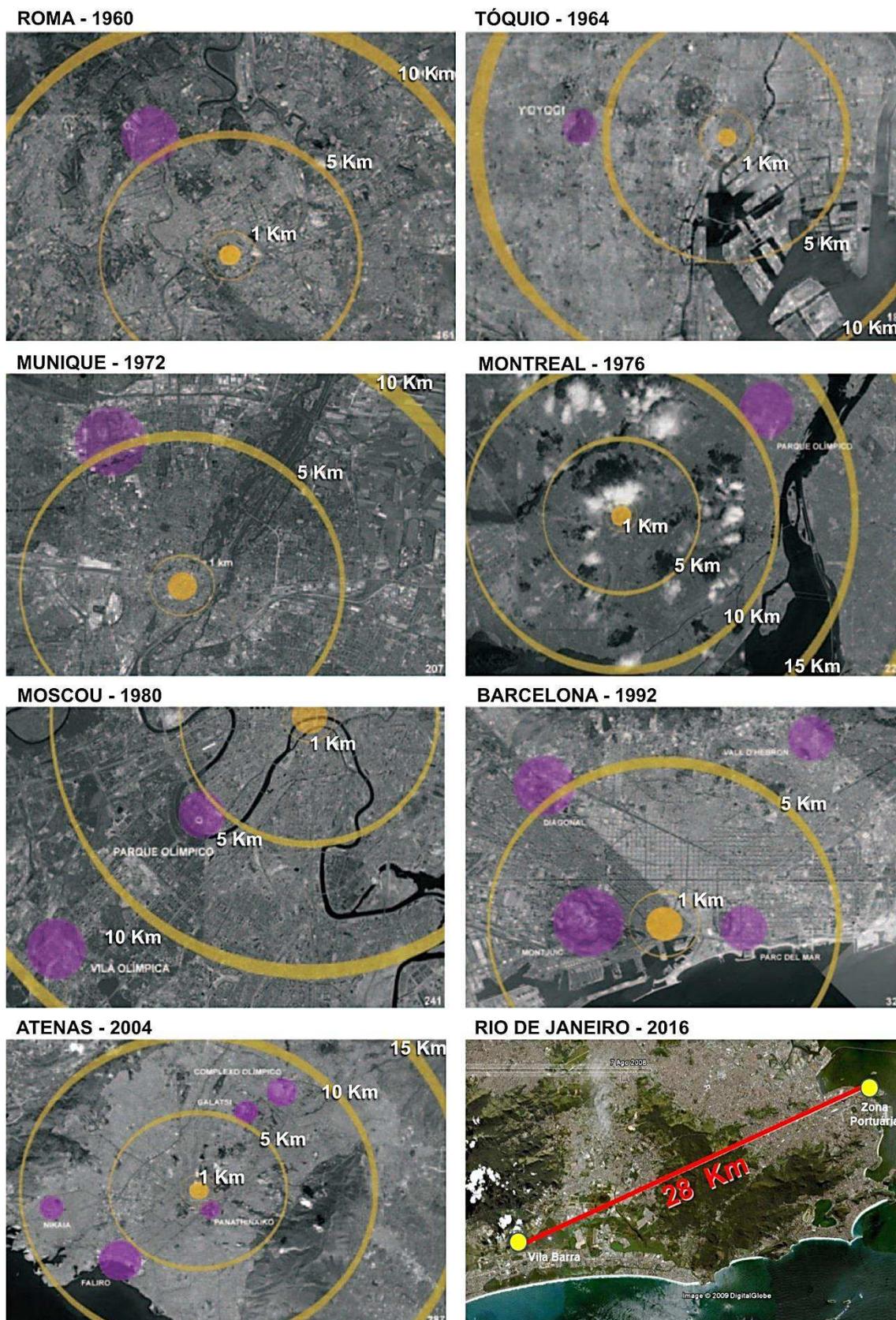


Figura 8 – A distância de instalações olímpicas (manchas em roxo) e o centro em cidades-sede. Fonte: Montagem a partir de imagens retiradas da apresentação “Rio: desafios olímpicos”, de autoria do arquiteto e presidente do IAB/RJ, Sérgio Magalhães, feita no seminário “Conexão Rio-Barcelona: as olimpíadas e a cidade”, em março de 2010. Disponível em http://www.iabRJ.org.br/wp-content/uploads/2011/04/apres%20IAB%20RioBarcel_SM.pdf, acessado em novembro de 2012.

A crítica foi reforçada pela *expertise* catalã, empregadora e difusora do modelo do “empresariamento urbano”, que inclusive foi responsável pelo processo de elaboração do Planejamento Estratégico na cidade do Rio de Janeiro (ver capítulo 1), presente também no referido evento. Jordi Borja, que foi coordenador do comitê organizador da prefeitura de Barcelona para a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos de 1992, fez a seguinte declaração nesta ocasião:

“Cada vez me surpreendo mais com o projeto inicial aprovado pelo COI. Cada vez o considero menos justificado (...). Para mim é uma aberração (...). Não temos que seguir as lógicas do mercado e sim utilizá-lo como um instrumento. (...) Se o governo disser que ao invés de investir na Barra, vamos investir no centro, poderá haver impactos mais positivos. Trata-se de recursos públicos! Então se não tiver uma justificativa social, é questionável o projeto. Para quem os investimentos? Quem irá usufruir desses investimentos?”⁸²

Para além de claros interesses de prestação de consultoria, é preciso pontuar que esta colocação, feita por um dos principais responsáveis pela formulação e difusão do modelo “estratégico” de planejamento, faz pensar um pouco sobre os rumos que este ideário introduzido aqui acabou tomando. Traduz um posicionamento muito contrário ao que se tornou o Plano Olímpico do Rio. É perceptível que ocorreu um embate, um conflito de interesses entre estes sujeitos, apresentados neste capítulo, e aqueles relacionados ao processo de escolha da Barra da Tijuca, expresso em um dos relatos de Sérgio Magalhães:

“O COB [Comitê Olímpico Brasileiro] foi enfático em proibir alterações no projeto da candidatura, mas, pelo que sabemos, pode mudar, sim.”⁸³

Note-se também o papel do poder público na reorientação estratégica: um dos argumentos utilizados pelo prefeito Eduardo Paes junto à comissão do COI em defesa da proposta de modificação, foi um estudo realizado, a pedido da Prefeitura, pela Associação de Dirigentes de Mercado Imobiliário (Ademi), que mostrava que não haveria mercado imobiliário suficiente na Barra da Tijuca para receber um número tão grande de unidades habitacionais (só a Vila Olímpica serão 3.700 unidades), podendo absorver no máximo duas mil unidades por ano⁸⁴. Ora, esta

⁸² Arquivo pessoal.

⁸³ Entrevista com Sérgio Magalhães, matéria “Debate público sobre os equipamentos olímpicos a serem construídos no Rio de Janeiro”, por Evelise Grunow, PROJETODESIGN, Edição 358, dezembro de 2009. Disponível em <http://www.arcoweb.com.br/entrevista/sergio-magalhaes-debate-publico-05-03-2010.html>, acessado em abril de 2012.

⁸⁴ Fonte: “COI joga âncora no Porto”, Jornal O Globo, 21 de maio de 2010.

informação é bastante conflitante com a que consta no dossiê de candidatura, o qual afirma que:

“o projeto da Vila (dos Atletas) está completamente ancorado em sólidos estudos de viabilidade, e apoiado pela alta demanda por empreendimentos residenciais nas áreas onde as Vilas (dos Atletas, Mídia e Árbitros) estão localizadas e, em particular, na Barra” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, Dossiê de Candidatura aos JO de 2016, 2009: 204 – vol. 2).

A partir desta análise é possível afirmar que não há uma justificativa plausível e muito menos embasada em “estudos sólidos” para as escolhas realizadas. Elas dependem muito mais de decisões políticas e acordos entre os sujeitos da coalisão, que mudam conforme as circunstâncias e interesses em jogo. As novas possibilidades que surgiram com a efetivação do projeto portuário, aliadas ao discurso competente dos técnicos locais e dos consultores catalães, alçaram a proposta de mudança no projeto original, encaminhada pela prefeitura ao COI, que no dia 20 de maio de 2010, apesar de ter negado que provas fossem transferidas, autorizou a transferência de parte da Vila de Mídia, da Vila dos Árbitros e outras instalações operacionais.

O próximo passo foi realizar o concurso “Porto Olímpico”, que ficou a cargo do IAB em parceria com a Prefeitura, cujo edital foi lançado em novembro de 2010⁸⁵. O projeto vencedor, anunciado em junho de 2011⁸⁶, que em sua configuração arquitetônica já revelava uma ruptura radical com o local onde estará inserido, já foi modificado pelo consórcio “Porto 2016”, responsável pela sua construção, composto pelas mesmas empresas que formam o consórcio “Porto Novo” (Odebrecht, OAS, Carioca), incluindo outra: a REX, de propriedade do empresário Eike Batista.⁸⁷ De acordo com informações divulgadas nos meios de comunicação:

“Originalmente estavam previstas praças abertas para a rua numa área arborizada de cinco mil metros quadrados, que interligaria o novo conjunto residencial de sete prédios à Zona Portuária. Agora, foi anunciada para o local uma área de lazer restrita aos moradores, projetada como ‘um grande clube’ privativo com ‘espaços

⁸⁵ “Concurso selecionará projetos para construção do Porto Olímpico no Rio”, O Globo, 09/11/2010. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/11/concurso-selecionara-projetos-para-construcao-do-porto-olimpico-no-rio.html>, acessado em abril de 2012.

⁸⁶ “Prefeitura e IAB anunciam vencedor do concurso Porto Olímpico”, 28/06/2011. Disponível em <http://extra.globo.com/esporte/rio-2016/prefeitura-iab-anunciam-vencedor-do-concurso-porto-olimpico-2126059.html#ixzz2cnll0669>, acessado em julho de 2013.

⁸⁷ “Projeto do Porto Olímpico é modificado por consórcio”, O Estado de S. Paulo, Felipe Werneck, 11/06/2013. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,projeto-do-porto-olimpico-e-modificado-por-consorcio,1041256,0.htm>, acessado em agosto de 2013.

diferenciados'. (...) 'Mantivemos o conceito do projeto, mas tivemos de adaptá-lo à realidade do mercado', disse o diretor de Incorporação do grupo Porto 2016, Eduardo Cruz.⁸⁸



Figura 9 – Projeto vencedor do concurso “Porto Olímpico”. Fonte: <http://www.iabrij.org.br/wp-content/uploads/2011/06/GERAL1.jpg>, acessado em abril de 2013.

O próprio Sérgio Magalhães não está satisfeito com rumos do projeto, pois em sua opinião, a morfologia urbana dos condomínios fechados não deveria ser aplicada à região central do Rio: "Isso é para áreas de expansão, que têm medo da cidade."⁸⁹

Este cenário mostra que embora os argumentos apresentados por ele e pelos demais especialistas nesta articulação em torno da transferência de alguns

⁸⁸ *Ibidem.*

⁸⁹ “Projeto do Porto Olímpico é modificado por consórcio”, O Estado de S. Paulo, Felipe Werneck, 11/06/2013. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,projeto-do-porto-olimpico-e-modificado-por-consorcio,1041256,0.htm>, acessado em agosto de 2013.

equipamentos olímpicos para a área portuária possam ter fundamento, na prática o projeto que está sendo implementado afasta-se muito deste discurso. Em outras palavras, ter levado unidades habitacionais para a região central, não será a garantia de melhorias para o espaço público, pois o tipo de “renovação” urbana que é produzida e conduzida pelo setor imobiliário baseia-se em modelos que se fecham em si mesmos, verdadeiros enclaves, que não promovem vitalidade urbana, ao contrário a extinguem por completo (JACOBS, 1961).

E mesmo se tratando de área pública⁹⁰, também não será a garantia de um projeto mais inclusivo, que beneficie a população da região, em sua maioria de baixa renda (até 5 salários mínimos) e de famílias sem teto que ocuparam prédios por anos abandonados pelo poder público, que lutam por financiamentos federais destinados a HIS (BENTES, 2010). A lógica do empreendedorismo urbano e deste projeto de “renovação” da região portuária é vocacioná-la para a cadeia produtiva do turismo, do lazer e dos negócios, sem nenhuma pactuação com seus habitantes (FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO, 2011), o que pressupõe um processo de espoliação daqueles que não se inserem nesta lógica.

Há, portanto, uma discussão que vai além da questão da localização: trata-se do modelo de intervenção urbana. Mesmo que ao longo deste trabalho, faça-se um questionamento acerca da escolha da Barra da Tijuca como lugar privilegiado de investimentos, admite-se que não se trata tão somente da decisão locacional, mas também, e fundamentalmente, do modelo de ação sobre o território. Por exemplo, se a Zona Norte tivesse sido escolhida no lugar da Barra, como no projeto da primeira candidatura olímpica, uma segunda discussão teria que ser feita: será que isto implicaria num projeto com maior qualidade morfológica ou mais inclusivo?

⁹⁰ O projeto “Porto Olímpico” está sendo desenvolvido “no terreno conhecido como Praia Formosa – atrás da Rodoviária Novo Rio -, que pertenceu à Rede Ferroviária Federal, e na área onde funciona a usina de da Prefeitura (...). Informações disponibilizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro na matéria “Vilas de Árbitros e Mídia começam a surgir”, 08/03/2012. Disponível em <http://www.cidadeolimpica.com.br/noticias/instalacoes-olimpicas-vilas-de-arbitros-e-midia-comecam-a-nascer/>, acessado em julho de 2013.

3.4. Considerações parciais

Um dos primeiros passos para a construção concreta, não mais ideológica, da cidade olímpica foi costurar em diferentes escalas de governo um novo arcabouço legal e institucional, que estabelece uma série de medidas excepcionais para a implementação dos projetos relacionados aos megaeventos, que estão sendo tocados sem transparência e na ausência de canais de diálogo efetivo com a população. De um lado isenções, garantias, compromissos, que atendem aos interesses das instituições internacionais, de outro, formas paralelas e ágeis de exercício do poder que garantem a viabilidade do atendimento de interesses “locais e localizados”.

Entretanto, no decurso deste processo estes interesses podem se estruturar de outra forma, surgir novos atores e com isso conflitos e o reajuste de estratégias. Exemplo disto é o caso sobre a região portuária apresentado, em que, a partir do anúncio da vitória da candidatura olímpica, ficou claro a emergência de uma grande coalizão de forças em torno da construção de novos argumentos e mecanismos que conferiram legitimidade a este projeto, a tal ponto para realinhar acordos e justificar a transferência de instalações olímpicas para lá, inclusive através de uma desconstrução do próprio discurso inicial.

Toda a manobra legislativa e político-institucional para alavancar o projeto “Porto Maravilha”, e a obtenção do aval do COI para a efetivação do projeto “Porto Olímpico”, que lhe conferiu ainda mais legitimidade, parece atender a interesses de grupos que possivelmente ainda não tinham sido contemplados com a grande concentração de investimentos na Barra da Tijuca. Nesta nova coalisção os sujeitos são o Executivo Municipal, agora já na pessoa de Eduardo Paes (PMDB), em acordo com o Estado e a União, destacando-se aí a última, que, além de disponibilizar e negociar suas propriedades, majoritárias na região, assumiu os riscos da operação financeira dos CEPACs, arrematados de uma só vez pela Caixa Econômica Federal e garantiu recursos bilionários que serão repassados ao consórcio “Porto Novo” (OAS Ltda., Norberto Odebrecht Brasil S/A e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A), nos próximos 15 anos, conforme visto neste capítulo. Essas empresas, também desempenham papel fundamental a partir da formulação do próprio projeto

“Porto Maravilha” e seu modelo de gestão, constituindo-se em únicas habilitadas ao processo de licitação. Cita-se também a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), que embora constituída em regime jurídico privado, opera com financiamento público e por gerir a OUC, também detém os benefícios sobre as movimentações financeiras relativas à comercialização dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs). Há ainda a Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo, responsáveis pelos projetos do Museu de Arte do Rio de Janeiro (Mar) e do Museu do Amanhã, as grandes âncoras culturais da operação portuária. E por fim, o IAB do Rio de Janeiro, representado por seu presidente, que atuou como uma espécie de porta voz da opinião técnica competente, para justificar a transferência de algumas instalações olímpicas para esta região, sendo também responsável pela coordenação do concurso de projeto para o “Porto Olímpico”, e posteriormente para o Parque Olímpico.

Como pode-se observar, neste projeto, assim como ocorre na Barra, os principais beneficiários são novamente as empreiteiras, os promotores imobiliários, setor hoteleiro, empresas do entretenimento, enfim: o setor privado. Talvez de forma ainda mais perversa, se considerado que trata-se de área formada em sua maioria por terrenos públicos, sem nenhuma proposta concreta e consistente de uma política de habitação para as camadas de baixa renda que compõem a maioria dos atuais habitantes da região. Perde-se assim uma grande oportunidade de promover o direito à cidade e a moradia digna, em um projeto que aí sim poderia ser considerado inovador, se não aprofundasse ainda mais o cenário de desigualdade e segregação socioespacial.

4. OS EFEITOS DO “URBANISMO OLÍMPICO”

Até aqui ficou claro que a política urbana carioca tem priorizado o Plano Olímpico. Resta saber como esta orientação política tem se refletido na cidade. Quais efetivamente têm sido os resultados para a população como um todo?

Conforme visto anteriormente, o Plano Olímpico é composto por intervenções ambiciosas, assim como os recursos que estão sendo aplicados para concretizá-las. Se por um lado as autoridades ressaltam os aspectos positivos destes investimentos e os benefícios que eles podem trazer, por outro lado, não há como negar que intervenções destas proporções irão promover um novo ordenamento urbano, e que já estão impactando bastante a cidade.

Um destes impactos, já bastante evidente, são as desapropriações e as sistemáticas remoções de comunidades de baixa renda das regiões que estão recebendo investimentos em infraestrutura. Apesar desse processo de espoliação da pobreza não ser uma especificidade do momento de preparação do território para receber os megaeventos, há uma potencialização e uma facilitação dessas ações, por conta do discurso da urgência do cronograma das obras para honrar os compromissos assumidos com as instituições promotoras destes eventos, como a FIFA e, mais especificamente no caso aqui estudado, o COI. Por isso, caminhando no sentido de compreender qual a relação físico-territorial que essas ações teriam com o Plano Olímpico, foi realizado um levantamento detalhado das denúncias de remoções efetuadas ou anunciadas em comunidades de baixa renda, bem como o mapeamento de cada uma delas. É importante ressaltar que se optou por mapear comunidades, ou seja, locais em que se trata de um conjunto de remoções forçadas e não desapropriações isoladas, o que aumentaria exponencialmente o número de ocorrências.

Embora, destaque-se aqui o tema das remoções forçadas, sabe-se que este impacto está longe de ser o único e, por isso, segue um esforço de sistematizar também alguns dos efeitos do “urbanismo olímpico” (Muñoz, 1996; Mascarenhas, 2005) na metrópole carioca, principalmente no tange aos aspectos socioambientais, abordando exemplos concretos.

4.1. Gasto público, retorno privado

Quando a candidatura do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007 foi enviada ao COI, em 2001, o custo total inicialmente previsto para o evento era de R\$ 390 milhões. Após os jogos, quando finalmente se tornaram públicos os dados relativos a sua organização, descobriu-se um custo final de R\$ 3,5 bilhões (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008), confirmando as diversas denúncias de que o evento teria custado dez vezes mais do que aquilo que fora “vendido” para a sociedade. Com relação às Olimpíadas de 2016, em que só com a candidatura foram gastos R\$ 85 milhões⁹¹, a história já se repete: com orçamento previsto em R\$ 23,2 bilhões, conforme dossiê de candidatura (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009), os entes governamentais já comprometeram R\$ 29,2 bilhões⁹², faltando três anos para o evento.

Considerando os vultosos gastos, é importante observar o que de fato ficou para a cidade: o próprio relatório oficial dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007 (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008), que busca exaltar a sua realização, afirmando a capacidade da cidade e do país de sediar megaeventos, não conseguiu pontuar grandes avanços do ponto de vista do “legado” urbano. Num tópico especialmente dedicado às “Mudanças na Cidade” (pág. 97 e 98 – vol. 1), o documento relata que as principais intervenções foram na sinalização e pavimentação de algumas vias que serviram aos Jogos:

“Os principais corredores de acesso aos locais das competições foram beneficiados com melhorias da sinalização viária e da iluminação. (...) no entorno dos estádios e as orlas da praia de Copacabana e da Lagoa Rodrigo de Freitas. A cidade ganhou modernas luminárias com lâmpadas de vapor de sódio(...). Além da troca de mais de 10 mil lâmpadas e de equipamentos elétricos, as luminárias (...) passaram por um processo de limpeza. Um novo modelo de sinalização de logradouros da cidade foi adotado com a intenção de melhor orientar turistas, moradores e participantes dos Jogos. Foram colocadas placas próximas ao Estádio João Havelange, ao Complexo Cidade dos Esportes, Complexo de Deodoro e ao Estádio de Remo da Lagoa. Como herança dos Jogos, as placas permaneceram na cidade (...).

⁹¹ “Candidatura olímpica custou R\$ 85 milhões”, Jornal do Comércio, Bruno Lousada, 12/11/09.

⁹² “Rio-2016 já custa R\$ 29,2 bilhões e estoura custo estimado em candidatura”, por Vinicius Konchinski, 05/08/2013. Disponível em <http://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2013/08/05/rio-2016-ja-custa-r-29-bilhoes-e-estoura-custo-estimado-em-candidatura.htm>, acessado em agosto de 2013.

As principais vias de acesso aos locais de competição também ganharam um colorido especial, com a implantação da faixa seletiva de uso exclusivo da frota Rio 2007(...).”

Em outras palavras, as melhorias urbanas restringiram-se à instalação de algumas luminárias, manutenção de outras existentes e colocação de placas de sinalização e informação. As faixas seletivas não podem ser consideradas melhoria para a cidade, pois além terem atendido somente ao público restrito denominado “família do Pan”, consistiram apenas em uma pintura no asfalto.

Há também a falta de apropriação social dos equipamentos esportivos construídos ou reformados para o Pan-2007, que em sua maioria – a Arena Olímpica, o Rio-centro e o Engenhão, por exemplo – foram cedidos à iniciativa privada, que os matem fechados ao público. O Parque Aquático Maria Lenke o Velódromo também são exemplos de subutilização: cedidos ao Comitê Olímpico Brasileiro, receberam pouquíssimas competições desde a realização do Pan-2007⁹³. Além disso, em 2016 o Parque Aquático só poderá abrigar uma única modalidade, o polo aquático, porque, além de não ser coberto, não há possibilidade de ampliar sua capacidade de 6.500 torcedores para 15 mil, como exige o COI⁹⁴. Quanto ao Velódromo, está fechado desde fevereiro do ano corrente, deixando atletas sem lugar para treinar, pois será totalmente demolido, sob a justificativa de que não serve para receber as disputas de ciclismo olímpico.⁹⁵ Tal evidência induz ao questionamento sobre a real demanda por tais empreendimentos, a falta de planejamento e de uma política consistente de incentivo ao esporte, fatores que contrariam por completo o discurso legitimador desses projetos.

O caso do Complexo Esportivo do Maracanã também é emblemático. Os R\$300 milhões⁹⁶ de recursos públicos que foram consumidos em obras de 1999 a 2007 não foram suficientes. Em 2010 ele foi fechado novamente para reforma, desta vez para a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, a qual teve seu custo elevado de

⁹³ “Legado do Pan: quase sem torneios, Maria Lenk será fechado para obras”, O Globo, 10/05/2013. Disponível em <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2013/05/legado-do-pan-quase-sem-torneios-maria-lenk-sera-fechado-para-obras.html>, acessado em julho de 2013.

⁹⁴ Idem, *Ibidem*.

⁹⁵ “Legado do Pan do Rio, velódromo vai virar pó”, Amanda Romanelli, O Estado de S.Paulo, 07/01/2013. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,legado-do-pan-do-rio-velodromo-vai-virar-po-994041,0.htm>, acessado em agosto de 2013.

⁹⁶ “Privado, Maracanã prevê gasto público”, por Mário Magalhães e Sérgio Rangel, 19/05/2009. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk1905200902.htm>, acessado em julho de 2013.

R\$705 milhões para R\$1,192 bilhão⁹⁷. Este investimento deveria, em princípio ser feito por um consórcio privado formado pelas empresas IMX, do empresário Eike Batista, Odebrecht e AEG, que tem o direito de exploração do Complexo por um período de 35 anos⁹⁸. Entretanto, atualmente há uma incerteza quanto ao futuro desta privatização, em decorrência das muitas polêmicas que gerou. Algumas delas foi a previsão da demolição de importantes instalações como o Parque Aquático Júlio Delamare e o Estádio de Atletismo Celio de Barros, além da Escola Municipal Friedenreich, que dariam lugar a lojas e vagas de estacionamento. O governador Sérgio Cabral (PMDB) voltou atrás e revogou as demolições⁹⁹, após pedidos de Justiça e veementes protestos populares, não apenas contra a privatização do Maracanã, mas de uma maneira geral, contra seu próprio governo.



Figura 100 (esq para dir/de cima para baixo) – Capa da edição 759 da revista Carta Capital (07/13). Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/revista/759>, acessado em julho de 2013; Manifestação em frente à sede do Governo do Rio de Janeiro, notada em que a Comissão Especial de Licitação avaliou as propostas de concessão do estádio. Fonte: <http://globoesporte.globo.com/>, acessado em maio de 2013; Faixa contra o governo de Cabral e Paes, em manifestações populares que se iniciaram em junho e se estendem até o momento (agosto). Fonte: <http://www.rededemocratica.org/>, acessado em julho de 2013; Passeata “Maraca É Nosso”, no entorno do Maracanã em 01/12/12. Fonte: <http://www.fimdejogo.com.br/blog/2012/12/01/passeata-maraca-e-nosso/>, acessado em junho de 2013.

⁹⁷ “Custo do Maracanã fica mais caro e chega a R\$ 1,192 bi”, O Estado de S.Paulo, 22/07/2013. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,custo-do-maracana-fica-mais-carro-e-chega-a-r-1192-bi,1056174,0.htm>, acessado em julho de 2013.

⁹⁸ “Consórcio da Odebrecht, IMX e AEG vai explorar Maracanã por 35 anos”, Fernanda Graell, O Globo, 10/05/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/05/consorcio-da-odebrecht-imx-e-aeg-vai-explorar-maracana-por-35-anos.html>, acessado em junho de 2013.

⁹⁹ “Cabral volta atrás e decide não demolir escola no complexo do Maracanã”, R7 Notícias, 05/08/2013. Disponível em <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/cabral-volta-atras-e-decide-nao-demolir-escola-no-complexo-do-maracana-05082013>, acessado em agosto de 2013.

4.2. Mobilidade

As principais obras do Plano de Mobilidade e Transportes para 2016, além da extensão da linha 1 do metrô (ligação entre Barra e Zona Sul), são os corredores rodoviários:

Transoeste

ligação entre a Barra e Santa Cruz/Campo Grande – 56km e 53 estações BRT. Responsáveis pela obra: Odebrecht (lotes 1 e 2)¹⁰⁰ e Sanerio (lotes 3 e 4)

Transcarioca

ligação entre a Barra e o Aeroporto Internacional do Galeão – 39km e 45 estações BRT. Responsáveis pela obra: Andrade Gutierrez e Delta Engenharia¹⁰¹, (lote 1); OAS, Carioca Engenharia e Contern Construção e Comércio (lote 2).

Transolímpica

ligação entre a Barra e Deodoro – 23km de extensão e 18 estações de BRT. Responsáveis pela obra: CCR, Odebrecht e Invepar.

Fonte dos dados sobre as licitações: <http://www.copatransparente.gov.br/> e <http://www.portal2014.org.br/>, acessados em abril de 2013.



Figura 11 – Esquemas BRTs
Fonte: www.cidadeolimpica.com.br acessado em abril de 2013

¹⁰⁰ “Odebrecht Infraestrutura vence licitação do corredor Transoeste / Grota Funda”, 12/08/2010. Disponível em <http://oci-usa.com/sala-imprensa/noticias?id=14618>, acessado em 11 de abril de 2013.

¹⁰¹ A Delta Engenharia declinou desse consórcio em 2012, bem como de sua participação na reforma do Maracanã e demais obras financiadas com recursos públicos, após escândalos de corrupção que envolveram dentre outras personalidades políticas o governador Sérgio Cabral. Fonte: “Delta abandona construção do BRT Transcarioca, no Rio”, em: <http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/delta-abandona-construcao-do-brt-transcarioca-no-rio/>, acessado em 11 de abril de 2013.

Estes corredores viários constituem intervenções de grandes proporções no território e já têm causado impactos, servindo inclusive de justificativa para a maioria das desapropriações e remoções forçadas, conforme será demonstrado adiante. Eles também apontam para uma das principais discussões levantadas neste trabalho, que é a escolha da Barra da Tijuca como o “coração dos jogos”, pois trata-se de uma estratégia territorial que, ao priorizar as ligações com a Barra da Tijuca, simplesmente desconsidera os maiores problemas de mobilidade hoje existentes na metrópole do Rio de Janeiro.

Conforme o dossiê produzido pelo Comitê Popular do Rio, todo este investimento em infraestrutura, não vem atender à maioria da população, que “clama por serviços de transporte de massa em outras direções e para outras regiões da cidade”. Não se caracteriza por um plano integrado que considera o Rio de Janeiro como “cidade metropolitana”, escala em que apresenta maior precariedade. Ao contrário, se resume ao município e ainda torna possível a ocupação de áreas vazias ou pouco densas, promovendo a valorização imobiliária e a expansão irracional da malha urbana. Isto se confirma também na visão de alguns técnicos da própria prefeitura, ao afirmarem que o Plano para 2016 não contempla um dos principais problemas de mobilidade urbana da cidade:

“A partir de 2002, há de novo uma relação de atração de emprego na área central. Então você começa a ter uma pressão novamente... Sobretudo São Gonçalo, com uma população em torno de um milhão de habitantes, equivalente a toda a toda Zona Oeste, da qual uma grande parcela se desloca pela ponte Rio-Niterói e pelas barcas. Além da população de Niterói. Então você tem um gargalo na Av. Francisco Bicalho (descida e subida da ponte) que ‘trava’ toda a Av. Brasil, a Linha Vermelha e toda a AP-1 (Área de Planejamento 1 – região central da cidade)”¹⁰².

Para os técnicos da Coordenadoria de Desenvolvimento da Secretaria Municipal de Transportes¹⁰³, isto ocorre pelo simples fato de que estes projetos foram elaborados com um propósito muito específico:

“(...) esse plano de mobilidade foi muito pra 2016. Ele foi feito pra 2016. Teve uma participação, uma gerência muito grande do Comitê Olímpico, onde a nossa participação foi de ceder um ou dois

¹⁰² Luiz Paulo Gerbassi Ramos, gerente de planejamento da Secretaria Municipal de Transportes, em entrevista concedida a mim em julho de 2012.

¹⁰³ Cláudio Luiz dos Santos, gerente de projetos, e Luiz Paulo Gerbassi Ramos, gerente de planejamento, entrevistados em julho de 2012.

*elementos que estariam fazendo uma ponte, dando informações. Quer dizer, um plano onde nós somos coadjuvantes.*¹⁰⁴

Outro exemplo é a polêmica em torno do projeto do metrô: o movimento chamado “o metrô que o Rio precisa”, reivindica a construção do projeto original da Linha 4, licitado em 1998, que previa a ligação da Barra, através do Jardim Botânico e Humaitá à estação São João, em Botafogo, ao invés do atual projeto do Governo Estadual¹⁰⁵, que, conforme o movimento, foi elaborado sem qualquer transparência, baseado em estudos que não são divulgados e agora de forma arbitrária será implantado sob a justificativa de atender à demanda para os Jogos Olímpicos.

O QUE NÃO QUEREMOS!

- > FECHAR AS ESTAÇÕES GENERAL OSÓRIO E CANTAGALO DURANTE PELO MENOS UM ANO, NEM GASTAR 500 MILHÕES DE REAIS, PARA TENTAR VIABILIZAR A EXTENSÃO NÃO PREVISTA DA LINHA 1.
- > LIGAÇÃO DIRETA DO LEBLON A SÃO CONRADO SEM PASSAR POR GÁVEA.
- > LIGAÇÃO POR ÔNIBUS BRT ENTRE JARDIM OCEÂNICO E ALVORADA.
- > TERMINAL DE BRT NO JARDIM OCEÂNICO, QUE OBRIGARÁ A BALDEAÇÃO.
- > ACEITAR QUE 20 DIAS DE OLIMPÍADAS DE 2016 SEJAM MAIS IMPORTANTES DO QUE O FUTURO DO METRÔ DO RIO.



O QUE O RIO DE JANEIRO PRECISA!

- > NOVA LINHA 4 INDEPENDENTE DA LINHA 1.
- > PERCURSO DE GÁVEA PARA CARIOCA VIA JARDIM BOTÂNICO, HUMAITÁ, BOTAFOGO (DONA MARTA) E LARANJEIRAS (BEN GURION).
- > ESTAÇÃO FINAL DA LINHA 4 EM ALVORADA, NA BARRA.
- > ESTAÇÃO GÁVEA EM DOIS NÍVEIS PARA POSSIBILITAR INTEGRAÇÃO FUTURA À LINHA 1 CIRCULAR.
- > LIGAÇÃO PREVISTA DE ESTÁCIO COM A FUTURA LINHA 3.



Figura 12 – Proposta alternativa de traçado da linha 4 do metrô. Fonte: <http://www.metroqueorioprecisa.com.br>, acessado em maio de 2012.

A opção pelo modal sobre rodas, o BRT (Bus Rapid Transit), como principal meio de transporte também tem gerado polêmica. Apesar do discurso oficial defender esta escolha, dizendo que é uma solução moderna e que atende à demanda da população, as informações obtidas nas várias entrevistas realizadas revelam que na verdade esta opção não se deu por conta da eficiência, ou porque

¹⁰⁴ Cláudio Luiz dos Santos, gerente de projetos, em entrevista concedida a mim em julho de 2012.

¹⁰⁵ O Governo do Estado é responsável por todos os sistemas sobre trilhos: trens e metrô.

era realmente a melhor solução técnica, mas principalmente por conta do prazo e da viabilidade para a realização do megaevento esportivo:

“(...) fazer cento e poucos quilômetros de vias na cidade é um grande legado. Pode não ser a melhor alternativa de transporte? Pode ser que não. Mas no prazo que se tem é a melhor alternativa. (...)”¹⁰⁶

“O COI sempre deu ‘vermelho’ para o Rio de Janeiro por conta dos projetos de metrô. Eram projetos maravilhosos, só que nós nunca conseguíamos implantar. Então a gente já levava ‘bomba’ direto porque eles já sabiam que os projetos de metrô não seriam implantados.”¹⁰⁷

Esta mesma problemática foi apontada pelos técnicos da Secretaria de Transportes, mas com alguns agravantes a mais: para eles não se optou por um modelo sobre trilhos, pela dificuldade de diálogo, a inexistência de um planejamento integrado e o modelo de concessão:

“(...) o sistema sobre trilhos não é com a gente, é com o Estado. (...) O nosso metrô é municipal, mas com o nome metropolitano. E tem uma concessão. Cada vez que é feita uma concessão fica mais difícil de você mexer: os terrenos estão concedidos, os prédios estão concedidos, as estações... Então praticamente inviabiliza uma outra concessão, tendo que ficar com a mesma concessionária. Nós ficamos presos, a menos que haja uma grande mudança na estrutura e uma vontade política forte. Estes projetos previam trilhos e passaram a ser outros projetos...”¹⁰⁸

Teria sido enviado inclusive um relatório, por parte dos técnicos da referida Secretaria, para a Casa Civil, alertando para a necessidade de um maior diálogo entre os projetos que estão sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado (“Porto Maravilha”, extensão do metrô e adaptações na linha férrea, especialmente na estação do Maracanã) e os projetos de responsabilidade do município (BRTs, principalmente). Além de apontar para problemas graves acima descritos de “gargalos” que não estariam sendo contemplados.

¹⁰⁶ Cid Blanco, integrante da Autoridade Pública Olímpica (APO), em entrevista a mim, em outubro de 2012.

¹⁰⁷ Cláudia Muricy – Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo – em entrevista concedida a mim em outubro de 2012.

¹⁰⁸ Cláudio Luiz dos Santos, gerente de projetos, sobre a mudança de trilhos para BRT em algumas vias, como por exemplo, a Transcarioca (T5).

4.3. Segurança Pública e a “Política do Choque”

É curioso que a última versão do Plano Estratégico do Rio de Janeiro – “Pós 2016: o Rio mais integrado e mais competitivo” – mencione 12 vezes a palavra “choque”. O texto fala em “choque de ordem”¹⁰⁹ e “choque de resultados”, expressões bem reveladoras do modo como seriam conduzidos os assuntos relacionados à segurança e uso do espaço público pela atual gestão.

Cabe, portanto, indagar que tipo de ordem está sendo implantada, já que até o presente momento as “ações de ordenamento” e os programas de segurança têm sido alvo de duras críticas por parte da sociedade civil. Um exemplo que se destaca é a ocupação das favelas pelas polêmicas Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), sob o argumento da desarticulação de quadrilhas instaladas nestes territórios há décadas. De acordo com o Governo do Estado, as UPPs baseiam-se no policiamento comunitário, ou seja, a busca de uma parceria entre a população e as instituições de segurança. Entretanto, o que se observa é mais uma ocupação militar ostensiva e que objetiva o controle da população. As denúncias são diversas e vão desde busca e apreensão no interior das residências sem mandado judicial, revistas vexatórias de pessoas sem indicação de delito, estabelecimento do toque de recolher, a necessidade de permissão prévia para realização de reuniões privadas a partir de um determinado número de pessoas (OLIVEIRA, 2012), chegando até mesmo a desaparecimentos e mortes de moradores (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013). Um caso que ocorreu recentemente e ganhou grande notoriedade nos meios de comunicação, está sendo noticiado como “uma pergunta ainda sem resposta: onde está Amarildo?”¹¹⁰. Amarildo de Souza era morador da Rocinha, auxiliar de pedreiro e tinha 47 anos. Ele desapareceu no dia 14 de julho, depois de ser levado por policiais para a sede da UPP da Rocinha¹¹¹. O caso permanece sem solução.

¹⁰⁹ Mais tarde, com a criação da Secretaria Especial da Ordem Pública do Rio de Janeiro (SEOP), este veio a ser o nome de um de seus programas: “Operação Choque de Ordem”, cujas ações vão desde a repressão aos vendedores informais, até o “recolhimento” da população em situação de rua, dentre outras práticas higienistas.

¹¹⁰ Título da matéria de O Globo, em 01/08/2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2013/08/01/onde-esta-amarildo-uma-pergunta-ainda-sem-resposta-505502.asp>, acessado em 05 de agosto de 2013.

¹¹¹ “Policiais da UPP da Rocinha prestam depoimento sobre o desaparecimento de Amarildo”. O Globo, 05/08/2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/policiais-da-upp-da-rocinha-prestam-depoimento-sobre-desaparecimento-de-amarildo-9355759#ixzz2b7QA2QtM>, acessado em 05 de agosto de 2013.



Figura 13: (esq) família de Amarildo. Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/>, acessado em 05 de agosto de 2013; (à cima) ONG “Rio de Paz” protesta em Copacabana para lembrar 35.000 desaparecidos no Rio de Janeiro. Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/grupo-faz-ato-para-lembrar-35-mil-desaparecidos-no-rio>, acessado em 05 de agosto de 2013.

Outro aspecto importante é que quase todas as UPPs foram instaladas nas áreas delimitadas pelos “anéis olímpicos” (ver mapa “Comunidades Removidas ou ameaçadas” – página 101). Além disso, estão em regiões de interesse turístico, ou próximas a vias estruturais, o que faz crer que esses investimentos em segurança, fazem parte de uma estratégia de controle social em setores bem específicos, relacionados à realização dos megaeventos.

Claro que a questão da segurança é complexa e exige uma análise mais aprofundada, o que foge ao escopo deste trabalho, mas o que se pretende pontuar aqui, é que as denúncias que estão sendo feitas pela população, e que não podem ser ignoradas, alimentadas pela leitura da espacialização dessas ações, revelam o caráter de seletividade, excepcionalidade e de “choque” instaurado em função dos megaeventos.

4.4. Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural

O Plano “Rio 2016” dá uma ênfase importante ao tema ambiental e tem como objetivo se tornar a edição mais “sustentável” da história dos Jogos¹¹². No entanto, algumas práticas vêm se distanciando bastante desse discurso.

¹¹² Ver vídeo “Rio sustentável”, disponível em <http://www.cidadeolimpica.com.br/minidocs/rio-sustentavel/>, acessado em junho de 2013.

O licenciamento ambiental do corredor viário Transcarioca, realizado pelo órgão ambiental estadual, mediante Relatório Ambiental Simplificado (RAS) apenas, demonstra que os processos não tem sido tão criteriosos, pois dada a dimensão da obra (ver item 4.1) e seu impacto no meio urbano, caberia no mínimo um Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório (EIA/RIMA). Mesmo porque sua construção prevê o aterramento da Lagoa de Jacarepaguá na altura da Avenida Embaixador Abelardo Bueno, e tem causado o desmatamento da orla neste local¹¹³. Por conta disso, de acordo com o COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO (2013), a população, através da Associação de Moradores e Pescadores Vila Arroio Pavuna, abriu junto à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro um pedido de instauração de inquérito civil contra a violação ao meio ambiente, datado de 17 de abril de 2012, encaminhado à Promotoria de Justiça e Tutela Coletiva de Defesa do Meio Ambiente. Em 31 de maio de 2012, a Defensoria Pública solicitou ao Secretário Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Ofício nº 1348/2012-NUDEDH/DPGE) informação sobre a existência ou inexistência de estudo de impacto ambiental referente à obra de duplicação da Avenida Embaixador Abelardo Bueno e do aterro da Lagoa de Jacarepaguá, além da disponibilização de cópia da licença de operação e/ou a fase de licenciamento ambiental da empresa responsável pelas obras. No entanto, até agora (julho de 2013) não houve resposta.

Também, com relação a outro corredor de ônibus, o Transolímpica, o vereador Eliomar Coelho (PSOL), com apoio de sua assessoria técnica, apresentou uma denúncia grave: no memorial descritivo da obra, apresentado pela prefeitura ao Instituto Estadual do Ambiente (Inea), consta apenas parte do projeto. A extensão do corredor que não está incluída no contrato de concessão¹¹⁴ foi omitida do processo de licenciamento. Isso significa que um trecho de quase 10Km, com 4 pistas de rolamento, de 2 a 3 faixas em cada uma, será construída sem qualquer fiscalização do órgão ambiental.¹¹⁵

¹¹³ “Desmatamento para obras da Transcarioca causa preocupação na Barra da Tijuca”, O Globo, 08/10/11. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/desmatamento-para-obras-da-transcarioca-causa-preocupacao-na-barra-da-tijuca-2743296#ixzz2bPmQYGdC>, acessado em julho de 2013.

¹¹⁴ Parte da via será operada pela iniciativa privada, onde terá inclusive cobrança de pedágio. O contrato tem duração de 35 anos e, durante esse período, a concessionária será responsável pela conservação, manutenção e operação do empreendimento. Fonte: “Consórcio formado pela CCR, Odebrecht e Invepar venceu o leilão com a oferta de R\$ 57,97 milhões”, 24/04/2012. Disponível em <http://www.portal2014.org.br/noticias/9690/LICITACAO+PARA+AS+OBRAS+DO+BRT+TRANSOLIMPICA+E+CONCLUIDA.html>, acessado em 11 de abril de 2013.

¹¹⁵ “Flagrantes da Transolímpica em audiência pública”, 24/10/2012. Disponível em

**Traçado apresentado ao órgão
Ambiental pela Prefeitura**

Todo o trecho em vermelho, entre a Av das Américas e a Estrada dos Bandeirantes, foi retirado propositalmente do escopo do licenciamento.

Ainda que não faça parte da concessão, como ele está previsto para ser em 4 pistas, porque não foi incluído no escopo do Licenciamento?

Esse é o trecho que atinge a Vila Autódromo e margeia a Lagoa de Jacarepaguá.

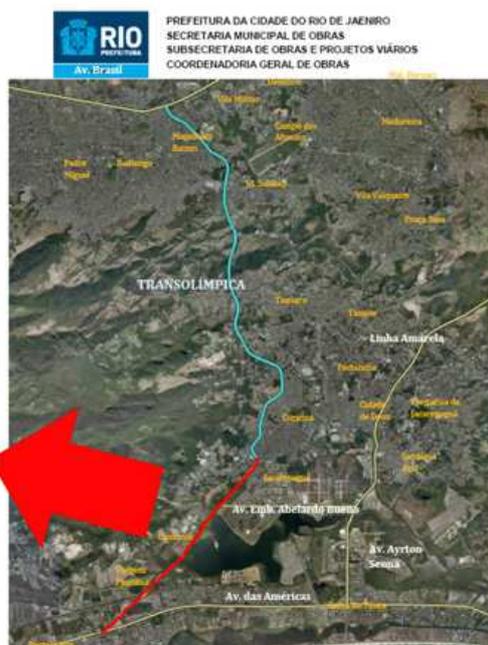


Figura 14 – Mapa com traçado da Transolímpica indicando trecho irregular. Fonte: <http://www.eliomar.com.br/flagrantes-da-transolimpica-em-audiencia-publica/>, acessado em julho de 2013.

O desrespeito se estende também ao Patrimônio Histórico e Cultural, e as denúncias remontam à época de realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, quando parte do acervo patrimonial ferroviário – Museu do Trem, antigos galpões onde funcionavam oficinas de reparo das locomotivas, a Escola Técnica Estadual de Transportes¹¹⁶ e o Conjunto dos Ferroviários – foi ameaçado de vir abaixo, por estarem na mesma quadra onde foi erguido o Estádio Olímpico João Havelange (“Engenhão”), a despeito do seu tombamento no nível municipal (SANTOS, 2010). Este remanescente importante da história ferroviária local só permaneceu devido à luta de movimentos populares de resistência, formados por moradores e pela associação dos engenheiros ferroviários (BENEDICTO, 2008). Infelizmente, o mesmo não ocorreu a uma outra parte do bem histórico ligado também às origens da ferrovia: houve a perda irreparável do galpão da Oficina Trajano de Medeiros, feito com peças metálicas provenientes do “Palácio das Indústrias”, da exposição universal de 1889, em Paris¹¹⁷. Em 2005, curiosamente o mesmo ano da criação da Área de Especial Interesse Urbanístico do Engenho de Dentro, que viabilizou a construção do “Engenhão”, o então prefeito César Maia teria destombado a

<http://www.eliomar.com.br/flagrantes-da-transolimpica-em-audiencia-publica/>, acessado em julho de 2013.

¹¹⁶ Centenária, esta escola nasce pela necessidade de formação de mão de obra especializada para as Oficinas de Locomoção da Estrada de Ferro Central do Brasil, e constitui até hoje uma das principais instituições de ensino industrial na América Latina. Disponível em: <http://www.aenfer.com.br/JA/JA099.asp>, site da Associação de Engenheiros Ferroviários, acessado em setembro de 2009.

¹¹⁷ “Ministério Público aciona César por destombamento”, matéria do jornal O Globo, 21 de fevereiro de 2008.

edificação, que no seu primeiro mandato havia tombado (1996). No mesmo ano o Grupo Sendas obteve a licença para demolir a estrutura histórica. O terreno foi posteriormente vendido e ali erguido o condomínio residencial Arena Park, um empreendimento composto por 7 torres e 989 unidades. Em 2008, o Ministério Público Municipal instaurou ação civil pública contra o prefeito, pelo destombamento da “Oficina Trajano de Medeiros”, realizado sem o aval dos próprios órgãos municipais do patrimônio.¹¹⁸

Agora, no contexto da realização da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, foi a vez do antigo Museu do Índio: o prédio de grande valor histórico e cultural, anterior a 1865, teria sido doado para a União com o intuito de abrigar o Centro de Investigação Cultural Indígena, o qual deu origem ao Museu do Índio, que funcionou ali de 1953 até 1977, quando foi transferido para Botafogo, sob a alegação de que o prédio teria de ser demolido para construção de uma estação do metrô que nunca foi feita.¹¹⁹ Desde 2006 o edifício foi ocupado por cerca de 20 indígenas de variadas etnias, que reivindicavam a construção de um centro de apoio e de referência da cultura indígena e a primeira universidade indígena do país¹²⁰. Porém, em 2012, o imóvel foi vendido ao Governo Estadual, responsável pelas obras do Maracanã, que alegou a necessidade de sua demolição, por conta de uma exigência da FIFA para a Copa de 2014¹²¹. Conforme o COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO (2013), a partir dessa ameaça sessenta índios de 17 etnias diferentes e muitos apoiadores reforçaram a ocupação do prédio na defesa do projeto indígena. Após muita mobilização, envolvendo redes e organizações internacionais, manifestação de órgãos de patrimônio cultural – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) e Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) -, e da FIFA informando que nunca havia exigido a demolição do prédio, o Governo Estadual recuou na demolição, mas manteve a decisão da desocupação, pois de acordo com declaração do governador, Sérgio Cabral (PMDB), o prédio será transformado em museu

¹¹⁸ *Idem, Ibdem.*

¹¹⁹ “Museu do Índio funcionou nos arredores do Maracanã, na Zona Norte, de 1953 a 1977”, O Globo, 15/01/2013. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/museu-do-indio-funcionou-nos-arredores-do-maracana-na-zona-norte-de-1953-1977-7296844#ixzz2bZevihAw>, acessado em abril de 2013.

¹²⁰ “Índios reivindicam antigo museu do índio no rio de janeiro para criar a primeira universidade indígena do Brasil”, Por Eduardo Sá, 22/07/2011. Disponível em <http://www.fazendomedia.com/indios-reivindicam-antigo-museu-do-indio-no-rio-de-janeiro-para-criar-a-primeira-universidade-indigena-do-brasil/>, acessado em 07 de janeiro de 2012.

¹²¹ “Fifa desmente Cabral e afirma que não pediu demolição do Museu do Índio”, Jornal do Brasil, 18/10/2012. Disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/10/18/fifa-desmente-cabral-e-afirma-que-nao-pediu-demolicao-do-museu-do-indio/>, acessado em novembro de 2012.

olímpico pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB)¹²². A reintegração de posse ocorreu no dia 22 março do ano corrente, de maneira muito truculenta, conforme foi noticiado em vários meios de comunicação¹²³. A disputa segue e em 26 de abril do mesmo ano houve a reocupação do local por apoiadores da causa indígena¹²⁴.

4.5. Remoções Forçadas

4.5.1. O direito à moradia e a realização dos megaeventos

O direito à moradia é considerado um direito humano fundamental e universal em diversos tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário¹²⁵, tendo, portanto, o dever de promover e garantir esse direito para seus cidadãos. “Mais que um teto e quatro paredes”, como é descrito pelo guia produzido pela Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada¹²⁶, o direito à moradia é amplo e integra, dentre outras coisas: a segurança da posse, que é uma proteção jurídica contra a ameaça de remoção; o acesso a serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; a habitabilidade, que refere-se ao tamanho e condições ambientais adequadas; o custo acessível, que tem que estar compatível com o orçamento familiar; a localização adequada, entendida como um local que ofereça oportunidades de

¹²² “Governador anuncia Museu Olímpico do COB na Aldeia Maracanã”, O Globo, 20/02/2013. Disponível em <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2013/02/governador-anuncia-museu-olimpico-do-cob-na-aldeia-maracana.html>, acessado em março de 2013.

¹²³ “Batalhão de Choque da PM entra no antigo Museu do Índio no Rio”, O Globo, 22/03/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/batalhao-de-choque-da-pm-entra-no-antigo-museu-do-indio-no-rio.html>, acessado em março de 2013.

¹²⁴ “Radial Oeste, Rio, é interditada após reocupação de antigo Museu do Índio”, O Globo, 26/04/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/04/radial-oeste-rio-e-interditada-apos-reocupacao-de-antigo-museu-do-indio.html>, acessado em junho de 2013.

¹²⁵ Por exemplo: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em seu Protocolo Adicional em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Fonte: carta da relatora Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU, Raquel Rolnik, ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, sobre a ameaça de remoção das famílias do Horto, Rio de Janeiro, disponível em <http://www.canalibase.org.br/raquel-rolnik-pede-ao-stf-que-reconsidere-a-remocao-no-horto/>, acessado em julho de 2013.

¹²⁶ “Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?”. Guia produzido pela Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, sobre as normas internacionais a respeito de remoções decorrentes de projetos públicos e privados de infraestrutura e urbanização. Disponível em <http://direitoamoradia.org/?p=6088&lang=pt>, acessado em abril de 2013.

desenvolvimento econômico, cultural e social; a adequação cultural, que implica no respeito à identidade e diversidade cultural dos moradores.

Também no âmbito nacional a Constituição Federal de 1988 estabelece a moradia como um direito social fundamental. A partir da inclusão dos artigos 182 e 183, que tratam da Política Urbana, entra em cena a função social da cidade e da propriedade, que está ligada ao direito à cidade, à habitação, ao acesso a serviços públicos e a oportunidades de vida urbana digna para todos. Mais tarde, em 2001, o Estatuto da Cidade vem regulamentar estas diretrizes, tratando também da questão habitacional¹²⁷.

Entretanto, apesar de todas estas garantias jurídicas, a efetivação do direito à moradia adequada ainda se constitui um desafio. No Brasil, diversas denúncias¹²⁸ acerca de violações a este direito vêm ocorrendo, e em sua maioria sob a justificativa de obras necessárias à realização dos megaeventos¹²⁹.

Sabe-se que a prática da expulsão das populações vulneráveis de locais com potencial de mercado, como estratégia de abrir espaço para o capital que sempre procura novas fronteiras de expansão (HARVEY, 2003), não é uma novidade¹³⁰. Mas é notório também que a realização dos megaeventos tem servido como uma espécie de catalisador para vários processos, conforme mostrado anteriormente, dentre os quais estão as remoções forçadas. Em nome da ampliação da infraestrutura e da construção de instalações “necessárias”, a remoção de vizinhanças indesejáveis tem sido uma prática comum:

“Segundo Davis (2007), os jogos de 1988 Seul deixaram como herança entre 720.000 e 800.000 remoções forçadas; para os Jogos de Atlanta, em 1996, 68.000 pessoas foram removidas (Beaty, 2007); Alexandrids (2007) também aponta a existência de deslocamento forçado durante a preparação para as Olimpíadas de 2004 em

¹²⁷ Existe também a Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre a utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social (OLIVEIRA, 2012).

¹²⁸ Por conta da participação da autora deste trabalho nas atividades do Laboratório “Espaço Público e Direito à Cidade” (LabCidade), coordenado pela professora Raquel Rolnik, aonde funciona, além de outros projetos de pesquisa, o núcleo de apoio à Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, teve-se acesso a uma base privilegiada de denúncias.

¹²⁹ Organizações da sociedade civil e da imprensa têm acompanhado este processo em diversas cidades do país que serão sede da Copa do Mundo de 2014. Alguns relatos podem ser encontrados nos relatórios produzidos pelos Comitês Populares da Copa, que se articularam para a produção de um dossiê a nível nacional: “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos” (2012).

¹³⁰ Apenas para citar um exemplo, o condomínio conhecido como “Selva de Pedra”, situado no Leblon, foi erguido pela empresa Carvalho Hosken (ver capítulo 2), no local originalmente ocupado pela favela da Praia do Pinto, que foi completamente removida após um suspeito incêndio, em 1969 (CAMPOS, 2012).

Atenas e que 2.700 pessoas de etnia cigana teriam sofrido diretamente os efeitos do evento. Em Sydney, por ocasião dos Jogos de 2000, apesar da inexistência de deslocamentos forçados, foi observado um incremento nos valores das habitações, ainda que não exista uma comprovação de que estejam diretamente relacionados aos jogos (Bluden, 2007). Em Londres, Mahon (2007) aponta que, até o momento de sua publicação, mais de 1.000 pessoas sofriam a ameaça de remoção, além da escalada de preços na habitação, devido aos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2012. Mesmo em relação a Barcelona (1992), considerada como um paradigma de sucesso, apesar de não ter havido deslocamentos forçados, a população de baixa renda acabou por ser expulsa das áreas centrais da cidade devido à escalada dos preços de imóveis e aluguéis (Sánchez, 2007; Capel, 2005; Broudehoux, 2007)” (OLIVEIRA, 2012:167).

4.5.2. As remoções forçadas no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro não fugiu à regra deste histórico de violações ao direito à moradia que vem ocorrendo sob a égide da realização dos megaeventos, sendo visível a política das remoções na atual fase de preparação para os eventos esportivos de 2014 e 2016.

Em outubro de 2009¹³¹, logo após o anúncio da vitória da candidatura olímpica carioca, a Prefeitura anunciou que se faria necessário o reassentamento de mais de 3.500 famílias, através do “Plano de Legado Urbano e Ambiental Olimpíadas Rio 2016”, produzido pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), incluindo seis comunidades das zonas Oeste e Norte: Vila Autódromo, Canal do Anil, Gardênia Azul, Parque da Panela, Metrô-Mangureira e Belém-Belém. De acordo com informações do site da Prefeitura, a execução desse plano “associa-se à demanda por parte do Comitê Olímpico Brasileiro, em março de 2008, à SMU, de coordenar a proposta de legado urbano no âmbito da candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos em 2016”¹³².

A partir daí tem início uma série de ações neste sentido, que ganham um vulto ainda maior em abril de 2010, quando intensas chuvas causaram numerosos

¹³¹ “Plano olímpico para Rio-2016 prevê a remoção de favelas”, Folha de São Paulo, 08/10/2009. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u635058.shtml>, acessado em setembro de 2011.

¹³² Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=138922>, acessado em julho de 2013.

acidentes de deslizamento de encostas. O Poder Executivo Municipal solicita então um relatório à Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio) – órgão da Secretaria Municipal de Obras responsável pela contenção de encostas – para identificar áreas de risco. Diversas comunidades foram elencadas bem como a suposta “necessidade” de sua remoção total, fato que gerou um descontentamento grande por parte da população, resultando inclusive em outros dois relatórios técnicos, enviados pela Defensoria Pública à Geo-Rio, que contestaram a necessidade de remoção total das comunidades mencionadas¹³³.

Logo em seguida, em julho de 2010, foi anunciado o Programa Morar Carioca, apresentado como uma espécie de nova versão do “Favela-Bairro”, mas desta vez bem mais ambicioso: a urbanização completa de 100% das favelas cariocas até o ano 2020, contando para tanto com recursos totais na ordem de R\$ 8 bilhões (NUNES, 2012). No âmbito deste novo programa estaria prevista a remoção de 123 comunidades, elevando os números anteriormente definidos em cerca de 3.500 famílias, para “pelo menos 12.973 famílias em áreas de risco”¹³⁴.

Em outubro de 2010 a Prefeitura assina um convênio com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), para coordenação do processo de seleção de propostas metodológicas de urbanização de favelas, para a realização da segunda fase¹³⁵ do Programa. Em outubro do mesmo ano foi lançado um Edital, em que concorriam 86 propostas dentre as quais 40 foram selecionadas¹³⁶. Para cada uma das equipes vencedoras foi designado um grupo de comunidades escolhidas para a realização dos projetos. Com relação a esta seleção das comunidades, fica claro que o critério utilizado associa-se diretamente ao Plano Olímpico, sendo inclusive veiculado na mídia desta forma:

¹³³ Os relatórios da Geo-Rio e da assessoria técnica da Defensoria Pública estão disponíveis em: <http://www.redecontraviolencia.org/Noticias/671.html>, acessado em outubro de 2011.

¹³⁴ “Prefeitura lança novo plano para favelas, que prevê controle, gabarito, conservação e choque”, O Globo, 24/07/2010. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-lanca-novo-plano-para-favelas-que-preve-controle-gabarito-conservacao-choque-2974915#ixzz2ak8eyl00>, acessado em julho de 2011.

¹³⁵ O site do IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil) do Rio de Janeiro, que faz uma apresentação do Programa Morar Carioca (http://www.iabRJ.org.br/morarcarrioca/o_programa/), elenca três fases chamadas de “ciclos”. No Ciclo 01 (2010 a 2012) estão agrupados 68 assentamentos precários; o Ciclo 02 (2012 a 2016) contempla 218 assentamentos precários, cujos projetos estão distribuídos em 40 agrupamentos para contratação dos escritórios vencedores do concurso, com início das obras a partir de 2013; e o Ciclo 03 (2015 a 2020) com 300 “assentamentos urbanizáveis” restantes.

¹³⁶ “Concurso Morar Carioca lista 40 equipes para alocação de projetos urbanísticos”, 13/10/2011. Matéria no site da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=2209335>, acessado em julho de 2013.

“A segunda fase do Morar Carioca - plano da prefeitura para urbanizar todas as favelas até 2020 - vai concentrar seus trabalhos em comunidades localizadas num raio de quatro quilômetros das futuras instalações olímpicas nas zonas Sul, Norte e Oeste.”¹³⁷

Além disso, de acordo com NUNES (2012) até então (2012) pouco se avançou com relação ao conjunto de favelas programadas, havendo intervenções em comunidades de maneira casuística e sem correspondência com a lista¹³⁸ divulgada:

“Na prática, as intervenções ocorridas desde então mostram afastamento da lista selecionada e clara priorização das favelas onde foram instaladas UPPs, onde se incluem as favelas da Providência, Alemão, Chapéu Mangueira e Babilônia, no Leme, assim como na Colônia Juliano Moreira, onde os recursos já viabilizaram a remoção de 219 famílias e prometem garantir o deslocamento de mais 119 no decorrer do 1º semestre do ano corrente (2012). (...) Consulta ao Morar carioca no site da SMH/Prefeitura do Rio de Janeiro, permite notar que muitas intervenções em curso em favelas da cidade enquadram-se neste programa. Entretanto, não há pistas para se entender porque se afastam das estabelecidas com o IAB e o que têm em comum, além de situarem-se no eixo de alcance espacial prioritário para os megaeventos programados para a cidade.” (NUNES, 2012: 7).

Em outras palavras, ao que tudo indica, a Prefeitura tem lançado mão do nome “Morar Carioca”, para intervir em favelas de forma arbitrária, a exemplo do ocorreu na Providência, onde inclusive as obras foram suspensas no início de 2013, graças a uma liminar conseguida por ação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que constatou a ausência de informações acerca de licenciamentos, estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental, bem como a inexistência de audiências públicas antes do início das obras¹³⁹.

Trata-se, portanto, de um cenário que foi se mostrando muito relevante durante a presente pesquisa, tornando-se uma necessidade a realização de um levantamento das remoções de comunidades que vinham ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro: aquelas que já foram efetuadas, as que ainda estão em curso, e os

¹³⁷ “Segunda fase do Morar Carioca prioriza favelas perto de áreas olímpicas”, O Globo, 27/01/2011. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/segunda-fase-do-morar-carioca-prioriza-favelas-perto-de-areas-olimpicas-2831205#ixzz2awFE0UIC>, acessado em julho de 2013.

¹³⁸ Ver lista das comunidades selecionadas em http://www.iabrl.org.br/morarcarioca/o_programa/, acessado em julho de 2013.

¹³⁹ “Liminar suspende remoções e obras no Morro da Providência”, 26/03/2013. Disponível em <http://extra.globo.com/noticias/rio/liminar-suspende-remocoes-obras-no-morro-da-providencia-7944735.html#ixzz2b8gDAoUs>, 03/12/2012, acessado em julho de 2013.

casos em que os moradores foram notificados pelo poder público, ou tornou-se pública a ameaça de remoção.

A partir destes dados foi feito um mapeamento, que segue abaixo, que tem por objetivo identificar qual a relação físico-territorial que tais comunidades teriam com as obras para as Olimpíadas de 2016, objeto deste trabalho. Assim, inicialmente foram mapeadas as principais obras e intervenções em curso, através das informações coletadas no site oficial da prefeitura (<http://www.cidadeolimpica.com/>) e depois as denúncias recebidas por diversas organizações da sociedade civil e associações de moradores, relacionadas a seguir, além de comunidades listadas nos relatórios e documentos oficiais já mencionados: da Geo-Rio, e o Plano de Legado Urbano e Ambiental Olimpíadas Rio 2016, produzido pela Secretaria Municipal de Urbanismo.

COMUNIDADES REMOVIDAS OU AMEAÇADAS DE REMOÇÃO

- 1 Belém Belém - Pilares**
Plano de Legado Urbano e Ambiental Olimpíadas Rio 2016
- 2 Metrô Mangueira - Maracanã** (parcialmente removida)
<http://rioonwatch.org.br/?p=3051>, acessado em abril de 2012
- 3 Antigo Museu do Índio (ao lado do Maracanã)**
Denúncia da Frente Internacionalista dos Sem Teto
- 4 Sambódromo - Cidade Nova** (removida)
Vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=Dpp6N3yKdFQ>
- 5 Vitória de Mangueiros - Benfica** (parcialmente removida)
Denúncia feita por morador via e-mail. Causa: obras do PAC para a Copa do Mundo. Projeto: elevação da via férrea e construção do parque linear de Mangueiros.
- 6 Mandela de Pedra - Mangueiros** (parcialmente removida)
Fonte: <http://www.conhecendomangueiros.fiocruz.br/?q=mandela-pedra> <http://www.anovademocracia.com.br/no-41/1587-pac-da-repressao-incertezas-do-mandela-de-pedra>. Denúncia feita também via e-mail: moradores estão desde 2011 no programa "aluguel social"
- 7 Providência - Zona Portuária**
Instalação de teleférico:
<http://comitepopulario.wordpress.com/tag/despejo/> e "casas vão cair" <http://apublica.org/2012/04/rj-casas-vao-cair/>
- 8 Pedra Lisa - Gamboa**
Segundo a SMH, cerca de 300 residências estão em áreas de risco. Fonte: Relatório do Fórum Popular do Porto (<http://www.fase.org.br/>)
- 9 Rua do Livramento – Gamboa**
Unidades ameaçadas: 182, 184, 186, 207, 209, 211. Os números 186 e 192 foram demolidos em dezembro de 2011, mesmo com processo judicial em andamento. Fonte: Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações (Fórum Comunitário do Porto) - <http://www.fase.org.br/>
- 10 Morro da Viúva - Flamengo**
Fonte: http://ademi.webtexto.com.br/article.php3?id_article=45299
- 11 Santa Marta – Botafogo**
Fonte: <http://www.ocotidiano.com.br/2012/07/sobre-processo-de-remocao-no-santa.html>; e <http://www.visaodafavelabrasil.com.br/urbanizacao-nas-favelas-santa-marta-e-babilonia-dois-lugares-uma-mesma-preocupacao/26/10/11>
- 12 Tabajaras – Copacabana** (parcialmente removida)
Denúncia da Frente Internacionalista dos Sem Teto. Vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=BSof79gblLU>
- 13 Canal do Anil, Jacarepaguá**
Plano de Legado Urbano e Ambiental Olimpíadas Rio 2016
- 14 Gardênia Azul, Jacarepaguá**
Plano de Legado Urbano e Ambiental Olimpíadas Rio 2016
- 15 Arroio Pavuna - Barra da Tijuca** (parcialmente removida)
Denúncia do Movimento Nacional de Luta pela Moradia em carta à relatora, Raquel Rolnik - 20/05/2011. Sofreu a primeira remoção em 2006, época do Pan-2007. A justificativa era a construção de equipamento esportivo, mas 68 famílias foram removidas para a implantação de um jardim de um condomínio de luxo ao lado da comunidade. Agora, restam 28 famílias ameaçadas devido à construção de viaduto para a implantação do BRT Transcarioca
- 16 Asa Branca, Jacarepaguá**
Fonte: <http://favela.info/?p=2054> - acessado em 26/10/ 2011
- 17 Vila Autódromo, Barra da Tijuca**
Ameaçada de remoção desde 1992. Ver histórico em: <http://comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br>
- 18 Canal do Cortado, Recreio dos Bandeirantes** (removida)
Fonte: <http://www.fazendomedia.com/novas/politica250806.htm>, acessado em outubro de 2011

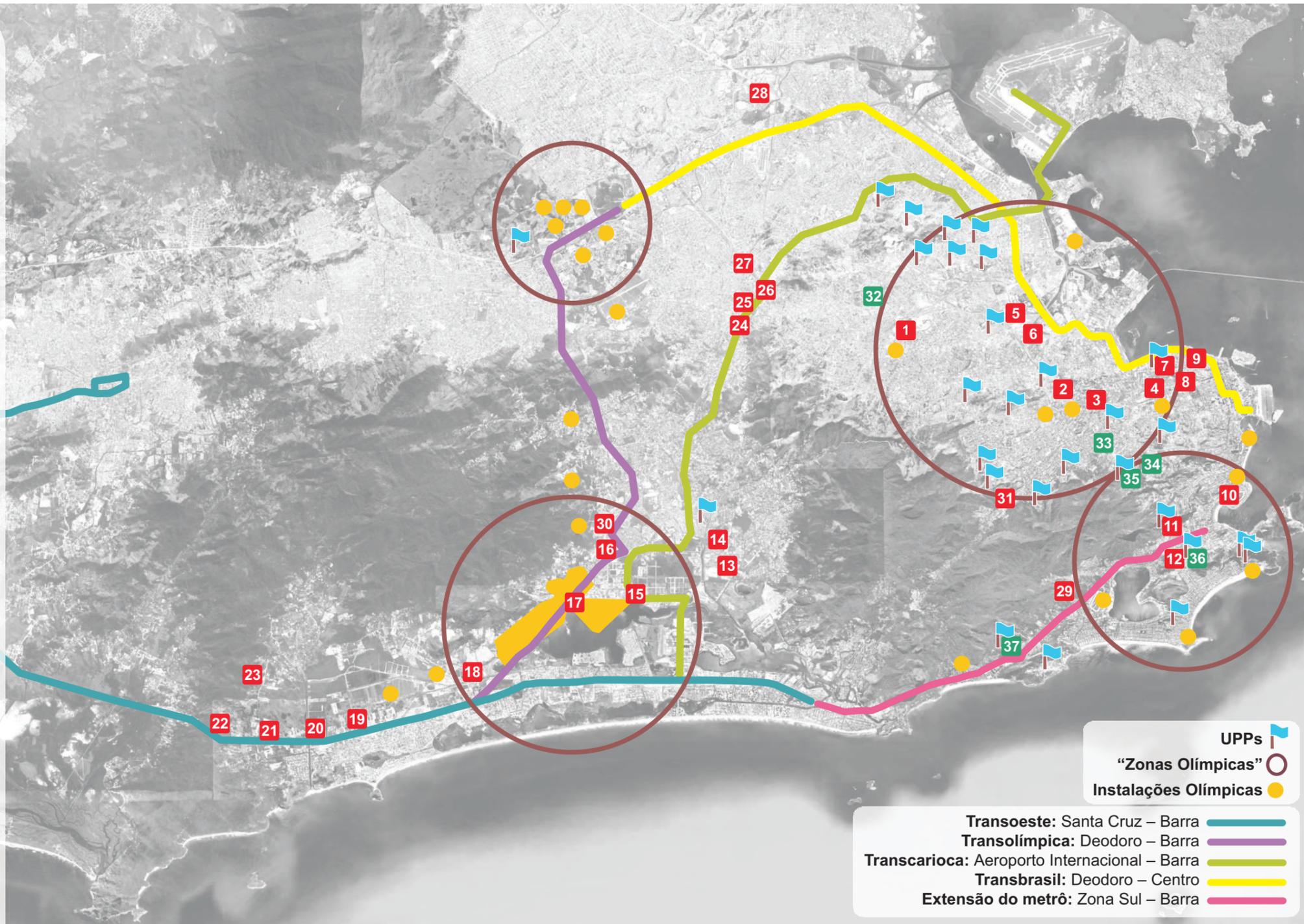
- 19 Restinga, Recreio dos Bandeirantes** (removida)
Denúncia feita pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia em carta à relatora especial, Raquel Rolnik - 20/05/2011
- 20 Vila Harmonia, Recreio dos Bandeirantes** (removida)
Denúncia do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, em carta à relatora especial, Raquel Rolnik - 20 de maio de 2011
Vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=FNWclXqyezC>
- 21 Vila Recreio II, Recreio dos Bandeirantes** (removida)
Fonte: <http://direitoamoradia.org/?p=4238&lang=pt>
- 22 Vila Amoedo, Recreio dos Bandeirantes**
Fonte: <http://www.fazendomedia.com/moradores-da-vila-harmonia-conseguem-liminar-para-interromper-remocoes-por-causa-da-transoeste/>, acessado em março de 2012
- 23 Vila Taboinha - Vargem Grande**
Fonte: http://www.diarioliberalidade.org/index.php?option=com_content&view=article&id=8537:rio-vila-taboinha--resumo-do-1o-dia-da-luta-contra-o-despejo-irregular&catid

- 24 Largo do Campinho, Madureira** (removida)
Remoção de 65 famílias em 06/11 para construção de um mergulhão da Transcarioca (Projeto Metropolização e Megaeventos: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016, Relatório Parcial Rio de Janeiro – Abril de 2012)
Vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=QWUykyLz9o>
- 25 R. Domingos Lopes - Madureira**
Foram desapropriadas cerca de 100 casas (Relatório Observatório das Metrôpoles, abril de 2012)
- 26 R. Quaxima - Madureira**
Fonte: <http://www.fazendomedia.com/prefeitura-promove-desapropriacao-em-madureira-no-rio-de-janeiro/>
- 27 Vila das Torres - Madureira** (removida)
Denúncia do Movimento Nacional de Luta pela Moradia em carta à relatora especial, Raquel Rolnik - 20/05/2011
- 28 Parque Colúmbia, Pavuna** (parcialmente removida)
Ameaças de remoção por parte da prefeitura desde as chuvas de abril de 2010. Denúncia feita pela associação de moradores, em carta enviada à Relatora Especial, Raquel Rolnik

- 29 Horto- Jardim Botânico**
Interesse ambiental e patrimônio histórico
- 30 Colônia Juliano Moreira - Jacarepaguá**
219 famílias removidas (programa Morar Carioca)
- 31 Indiana (Borel) - Tijuca** (parcialmente removida)

COMUNIDADES PRESENTES NO RELATÓRIO DA GEO RIO, 2010

- 32 Morro dos Urubus - Pilares** (parcialmente removida)
- 33 Complexo do Turano** (Pedacinho do Céu)
- 34 Morro do Escondidinho - Santa Tereza**
- 35 Morro dos Prazeres - Santa Tereza**
- 36 Estradinha - Copacabana**
- 37 Rocinha - Gávea**



UPPs
"Zonas Olímpicas"
Instalações Olímpicas

Transoeste: Santa Cruz – Barra
Transolímpica: Deodoro – Barra
Transcarioca: Aeroporto Internacional – Barra
Transbrasil: Deodoro – Centro
Extensão do metrô: Zona Sul – Barra

Tabela 4 – Número de Famílias Removidas ou Ameaçadas de Remoção, por comunidade, com indicação da justificativa apresentada. Fonte: COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro” (2013:31)

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Removida	65	BRT Transcarloca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/1	100	Removida	100	BRT Transcarloca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	Removida	27	BRT Transcarloca
4. Penha Circular	s/1	40	Removida	40	BRT Transcarloca
5. Largo do Tanque	s/1	66	Removida	66	BRT Transcarloca
6. Arrolo Pavuna (Jacarepaguá)	1938	68	28	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarloca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	300	Removida	300	Construção do Parque Municipal de Madureira/“Legado”associado à Transcarloca
8. Restinga (Recreto)	1994	80	s/1	80	BRT Transoeste Barra da Tijuca a Santa Cruz
9. Vila Harmonia (Recreto)	1911	120	Removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreto II (Recreto)	1996	235	Removida	235	BRT Transoeste
11. Notredame	s/1	52	s/1	52	BRT Transoeste
12. Vila da Amoedo	s/1	50	s/1	50	BRT Transoeste
13. Vila Taboinha	1990	—	400	400	Reintegração de posse
14. Asa Branca (Curicica)	1986	—	s/1	s/1	BRT Transolímpica
15. Vila Azaleia (Curicica)	1990	—	100	100	BRT Transolímpica
16. Vila União (Curicica)	década de 1980	—	3.000	3.000	BRT Transolímpica
17. Colônia Juliano Moreira	1935	—	400	400	BRT Transolímpica
18. Metrô Manguelra	1980	566	46	612	Estacionamento para o estádio do Maracanã
19. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	—	500	500	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
20. Belém-Belém (Pilares)	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenho)
21. Favela do Sambódromo	s/1	60	Removida	60	Alargamento do Sambódromo
22. Morro da Providência	1897	140	692	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco
23. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Removida	150	Projeto Porto Maravilha
24. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Removida	30	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupações na Rua do Livramento	s/1	—	400	400	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupação Boa Vista	1998	35	Removida	35	Projeto Porto Maravilha
27. Quilombo das Guerreiras	2006	—	50	50	Projeto Porto Maravilha
28. Zumbi dos Palmares	s/1	133	Removida	133	Projeto Porto Maravilha
29. Ocupação Carlos Marighela	s/1	47	Removida	47	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Casarão Azul	s/1	70	Removida	70	Projeto Porto Maravilha
31. Tabajaras / Estradinha	1986	252	100	352	A Prefeitura alega que a área é de risco
32. Virgolândia	década de 1980	600	—	600	Faixa Marginal de Proteção
33. Pavão-Pavãozinho	1930	300	—	300	A Prefeitura alega que a área é de risco
34. Santa Marta	1942	—	150	150	Área de risco no Pico do Santa Marta
35. Vidigal	1941	—	40	40	Área de risco
36. Horto	1811	3	520	523	Interesse ambiental e patrimônio histórico
37. Indiana	1957	110	517	627	Área de risco
SUBTOTAL 2		665	1.927	2.592	INTERESSE IMOBILIÁRIO, AMBIENTAL E ÁREA DE RISCO
TOTAL		3.099	7.843	10.942	

O resultado obtido não foi diferente do que se esperava. Como pode-se observar, as comunidades removidas ou ameaças de remoção se concentram dentro ou muito próximas às áreas definidas como “zonas olímpicas”, onde estão/estarão os equipamentos esportivos para os Jogos, e também ao longo das vias expressas Transoeste, Transolímpica e Transcarioca, as novas vias que fazem parte do sistema de mobilidade e transportes para 2016, e que têm sido utilizadas como uma das principais justificativas para estas ações, como mostra o quadro acima, que faz parte de um outro levantamento, realizado pelo Comitê Popular do Rio, inserido aqui como um complemento das informações levantadas e mapeadas.

É impressionante a enorme quantidade de famílias removidas, não apenas pelo número em si, mas principalmente pela forma como tem se dado todo este processo. De acordo com os dossiês produzidos pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, as ações da prefeitura têm sido marcadas pela ausência ou precariedade de informações, pois nenhuma das comunidades que apresentaram denúncias teve acesso aos projetos de urbanização que envolvem suas áreas de moradia. Além disso, o valor das indenizações oferecidas não é suficiente para garantir a aquisição de outro imóvel nas proximidades, isto porque a Prefeitura tem considerado apenas o valor correspondente às benfeitorias e não o da posse da terra¹⁴⁰. As demais alternativas oferecidas são o aluguel social, com valor de 400 reais a 500 reais¹⁴¹ e a aquisição assistida de imóveis, que embora possibilite um adicional ao valor avaliado da benfeitoria¹⁴², ainda assim tem sido insuficiente para a compra de um imóvel na mesma localidade (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013), por conta não só do valor subestimado das avaliações, mas também da valorização decorrente dos investimentos que estão sendo realizados pelo poder público.

“O processo de encarecimento da moradia e da vida na cidade, experimentado cotidianamente pelos cidadãos, também pode ser

¹⁴⁰ De acordo com o Estatuto da Cidade, mesmo que o indivíduo não possua a titularidade da propriedade, se ele vive há mais de cinco anos no mesmo terreno (de até 250m²), sem oposição, e não seja proprietário de outro imóvel, estabelece-se a aquisição de domínio, ou seja, o indivíduo conquista o direito de posse sobre o terreno, seja ele de propriedade pública ou particular. Onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, como ocorre na favela, por exemplo, poderá ocorrer a usucapião coletiva (neste caso pode ser superior a 250m²), desde que os moradores também não sejam proprietários de outro imóvel. Fonte: Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm, acessado em maio de 2012.

¹⁴¹ Conforme informações disponíveis no site do Governo do Estado do Rio de Janeiro: <http://www.rj.gov.br/web/seasdh/exibeconteudo?article-id=1519686>, acessado em junho de 2013.

¹⁴² O Decreto 34.522/2011 determina que para a aquisição assistida, o valor avaliado para as benfeitorias pode sofrer um adicional de 30% a 108% (FAULHABER, 2012).

evidenciado pelos indicadores da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/Zap), que mede a evolução do preço dos imóveis brasileiros. No levantamento desse órgão, a cidade do Rio de Janeiro possuía o preço do metro quadrado mais caro do país, tomando como referência o mês de setembro de 2012. O preço médio dos imóveis anunciados na capital carioca neste mês foi de R\$ 8.358, contra R\$ 8.143 no Distrito Federal e R\$ 6.806 em São Paulo (Fonte: Fipe/Zap- Jan/2013). Para os imóveis vendidos, a valorização do metro quadrado na cidade do Rio de Janeiro foi de 116,60 % entre os anos de 2010 e 2012. Para os imóveis alugados, a valorização foi de 68,50% no mesmo período. Se comparado a outras cidades brasileiras que também sediarão a Copa do Mundo de 2014, o Rio de Janeiro obteve a maior valorização desde 2010, tanto para venda quanto para aluguel.” (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013:33)

Os conjuntos habitacionais produzidos pelo programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV), destinados à relocação das famílias com rendimentos de até três salários mínimos, por sua vez estão localizados, em geral, nas áreas periféricas da cidade e distantes dos locais beneficiados com os investimentos para a Copa e Olimpíadas, com baixa cobertura dos serviços públicos e infraestrutura urbana.

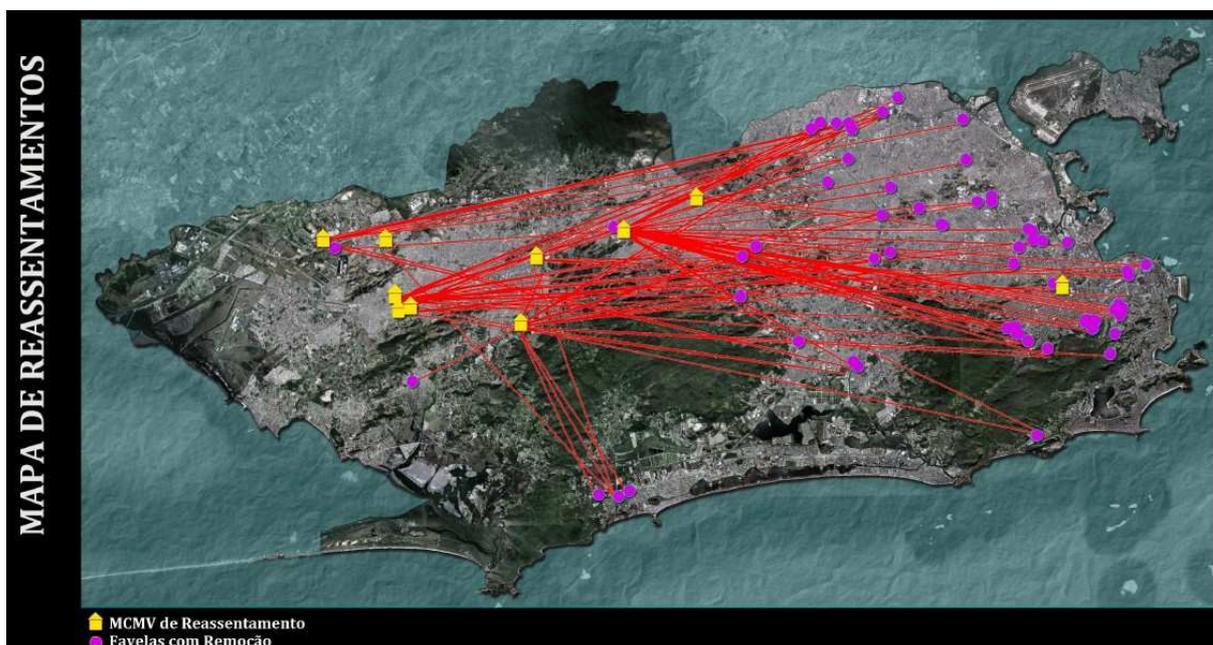


Figura 15 – mapa com indicação de origem/destino do reassentamento de famílias. Fonte: FAULHABER (2012:61)

O desrespeito aos direitos humanos não para por aí: diversos relatos dos atingidos explicitam a violência sofrida através de ameaças e coação por parte dos agentes da prefeitura, na tentativa de forçar os moradores a aceitarem as ofertas realizadas. Outra forma de pressão tem sido a não retirada do entulho das casas demolidas, gerando situações dramáticas para as famílias que resistem à remoção.

Marcação das casas sem permissão dos moradores e avisos que dão prazo de apenas 24 horas para que as pessoas deixem sua moradia, sem que antes elas recebam as indenizações, são também outras denúncias graves:

“(...) a prefeitura marca as casas para remoção com tinta spray, numerando as que serão demolidas, sem a autorização ou qualquer explicação aos moradores. A sigla da secretaria municipal de habitação (smh) é inscrita nas casas, ou, como dizem os moradores, ‘saia do morro hoje’.” (COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO, 2013:27).



Figura 16 – (esq.) casas marcadas com iniciais da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Fonte: COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO (2013); (à cima) entulho deixado no local após demolição de casas. Fonte: <http://global.org.br/programas/apos-dois-anos-familias-da-comunidade-metro-mangueira-ainda-aguardam-solucao-em-meio-a-escombros/>, acessado em junho de 2013.

4.5.3. Vila Autódromo: um cenário indesejado na cidade olímpica

Um exemplo que se tornou emblemático foi o caso da Vila Autódromo, uma comunidade localizada ao lado do terreno onde será erguido o Parque Olímpico de 2016.



Figura 17 – (à cima) montagem própria sobre foto aérea do google; (à baixo) Imagem aérea da Vila Autódromo (primeiro plano) e ao fundo o terreno do Autódromo já terraplanado para obras do Parque olímpico. Fonte: <http://esporte.uol.com.br/temas-especiais/rio-2016/album/#fotoNavId=pr10509981>, acessado julho de 2013.

As tentativas reincidentes de remoção dessa comunidade remontam ao ano de 1992, quando o Município, alegando “dano estético e ambiental” em ação ajuizada no Tribunal do Rio de Janeiro requereu pela primeira vez sua retirada. Desde então os moradores se mobilizaram para permanecer no local através de articulação jurídica e outras formas de resistência¹⁴³, que até então tem assegurado sua permanência, a despeito das várias investidas por parte da prefeitura: na época da preparação para os Jogos Pan-Americanos de 2007 e agora para a realização das Olimpíadas de 2016. Não há uma justificativa plausível, inclusive o argumento se alterou várias vezes, fazendo crer que o único interesse em retirar a comunidade dali é realmente abrir espaço para a valorização imobiliária, já que após os jogos, no projeto vencedor para o Parque Olímpico, já está prevista a construção de diversos empreendimentos naquele local:

¹⁴³ A comunidade, em conjunto com a assessoria do NEPLAC/ETERN/IPPUR/UFRJ (Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e do NEPHU/UFF (Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense), elaborou o Plano Popular da Vila Autódromo, que é uma proposta de reurbanização da comunidade, que foi apresentada e entregue ao prefeito Eduardo Paes em agosto de 2012.



Figura 18 – projeto vencedor para o Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico. Fonte: <http://www.rio2016.com/noticias/noticias/parque-olimpico-conheca-o-projeto-vencedor-para-o-plano-geral-urbanistico>, acessado em setembro de 2011.

“Dois cenários foram previstos: o modo Jogos Olímpicos (primeira imagem), em que se deve assegurar as melhores condições para a realização das competições; e o modo Legado (segunda imagem), que garante a viabilidade da implantação de novos empreendimentos de forma sustentável após os Jogos.”¹⁴⁴

Note-se que nas imagens acima grande parte da comunidade, principalmente àquela situada na faixa marginal de proteção da Lagoa desaparece, mas permanece uma porção significativa sem, contudo, sequer ser mencionada ao longo do projeto. A partir daí, outro pretexto surgiu para justificar a remoção integral: as condições de segurança que deveriam ser garantidas pela criação de uma área livre junto ao perímetro do Autódromo. Esta faixa de segurança teria sido estabelecida em comum acordo com a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência)¹⁴⁵. Entretanto todos estes argumentos são questionáveis e foram investigados e combatidos pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, que inclusive enviou, em 2010, uma Notificação ao Comitê Olímpico Internacional sobre a questão, já que uma das justificativas utilizadas pelo discurso oficial é que a remoção integral da comunidade seria uma das exigências do próprio COI. De acordo com essa Notificação, a permanência das famílias nessa área está apoiada em diversos instrumentos jurídicos: Termos Administrativos de Concessão de Uso concedidos em 1994, pelo ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia) em nome do Estado do Rio de Janeiro, titular da área; Lei Complementar nº 74/2005, que declara parte da comunidade como Área de Especial Interesse Social; além do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e a Lei Orgânica do Município, que estabelecem como uma das diretrizes da política de desenvolvimento urbano, a



Figura 11 – Faixa estendida na Cinelândia, Centro do Rio de Janeiro. Fonte: <http://copa2014curitiba.wordpress.com/2011/11/02/par-que-olimpico-especulacao-oficial-e-por-contrato-em-beneficio-de-quem/>

¹⁴⁴ “PARQUE OLÍMPICO: Conheça o projeto vencedor para o Plano Geral Urbanístico”, disponível em <http://www.rio2016.com/noticias/noticias/parque-olimpico-conheca-o-projeto-vencedor-para-o-plano-geral-urbanistico>, acessado em setembro de 2011.

¹⁴⁵ Notificação sobre o processo de remoção da Comunidade Vila Autódromo enviada ao Comitê Olímpico Internacional pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

regularização fundiária e a urbanização de áreas ocupadas por populações de baixa renda.

“Neste sentido, a proposta existente no projeto brasileiro de remoção integral da comunidade Vila Autódromo é incompatível com o quadro normativo internacional e brasileiro referente à proteção dos direitos fundamentais e, também, dissonante dos princípios adotados na Carta Olímpica que vinculam o país-sede.” (Notificação ao Comitê Olímpico Internacional, feita pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - 2010, sem página).

Desconsiderando destes fatos, em 21 de setembro de 2011 a prefeitura lançou a minuta do edital de “contratação, em regime de parceria público-privada, modalidade de concessão administrativa, dos serviços de implementação, operação e manutenção do Parque Olímpico para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016”, que previa a remoção da Vila Autódromo até 2013¹⁴⁶. Em outubro, agentes da secretaria municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Habitação estiveram na comunidade para cadastrar as famílias, à revelia de sua vontade. Marcaram as casas com spray de tinta, sem maiores informações e com ameaças intimidadoras: não receberia indenização alguma quem não acatasse imediatamente a oferta do governo municipal de transferência para um futuro empreendimento do programa federal Minha Casa Minha Vida¹⁴⁷.

Apesar de toda a pressão sofrida, a comunidade seguiu lutando para permanecer no local, e finalmente em 09 de agosto do ano corrente, o prefeito Eduardo Paes recua da decisão da remoção. Em reunião com Associação de Moradores da Vila Autódromo, que contou com a presença dos secretários municipais de Meio Ambiente e Habitação, do subprefeito da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, de representante da Empresa Olímpica Municipal, da Procuradoria Geral do Município, da Defensoria Pública do Estado e duas Universidades Federais (IPPUR/UFRJ e NEPHU/UFF) que assessoraram os moradores na elaboração do Plano Popular e a Pastoral das Favelas, o prefeito reconheceu que houve equívocos no tratamento à comunidade e afirmou que está disposto a abrir uma rodada de

¹⁴⁶ “Minuta de edital prevê remoção de favela Vila Autódromo até 2013 para obras do Parque Olímpico” – O Globo on-line, 04/10/11 – Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/minuta-de-edital-preve-remocao-de-favela-vila-autodromo-ate-2013-para-obras-do-parque-olimpico-2744502>.

¹⁴⁷ Vídeo que mostra a visita dos técnicos da prefeitura à comunidade. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=QxTE2U9IIMs>, acessado em 10 de janeiro de 2012.

negociações baseada na permanência da Vila Autódromo e sua urbanização¹⁴⁸. A comunidade torna-se um ícone e exemplo de resistência na reivindicação pelo direito à moradia.

4.6. Considerações parciais

Estão em curso transformações profundas na dinâmica urbana do Rio de Janeiro, que combinam um processo de (re)ordenamento do território, através de grandes intervenções urbanas, com novos padrões de relação entre o Estado e os agentes econômicos e sociais, marcados pela negação das esferas públicas democráticas de tomada de decisões. Tudo justificado e legitimado pelo momento excepcional da realização de megaeventos, tipificando o que VAINER (2011) denominou como “cidade de exceção”.

Admite-se, portanto, que o Plano Olímpico, visto aqui como parte de uma estratégia contemporânea de ação sobre o território urbano através da implantação de Grandes Projetos Urbanos (GPUs), em sintonia com a prática neoliberal de gestão de cidades, já tem causado rupturas em diversas dimensões, confirmando o que foi afirmado por alguns estudiosos:

“No processo de sua formulação e implantação, os GPUs desencadeiam rupturas sobre os espaços físico e social, em suas múltiplas dimensões, e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica sócio espacial, caracterizada por reconfigurações escalares, e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local.” (NOVAIS et al., 2007:7)

Estas rupturas são o resultado de ações que têm violado os direitos dos cidadãos, conforme demonstrado neste capítulo, que vão desde o desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, até a expulsão das populações de baixa renda para locais periféricos do município, numa espécie de reterritorialização da pobreza, não apenas para abrir espaço para as obras de infraestrutura, mas também para novas frentes de expansão imobiliária e em locais estratégicos para o turismo. Mesmo aqueles que não são alvo da ação direta do

¹⁴⁸ “Vila Autódromo conquista sua permanência!”, 09/08/13. Disponível em <http://comunidadevilautodromo.blogspot.com.br/>, acessado em 09 de agosto de 2013.

poder público por meio das remoções relatadas, enfrentam o efeito indireto do aumento do custo de vida, que inviabiliza sua permanência nos locais valorizados pelas intervenções, causando o fenômeno que tem sido chamado de “gentrificação” (SMITH, 1996). Este processo, aliado à política do controle social que vem sendo exercido principalmente pelas UPPs, localizadas no território de acordo com a mesma lógica, apontam para o esforço de se difundir uma imagem de estabilidade, de uma “cidade pronta para receber o mundo” (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2009). E deste “cenário global” que se deseja consolidar, destoam a pobreza e todas as outras formas de apropriação da cidade que não obedecem ao padrão de “cidade internacional”. Embora esta política de “limpeza social” não seja uma especificidade do momento de preparação do território para receber os megaeventos, há uma potencialização e uma facilitação dessas ações, por conta do discurso da urgência do cronograma das obras, para honrar os compromissos assumidos com as instituições donas destes eventos (COI, FIFA etc). E no caso do Rio de Janeiro há mais um fator a se considerar:

“(...) a “incômoda” e “feia” presença da pobreza nas áreas mais valorizadas da cidade, elemento estrutural da paisagem da cidade e, ao mesmo tempo, grande obstáculo à valorização esperada dentro dos padrões estabelecidos pelo mercado internacional, ganha, com os megaeventos esportivos, fortes argumentos para ser eliminada.” (OLIVEIRA, 2012: 176).

Neste processo o que importa é “limpar” e “preparar” o “terreno”, deixando-o disponível e em condições de atender às demandas do capital, que procura novos espaços para se expandir (HARVEY, 2004). Isto implica também em enormes gastos públicos, que têm sido empregados na construção de equipamentos, infraestrutura urbana e na política de “ordem” e segurança, que, ao contrário do que deveria ser, não estão voltados para a população como um todo, nem atendem a uma lógica de demandas prioritárias, mas estão voltados para uma parcela bem específica do território, atendendo principalmente à lógica da realização do megaevento olímpico, que convenientemente vai ao encontro de interesses do mercado imobiliário.

Diante do exposto, o que pode-se concluir até o presente momento é que a conta parece não fechar: os custos, principalmente os socioambientais, aparentemente tem sido bem maiores que os benefícios. Isso considerando a população como um todo, porque evidentemente há ganhadores no Plano Olímpico,

mas parece haver muito mais perdedores. O que não significa, porém, que o resultado esteja dado. Alguns casos em disputa, apresentados aqui, tiveram um desfecho a favor da causa popular, como por exemplo, a permanência conquistada do Museu do Trem – ao lado do “Engenhão”, reaberto em abril deste ano –, do Parque Aquático Júlio Delamare, do Estádio de Atletismo Celio de Barros, da Escola Municipal Friedenreich – os três equipamentos no complexo do Maracanã, cuja privatização, de interesse do setor privado, agora está ameaçada –, da Vila Autódromo, dentre outros. Isto demonstra que há lutas travadas no seio deste processo de implementação do Plano Olímpico, que o desafiam à medida que provocam fissuras no projeto dominante.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um processo em curso na cidade do Rio de Janeiro de (re)ordenação do território, através de grandes intervenções urbanas, marcado pela negação das esferas públicas democráticas e dos mecanismos formais-institucionais de planejamento, e justificado pelo momento excepcional da realização de megaeventos, tipificando o que VAINER (2011) denominou como “cidade de exceção”.

Este cenário começa a se desenhar na década de 1990, quando o Plano Diretor foi deixado de lado tão logo sua criação (1992), e tem início uma busca obstinada pela realização dos Jogos Olímpicos, como estratégia introduzida pelo modelo de planejamento que estava sendo difundido por consultores catalães, que haviam conduzido o processo de “reestruturação” urbana pelo qual atravessou Barcelona com o advento das Olimpíadas de 1992.

Mesmo que frustrada a primeira candidatura, a gestão carioca empreende outras investidas, mas a partir daí mudando essencialmente a estratégia: utilizando os Jogos Pan-Americanos como uma espécie de plataforma para se atingir o objetivo principal, pois uma vez realizados com sucesso serviriam de demonstrativo de que a cidade era capaz de sediar grandes eventos esportivos. É justamente neste momento que também uma grande mudança no projeto urbanístico original é realizada: ao invés da Ilha do Fundão, na Zona Norte, elege-se a Barra da Tijuca como principal sede das instalações esportivas. Isto ocorre fora de qualquer discussão institucional de planejamento e inclusive contraria o que o Plano Diretor determina.

Enquanto se dá o processo de revisão do Plano Diretor, que tem início principalmente por conta da obrigatoriedade imposta pelo Estatuto da Cidade (2001), e que perdurou por 10 anos, em paralelo, projetos relacionados ao Pan-2007 são concebidos e implementados na cidade. Em 2009, depois de conquistada a tão esperada vitória da candidatura à sede de uma Olimpíada, o novo Plano Diretor é finalmente aprovado, mas agora dotado de *“elementos que permitam que a cidade se adeque às novas demandas urbanas e cumpra os compromissos nacionais e internacionais assumidos pela sua sociedade, particularmente no que tange à Copa*

do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016” (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2009). Em outras palavras, ao texto de lei foram incorporados os principais projetos ligados à realização desses eventos, como por exemplo, a implantação de toda a rede viária e de transporte proposta para 2016, as novas diretrizes voltadas ao incentivo da criação/ampliação de infraestrutura para o setor hoteleiro/turístico, e a introdução de um novo instrumento, a “concessão urbanística”, que tem sido utilizado para viabilização das OUCs do “Porto Maravilha” e do Parque Olímpico. Vale lembrar que esse instrumento não está previsto no Estatuto da Cidade e inclusive fere seus princípios em vários aspectos.

O mesmo ocorreu com o Plano Estratégico: embora a gestão municipal tenha lançado mão do modelo de “planejamento estratégico”, como uma espécie de base discursiva sobre a qual apoiou suas ações, que vem sendo caracterizadas por um “urbanismo de resultados” (COMPANS, 1997), o fato é que também não foi no âmbito de seu processo de elaboração que uma série de projetos foram formulados. A escolha da Barra da Tijuca se deu mesmo antes da elaboração da segunda versão do Plano Estratégico (2004), ou seja, noutro lugar que não pertenceu ao âmbito de debates deste instrumento. E os projetos da candidatura olímpica de 2016, que foram incorporados ao Plano Diretor a posteriori, de igual forma foram incluídos ao Plano Estratégico, que ganhou com isso sua terceira versão, *ad hoc*.

Ora, se houve a inclusão em ambos os Planos – Estratégico e Plano Diretor – de projetos que já haviam sido elaborados, alguns implementados e outros em andamento, torna-se evidente que os processos de formulação destas propostas urbanas estruturadoras, se deram longe do alcance do controle público: um “projeto de cidade” imposto aos cidadãos sem nenhum diálogo ou transparência, sem nenhuma relação com os instrumentos e as instâncias do planejamento urbano municipal, sendo questionado também por técnicos da própria prefeitura.

Diante do exposto, não é de se estranhar que por trás destas decisões estejam interesses diversos aos interesses públicos, que não são revelados, ou melhor, que são antes acobertados. A “espinha dorsal” do Plano Olímpico, que é a centralidade da Barra da Tijuca, se alinha perfeitamente à lógica do mercado, na medida em que potencializa ainda mais o uso do solo urbano naquela localidade, que absorverá a maior parte dos recursos públicos empregados até 2016, em benefício principalmente do setor privado. E justamente aí encontra-se um outro

ponto de fragilidade: os principais beneficiados são alvo de investigações quanto à idoneidade de seus negócios imobiliários na região.

Entretanto, a discussão em torno da eleição da Barra da Tijuca não é a única a ser feita, pois mesmo no caso do projeto Porto Maravilha, cuja justificativa foi a veemente crítica à concentração de investimentos na Barra, voltando os para a região portuária, não escapou da lógica excludente e privatista dos os interesses do mercado: empreiteiras, promotores imobiliários, setor hoteleiro, empresas do entretenimento, novamente aparecem como principais beneficiados.

Na busca por identificar os atores e as formas e processos específicos através dos quais estes interesses se articularam para incidir sobre a política urbana e conformar os processos de formulação e decisão, algumas informações foram sendo confirmadas. No caso da escolha locacional da Barra da Tijuca, surgem como sujeitos da coalisão o COB, representado por seu presidente Carlos Arthur Nuzman, em comum acordo com o Poder Executivo Municipal, à época representado pelo prefeito César Maia (PTB), quando, em 2001, começaram a desenhar o plano estratégico da candidatura para os Jogos Pan-Americanos de 2007. Ao que tudo indica, pode ter havido também uma influência importante de grandes incorporadoras e proprietários de terras, já que está claro serem esses os grandes beneficiários dos investimentos públicos, principalmente acessos viários em sua região de atuação.

Já no caso do Porto, a partir do anúncio da vitória da candidatura olímpica, ficou clara a emergência de uma grande coalizão de forças para a construção de novos argumentos e manobras em torno do projeto, a tal ponto para realinhar acordos e justificar a transferência de instalações olímpicas para essa região, inclusive através de uma desconstrução do próprio discurso inicial. A obtenção do aval do COI para a transferência veio garantir legitimidade para a execução do projeto e, conseqüentemente, atender aos interesses de grupos que possivelmente ainda não tinham sido contemplados com a grande concentração de investimentos na Barra da Tijuca. Nesta segunda coalisão observa-se o Executivo Municipal, agora já na pessoa de Eduardo Paes (PMDB), num alinhamento com as outras esferas governamentais, Estado e União, destacando-se aí a última, que, além de disponibilizar e negociar suas propriedades, majoritárias na região, assumiu os riscos da operação financeira dos CEPACs, arrematados de uma só vez pela Caixa

Econômica Federal e garantiu recursos da ordem de R\$7,6 bilhões que serão repassados ao consórcio Novo Porto (OAS Ltda., Norberto Odebrecht Brasil S/A e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S/A), nos próximos 15 anos, para a realização das obras do projeto Porto Maravilha, bem como a prestação de serviços urbanos na área delimitada por esta OUC. Importante dizer que foi o próprio consórcio que formulou o projeto e o modelo de gestão que estão sendo implantados pelo mesmo, vencedor de uma licitação por ele mesmo desenhada (OLIVEIRA, 2012). Esta vem a ser a expressão máxima da transferência de atribuições próprias do poder público para o setor privado: planejamento, obras e gestão do espaço urbano, outrora constituído por reserva fundiária principalmente pública. Outro participante da coalisão, neste caso é a Fundação Roberto Marinho, das Organizações Globo, que captaram recursos de isenção fiscal para construir o Museu de Arte do Rio de Janeiro (Mar), na Praça Mauá, e o Museu do Amanhã, no Píer Mauá, as grandes âncoras culturais da operação portuária, controlando também sua gestão. E por fim, o IAB do Rio de Janeiro, representado por seu presidente, que atuou como uma espécie de porta voz da opinião técnica competente, para justificar a transferência de algumas instalações olímpicas para esta região, o que conferiu ainda mais legitimidade ao projeto, e rendeu ao Instituto a coordenação do concurso de projeto para o "Porto Olímpico", e posteriormente para o Parque Olímpico.

Em ambas as operações, Barra da Tijuca e Porto, fica evidente que, independente do local, o modelo de ação é o mesmo: as "classes rentistas" se organizam em coalizões envolvendo proprietários fundiários, políticos locais, mídia, agências de serviços públicos, empreiteiras, instituições culturais, esportivas, sindicais, enfim, todos aqueles que têm algo a ganhar com o "crescimento" da cidade, para impor seus objetivos, apropriar-se do espaço e tornar as cidades verdadeiras "empresas devotadas ao crescimento através da intensificação do uso do solo urbano". Esta é a "máquina de crescimento" (LOGAN & MOLOTCH, 1987), cuja engrenagem, no caso aqui estudado, é o evento olímpico, vislumbrado pelos sujeitos da "coalisão", como potencializador de seus ganhos capitalistas através da produção do espaço urbano.

Mas se há ganhadores, há também perdedores. Alguns efeitos já estão patentes e caracterizam-se por rupturas em diversas dimensões (NOVAIS et al., 2007): vão desde a criação de um novo arcabouço legal e institucional, passando

pela falta de acesso a informações, o desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, até a expulsão das populações de baixa renda para locais periféricos do município, não apenas para abrir espaço para as obras de infraestrutura, mas também para novas frentes de expansão imobiliária e em locais estratégicos para o turismo. Este processo, aliado à política do controle social que vem sendo exercido principalmente pelas UPPs, localizadas no território de acordo com a mesma lógica, apontam para o esforço de se construir um “cenário global”, onde a pobreza e todas as outras formas de apropriação da cidade que não obedecem ao padrão de “cidade internacional” não são bem-vindas. Mas há resistência, como exemplificado em alguns casos apresentados aqui, onde o desfecho foi a favor da causa popular, destacando-se a Vila Autódromo, que tornou-se um ícone da luta pelo direito à moradia, dentre tantas outras que desafiam o Plano Olímpico enquanto projeto dominante.

Finalmente, frente a este cenário, cabem algumas indagações: o que há de novo na política urbana que tem conduzido o processo relatado neste trabalho? Ela não revela elementos das antigas práticas de patrimonialismo (HOLANDA, 1993) e privatização do Estado? Num contexto onde é notório que boa parte das decisões políticas são pautadas por relações promíscuas entre poder público e agentes privados, através de financiamento de campanhas, dentre outras trocas, qual o real papel do planejamento? Pode haver espaço para processos decisórios e gestão democráticos neste contexto?

A complexidade do objeto aqui estudado requer um tempo maior de pesquisa para revelar a teia de relações, interesses e efeitos relativos à (re)ordenação do território carioca. Trata-se de um processo altamente dinâmico, repleto de disputas e atores que se articulam em várias escalas, além de pouco transparente. Mas acredita-se que os primeiros passos foram dados, tornando-se fundamental dar continuidade a esta investigação. Mesmo porque o resultado final não está determinado: se às vésperas da finalização deste trabalho, a “máquina olímpica”, que revela a velha forma de governar as cidades sob uma nova roupagem, mais radical e explicitamente privatista, parecia invencível, as “jornadas de junho”, como ficaram conhecidas as manifestações que tomaram as ruas, não só do Rio de Janeiro, mas de tantas outras cidades do Brasil, revelam as fissuras deste processo e as possibilidades de mudança e superação.

6. REFERÊNCIAS

ARANTES, Otília B., **MARICATO**, Ermínia e **VAINER**, Carlos; "O Pensamento Único das Cidades: desmanchando consensos", Petrópolis: Ed. Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 2000.

BENEDICTO, Danielle. "Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007". Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado Ditatorial brasileiro, 1964-1985". Tese de doutorado. História Social, UFF, 2012.

CARDOSO, Adauto Lúcio e outros. "Operações interligadas no Rio de Janeiro". In **ROLNIK**, Raquel & **CYMBALISTA**, Renato. "Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social". Pólis nº 29. São Paulo: Instituto Pólis, 1997.

_____, Adauto. "Construindo um referencial para uma avaliação do Plano Diretor". Seminário 'Dez anos de plano diretor: a quem interessa e o que está em jogo na revisão'. Fórum Popular de Acompanhamento do Plano Diretor do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, junho de 2001. Disponível em <http://www.eliomar.com.br/wp-content/uploads/docs/seminarioplanodiretor.pdf>.

CRUZ, Marcus César. "Do 'Mississippi Carioca' ao 'Estádio Voador': forjando espaços de legitimação na indiferença". Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense, 2010.

CASTELLS, Manuel & **BORJA**, Jordi. "As cidades como atores políticos"; in Novos Estudos CEBRAP, n. 45, julho/1996, p. 152-166.

COMPANS, Rose. "A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e 'urbanismo de resultados'". Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, 1997. p. 1721-1733.

FERNANDES, Ana Cristina. "Da reestruturação corporativa à competição entre cidades: lições urbanas sobre os ajustes de interesses globais e locais no capitalismo contemporâneo", in Espaço & Debates, nº41, ano XVII, NERU, São Paulo, 2001.

FERREIRA, João Sette Whitaker. "São Paulo: o mito da cidade-global", Tese de Doutorado, São Paulo: FAUUSP, 2003.

HARVEY, D. "O novo imperialismo". São Paulo, Loyola, 2004.

LEITÃO, G. E. A.; **REZENDE**, V. F. "Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá: Avaliação dos ideais modernistas após três décadas". In: 5o Seminário DOCOMOMO Brasil, 2003, São Carlos. 5º Seminário DOCOMOMO Brasil, 2003.

LIMA JUNIOR, Pedro Novais. "Uma estratégia chamada 'planejamento estratégico': deslocamentos espaciais e atributos de sentido na teoria do planejamento urbano". Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2003.

LOGAN, John e **MOLOTCH**, Harvey; "Urban Fortunes: the political economy of place", University of California Press, 1987.

MASCARENHAS, Gilmar. "Para muito além do esporte: o urbanismo olímpico e seu legado social". In: Pan-americano de 2007: grande negócio para quem? Rio de Janeiro: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. (Série Globalização e Solidariedade, 4), 2005. p. 20-35.

MUÑOZ, F. "Historic evolution and urban planning typology of Olympic Villages". Centre d'Estudis Olímpics i de l'Esport. Barcelona, 1996.

NOVAIS, Pedro; **OLIVEIRA**, Fabricio Leal de; **BIENENSTEIN**, Glauco; **SÁNCHEZ**, Fernanda. "Grandes Projetos Urbanos: Panorama da Experiência Brasileira". Anais do Encontro Nacional da ANPUR, Belém do Pará, 2007.

NUNES, Julieta. "Remoções em Foco: Políticas Públicas para as Favelas Cariocas em Tempo de Megaeventos". Anais do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS, São Paulo, 2012. Disponível em <http://anaisenapegs.com.br/2012/dmdocuments/353.pdf>, acessado em maio de 2013.

OLIVEIRA, Nelma. "O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo". Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz.; **SANTOS** Júnior, Orlando Alves dos (orgs). "Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana". Rio: Civilização Brasileira, 1994.

ROLNIK, Raquel. "Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil". In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, nº11, 2010, ANPUR.

RYFF, Carlos Eduardo Machado. "Expansão urbana e conflito ambiental: o caso Downtown". Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ, 2002.

SÁNCHEZ, Fernanda. "A reinvenção das cidades para um mercado mundial". Unochapecó e Argos Editora Universitária, 2003.

SANTOS, Rosane Rebeca de O. "Rio 2016: que cidade emerge do projeto olímpico? Discursos, propostas e realizações". Trabalho final de graduação, Escola de Arquitetura de Urbanismo/UFF, 2010.

SANTOS JUNIOR, Orlando; **MONTANDON**, Daniel Todtmann (Org.). "Os Planos Diretores Municipais pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas". Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SMITH, Neil. "A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à 'regeneração' urbana como estratégia urbana global". In: Bidou-Zachariassen, C. (ed.), De volta à cidade. "Dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos". São Paulo: Annablume, 2006.

VAINER, Carlos. "Os liberais também fazem planejamento urbano?". In: **ARANTES**, Otilia.; **MARICATO**, Ermínia.; **VAINER**, Carlos. "A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos". Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. "Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro". Encontro Nacional da ANPUR, 14, Rio de Janeiro, 2011. CD-ROM.

VAZ, L. F.; **JACQUES**, P. B. "A cultura na revitalização urbana espetáculo ou participação?". Espaço e Debates: Cidade, cultura e (in)civilidade. São Paulo, v. 23, n. 43-44, p. 129-140, 2003. (ISSN: 0101-5621 / 158 p.)

VILLAÇA, Flávio. "Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil". FAU - USP, 1995.

_____. “O Espaço Intra-urbano no Brasil. Studio Nobel, Fapesp. Lincoln Institute, São Paulo, 1998.

_____. “As ilusões do Plano Diretor”, São Paulo, 2005. Arquivo eletrônico, disponível em http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf, acessado em maio de 2013.

Documentos, Leis e Relatórios

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Atas das Reuniões Ordinárias da CPI instituída pela Resolução 18/2011, realizadas durante o ano de 2011. Disponíveis em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/comtemp.nsf/0d034cff75b288de03256bb1005be7f8?SearchView>, acessado em julho de 2013.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. “Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil: Dossiê da articulação nacional dos comitês populares da copa”. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://comitepopulario.files.wordpress.com/2011/12/dossie_violacoes_copa_completo.pdf, acessado em novembro de 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, Comissão Especial do Plano Diretor. Relatório Final da Equipe Técnica. Rio de Janeiro, 2009.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos”, 2012. Disponível em <http://comitepopulario.wordpress.com/2012/04/20/baixar-agora-dossie-megaeventos-e-violacoes-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro/>

_____. “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2ª Edição, 2013. Disponível em http://comitepopulario.files.wordpress.com/2013/05/dossie_comitepopularcoparj_2013.pdf.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “Notificação ao Comitê Olímpico Internacional sobre proposta de remoção da Comunidade Vila Autódromo para a definição de um período de segurança para os Jogos Olímpicos de 2016”, 2010.

FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO. Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações, 2011. Disponível em http://www.fase.org.br/UserFiles/1/File/porto_final.pdf.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (IPPUR/UFRJ). Relatório de avaliação técnica das propostas de revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Governo Federal. Relatório sobre os XV Jogos Pan-americanos e os III Jogos Parapan-americanos de 2007. Volume 1, 2008. Disponível em <http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/panVolume1.pdf>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PCRJ, 1993.

_____. Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: Rio Sempre Rio. Rio de Janeiro: PCRJ, 1996.

_____. Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: As cidades da cidade. Rio de Janeiro: PCRJ, 2004.

_____. Relatório da Revisão do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PCRJ, 2006.

_____. Plano estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: “Pós 2016 – O Rio mais integrado e mais competitivo”: PCRJ, 2009.

_____. Dossiê de Candidatura à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, 2009. Volumes 1, 2, 3 e 4. Disponível em <http://www.rio2016.org.br/pt/Rio2016/>, acessado em 07/12/09.

_____. Secretaria Municipal de Urbanismo, Comitê Especial de Legado Urbano – CELU. “Plano de Legado Urbano e Ambiental Olimpíadas Rio 2016”, 2010.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 2011. Disponível em:

<http://200.141.78.79/dlstatic/10112/139339/DLFE-229591.pdf/PlanoDiretor.pdf>,
acessado em 11/05/2011.

RELATORIA ESPECIAL DA ONU PARA A MORADIA ADEQUADA. “Como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?”. Guia sobre as normas internacionais a respeito de remoções decorrentes de projetos públicos e privados de infraestrutura e urbanização.

ANEXO

Lista de entrevistas realizadas:

- Vereador Eliomar Coelho (PSOL);
- Vereadora Sônia Rabello (PV);
- Daniel Mancebo, coordenador de Macroplanejamento da Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Urbanismo, responsável pelo monitoramento do Plano Diretor e Cláudia Muricy, da mesma coordenadoria;
- Professora Dra. Maria Julieta Nunes, foi coordenadora da equipe do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ que produziu um relatório de avaliação técnica das propostas de revisão do Plano Diretor (2010), como representante da Universidade;
- Cid Blanco, da Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público interfederativo, que coordena a participação da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos de 2016;
- Cláudio Luiz dos Santos, gerente de projetos, e Luiz Paulo Gerbassi Ramos, gerente de planejamento, ambos da Secretaria Municipal de Transportes;
- Deputado Estadual Paulo Ramos (PDT), presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou denúncias contra o 9º Cartório de Registro Geral de Imóveis, relativas às inscrições de matrículas, escriturações e anotações de imóveis situados na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro;
- Alberto Murray Neto, membro do Comitê Olímpico Brasileiro no período de 1996 a 2008, neto de Sylvio de Magalhães Padilha, que exerceu a presidência do Comitê Olímpico Brasileiro de 1963 a 1991;

- Ragner Dutra Silva e equipe responsável pelo desenvolvimento das instalações olímpicas, do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;
- Heitor Souza, da Secretaria de Estado de Transportes (SETRANS), responsável pela definição da política de transportes e implantação dos projetos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.